



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI



ITI

Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2021

Brasília/DF

Março de 2022



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Carlos Roberto Fortner

Diretor-Presidente

Maurício Augusto Coelho

Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Pedro Pinheiro Cardoso

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

Ricardo Ferri Conzatti

Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração – CGPOA

Alexandre Munia Machado

Procurador Federal – Chefe



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, as disposições da IN TCU n° 84/2020, de 22 de abril de 2020, da DN TCU n° 187/2020, de 09 de setembro de 2020, e as demais orientações do Órgão de Controle Interno, referente ao exercício de 2021, para remessa à Tribunal de Contas da União.

O Relatório de Gestão registra as principais ações realizadas por esta Autarquia no ano, reunindo as ações de cunho administrativo e finalístico do Instituto em sintonia com os objetivos do Plano Estratégico do ITI para o período de 2019-2022 e traduzem os esforços deste ITI para cumprir sua missão institucional de maneira cada vez mais efetiva, eficaz e eficiente, além de demonstrar o seu nível de governança, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental.

Brasília/DF

Março de 2022



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Lista de Siglas e Abreviações

- AARB** – Associação das Autoridades de Registro do Brasil
AC – Autoridade Certificadora
ACT – Autoridade de Carimbo do Tempo
AGU – Advocacia-Geral da União
ANCD – Associação Nacional de Certificação Digital
AR – Autoridade de Registro
ASCOM – Assessoria de Comunicação
ASESP – Assessoria Especial
ATID – Associação Brasileira de Tecnologia e Identificação Digital
BIPM – *Bureau International des Poids et Mesures* (Escritório Internacional de Pesos e Medidas)
BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
Câmara E.Net – Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico
CC/PR – Casa Civil da Presidência da República
CCD – Centro de Certificação Digital
CG – Comitê Gestor
CGAFI – Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização
CGD – Comitê de Governança Digital
CGISI – Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação
CGNPE – Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa
CGOPE – Coordenação-Geral de Operações
CGPOA – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração
CGRC-GD – Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital
CGU – Controladoria-Geral da União
CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CISSET – Secretaria de Controle Interno
CNB – Colégio Notarial do Brasil
COAUD – Coordenação de Auditoria Interna
COEFI – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
COLIC – Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios
COPOM – Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional

COSIN – Coordenação de Segurança da Informação
COTEC – Coordenação de Infraestrutura Tecnológica
COTIC – Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações
DAFN – Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DILOG – Divisão de Recursos Logísticos
DINFRA – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas
DN – Decisão Normativa
DNI - Documento Nacional de Identidade
DOC-ICP – Documento Principal da ICP-Brasil
DOU – Diário Oficial da União
DPV – Demonstrações das Variações Patrimoniais
EAT – Entidade de Auditoria do Tempo
e-GOV – Governo Eletrônico
EOR – Execução do Orçamento
e-OUV – Ouvidoria Eletrônica/CGU
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FCT – Fonte Confiável do Tempo
GABIN – Gabinete
GT – Grupo de Trabalho
IAT – Índice de Atendimento às Demandas de TIC
ICP-Brasil – Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDC – Índice de Disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IEC – Índice de Exposição em Canais de Comunicação
IFC – Índice de Fraude por Certificados Emitidos
IN – Instrução Normativa
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IOP – Índice de Otimização de Processos
ISA – Índice de Satisfação
ISC – Índice de Serviços e Aplicações com uso de Certificação Digital
IT – Instalação Técnica
ITC – Índice de Tempo Médico de Credenciamento
ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
ITS – Instalação Técnica Secundária
LAI – Lei de Acesso à Informação
LCR – Lista de Certificados Revogados
LOA – Lei Orçamentária Anual
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna
PC – Política de Certificado
PDA – Plano de Dados Abertos
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE – Planejamento Estratégico
PFESP – Procuradoria Federal Especializada

PJ-e – Processo Judicial Eletrônico
PO – Plano Orçamentário
POSIC – Política de Segurança da Informação e das Comunicações
PP – Posto Provisório
PPA – Plano Plurianual
PR – Presidência da República
PSBio – Prestadores de Serviço Biométrico
PSC – Prestador de Serviço de Confiança
PSS – Prestadores de Serviço de Suporte
RAP – Restos a Pagar
SECON – Serviço de Contabilidade
SEGEP – Serviço de Gestão de Pessoas
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SG/PR – Secretaria–Geral da Presidência da República
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SINAID – Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UG – Unidade Gestora
UnB – Universidade de Brasília
UPC – Unidade Prestadora de Contas
UTC – *Coordinated Universal Time* (Tempo Universal Coordenado)
VCGE – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Quantitativo de solicitações via SIC - Protocolo	22
Tabela 2 – Quantitativo de solicitações via e-SIC.....	23
Tabela 3 – Temáticas das solicitações	24
Tabela 4 – Quantitativo de Manifestações via e-OUV	25
Tabela 5 – Atividades de Correção e Apuração	34
Tabela 6 Ação de Monitoramento	36
Tabela 7 – Variação do ISC em 2021.....	42
Tabela 8 – Processos Mapeados.....	48
Tabela 9 – Operações da AC Raiz.....	53
Tabela 10 - Assinaturas eletrônicas avançadas realizadas	58
Tabela 11 - Certificados digitais avançados emitidos	58
Tabela 12 - DAFN	65
Tabela 13 – Emissões de Certificados.....	66
Tabela 14 – Ranking das 10 ACs que mais emitiram certificados em 2021	68
Tabela 15 – Concessão de Suprimento de Fundos	79
Tabela 16 - Utilização de Suprimento de Fundos	79
Tabela 17 – Despesas por Modalidade de Contratação	80
Tabela 18 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	81
Tabela 19 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	82
Tabela 20 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	82
Tabela 21 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos do Exercício.....	83
Tabela 22 – Execução do Programa de trabalho 2201 – Brasil Moderniza.....	84
Tabela 23 – Execução da despesa por Ação e Plano Orçamentário	85
Tabela 24 – Força de Trabalho na Unidade – situação em 31/12/2021	88
Tabela 25 – Distribuição da Lotação Efetiva	88
Tabela 26 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Unidade – Situação em 31/12/2021	89
Tabela 27 – Despesas com Pessoal.....	89
Tabela 28 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	90
Tabela 29 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade	91
Tabela 30 - Composição do Quadro de Estagiários	91
Tabela 31 - Principais responsabilidades do setor	93
Tabela 32 – Processo de Licitações e Contratações.....	94
Tabela 33 – Áreas demandantes das contratações em 2021	95
Tabela 34 – Contratações por modalidades realizadas em 2021	95
Tabela 35 – Acompanhamentos de Contratos - 2021	96
Tabela 36 – Maior N ^o de Contratos Vigentes Por Setor - 2021.....	96
Tabela 37 – Gastos Por Modalidade – Contratos Vigentes – (R\$ em mil).....	97
Tabela 38 – Pagamentos encaminhados pela COLIC.....	100
Tabela 39 – Contratos Fiscalizados.....	101

Tabela 40 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	102
Tabela 41 – Entrada Orçamentária.....	104
Tabela 42 – Prestação de Contas.....	104
Tabela 43 - Prestação de Contas.....	105
Tabela 44 – Prestação de Contas.....	105
Tabela 45 – Prestação de Contas.....	106
Tabela 46 – Concessão de passagens aéreas.....	107
Tabela 47 – Serviços Executados SIC/Protocolo	109
Tabela 48 - Custeio	112
Tabela 49 - Investimento	113
Tabela 50 – Principais Sistemas de Informação	113
Tabela 51 – Processos de Gerenciamento de Serviços Implementados.....	117
Tabela 52 – Energia elétrica 2021 – CEB.....	119
Tabela 53 – Demanda Consumo de Água 2021 – CAESB.....	120
Tabela 54 – Serviço de Contabilidade - SECON.....	122

Índice de Figuras

Figura 1 – Missão/Visão/Valores	14
Figura 2 – Organograma.....	18
Figura 3 – Estrutura de Governança	19
Figura 4 - Papéis exercidos na Governança	19
Figura 5 – Cadeia de Valor	20
Figura 6 – Mapa Estratégico	37
Figura 7 – Indicadores de Estratégicos	38
Figura 8 – Projetos Estratégicos	39
Figura 9 – Mapa Estratégico 2019-2022.....	39
Figura 10 – Visão Indicadores Estratégicos.....	41
Figura 11 – Estrutura da ICP Brasil em Dez/2021	68
Figura 12 – Resumo do BO	125
Figura 13 – Resumo do Balanço Patrimonial	127
Figura 14 – Resumo do Balanço Financeiro.....	129
Figura 15 – Resumo Demonstração das Variações Patrimoniais	131
Figura 16 – <i>Resumo Demonstração de Fluxo de Caixa</i>	134

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Sistema de Informação ao Cidadão.....	22
Gráfico 2 – Manifestações Processadas	23
Gráfico 3 – Temáticas das solicitações	24
Gráfico 4 – Manifestações Processadas	25
Gráfico 5 – Comparativo de credenciamento de Autoridades de Registro	65
Gráfico 6 – Ranking de emissões por tipos de certificados no ano de 2021.....	68
Gráfico 7 – Contratações realizadas em 2021	96
Gráfico 8 – Setores que concentram maior valor das contratações vigentes (R\$ em mil)	97
Gráfico 9 – Custos Por Atividades 2020 X 2021	98
Gráfico 10 – Fiscalização e Infrações	101
Gráfico 11 – Execução das Despesas - BO	126
Gráfico 12 – Variações Patrimoniais - DVP	133

Sumário

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	12
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	13
2.1. Identificação da Unidade prestadora de contas.....	13
2.2. Estrutura Organizacional.....	16
2.3. Estrutura de Governança.....	19
2.4. Modelo de Negócios (Cadeia de Valor).....	20
2.5. Ambiente Externo.....	21
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	29
3.1. Gestão de Riscos.....	29
3.2. Controles Internos.....	31
3.2.1. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	31
3.2.2. Atividades de Correição e de Apuração.....	32
3.2.3. Processos Instaurados pelo Instituto de Tecnologia da Informação-ITI-PR33	
3.2.4. Perfil de Governança Institucional.....	35
3.2.5. Tratamento de determinação e recomendações do TCU.....	35
3.2.6. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	35
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	37
4.1. Estratégia.....	37
4.2. Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos.....	39
4.3. Resultados das atividades finalísticas e da gestão.....	52
4.4. Resultado das principais áreas de atuação.....	79
4.4.1. Gestão Orçamentária e Financeira.....	79
4.4.2. Gestão de Custos.....	86
4.4.3. Gestão de Pessoas.....	86
4.4.4. Gestão de Licitação, Contratos e Convênios.....	92
4.4.5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	101
4.4.6. Gestão de Tecnologia da Informação.....	111
4.4.7. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	118
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	121
5.1. Informações do Setor de Contabilidade – SECON.....	122

5.2. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades Orçamentárias Financeiras e Contábeis.....	122
5.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	123
5.3.1. Principais Práticas Contábeis.....	124
5.4 Conformidades	135
6. ANEXOS	136

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O ano de 2021 foi um ano ainda marcado pela pandemia e consequentes desafios a aspectos essenciais de nossas vidas, exigindo o compromisso de todos, a participação de governos, entidades e sociedade em geral na busca de soluções para lidar com essa nova realidade.

Nesse contexto, o ITI demonstrou mais uma vez sua capacidade de atuar proativamente, respondendo às demandas urgentes do País e da população, tanto no âmbito da transformação digital, quanto na popularização da certificação digital enquanto Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil com compromisso, precisão e responsividade. Como resultado, verificou-se a inédita e contínua expansão da emissão de Certificados Digitais durante todo o ano.

Os números expressivos de metas e resultados alcançados em 2021 refletem a preocupação do Instituto em executar com competência as políticas públicas que lhe são atribuídas, ao mesmo tempo, garantindo a aderência do seu Plano Estratégico às ações de implementação da Estratégia de Governo Digital, às políticas de certificação e às normas técnicas e operacionais, sempre alinhadas à sustentabilidade financeira e ao nível de confiança esperado pela sociedade.

O crescimento do ecossistema de Certificação Digital ICP-Brasil e as novas atribuições assumidas pela Autarquia trazem desafios adicionais, sendo certo que 2022 exigirá mais uma vez do ITI respostas precisas e efetivas, ancoradas na sustentabilidade, no uso responsável dos recursos públicos, na simplificação da vida digital do cidadão e nas melhores práticas de governança deste Instituto.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. Identificação da Unidade prestadora de contas

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI é uma Autarquia Federal, ligada a Casa Civil da Presidência da República cuja vinculação está expressa no Decreto nº 8.872, de 10 de dezembro de 2016, que tem por missão manter e executar as políticas e operações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e sua estrutura regimental está definida pelos Decretos nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017 e nº 9.183, de 30 de outubro de 2017.

Mais recente, tornando-se também responsável pelo provimento de Solução de Assinaturas Eletrônicas Avançadas para a Plataforma gov.br, em conformidade à Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Nesse contexto, o Brasil optou por dispor de infraestrutura de chaves públicas, o Sistema Nacional de Certificação Digital (a ICP-Brasil), atividade ou serviço privado com regulação pública, operado e auditado por uma entidade pública, no caso o ITI, a quem compete executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, enquanto Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, auditoria e fiscalização das entidades que compõem a ICP-Brasil, com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade exige ao valer-se de um Certificado Digital.

Assim, o ITI materializa a sua missão, visão e valores a partir das seguintes diretrizes:

Figura 1– Missão/Visão/Valores

MISSÃO	Atuar na inovação, regulação e provimento de soluções tecnológicas que garantam segurança e confiança digital a documentos e transações eletrônicas.
VISÃO	Ser referência nacional e internacional em tecnologias para segurança e confiança digital
VALORES	Ética, Transparência, Integridade, Responsabilidades Social, Segurança e Validade Jurídica

Além das atividades listadas anteriormente, o Instituto também tem a atribuição de estimular e articular projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológicos voltados à ampliação da cidadania digital, bem como a popularização da certificação digital e inclusão digital. Outrossim, estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da Autarquia.

O ITI atua também como Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil, composto por representantes dos seguintes Órgãos: Casa Civil da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Secretaria de Governo da Presidência da República; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério da Economia; Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD); Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara E.Net); Associação das Autoridades de Registro do Brasil (AARB); Colégio Notarial do Brasil (CNB) e Associação Brasileira de Tecnologia e Identificação Digital (ATID).

Nessa senda, a certificação digital ICP-Brasil é o principal negócio do ITI, tendo como insumo básico a tecnologia de ponta, tanto em *hardware* como em *software*, para assegurar, desenvolver, manter e prover com disponibilidade mínima de 99.99%, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, os serviços da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

Confirmando a sua importância, com a edição e publicação do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, novas atribuições foram incorporadas ao ITI, sendo elas:

Competências do ITI

Art. 9 O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI:

I - em ato conjunto com a Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, definirá os padrões criptográficos referenciais para as assinaturas avançadas nas comunicações que envolvam a administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

II - poderá atuar, em conformidade com as políticas e as diretrizes do Governo federal, junto a pessoas jurídicas de direito público interno no apoio técnico e operacional relacionado à criptografia, à assinatura eletrônica, à identificação eletrônica e às tecnologias correlatas.

Desde então, demandado pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/SEDGG/ME), o ITI é o provedor para a Plataforma gov.br. Tal serviço é aderente e relevante para a Estratégia de Governo Digital para o período 2020 a 2022, definida pelo Decreto nº 10.332, de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.996, de 2022.

Ambiente de Atuação do ITI

A criação da ICP-Brasil coincide com a criação do governo eletrônico no Brasil, em meados do ano 2000. A certificação digital tem papel fundamental na operacionalização de quaisquer atividades em meio eletrônico que tenham como requisitos a segurança técnica e a segurança jurídica. Segurança técnica porque se baseia em princípios matemáticos e computacionais para legitimar e validar ações em meio eletrônico e segurança jurídica porque está amparada por legislação específica que dá a devida legalidade às ações produzidas em meio eletrônico, com o uso do certificado digital ICP-Brasil.

Assim, empresas privadas ou públicas que queiram aderir à ICP-Brasil devem fazê-lo a partir do credenciamento junto ao ITI, comprometendo-se a cumprir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis à Certificação Digital da ICP-Brasil e submeter-se a auditorias periódicas e fiscalizações permanentes.

Desta feita, o Instituto não tem concorrentes diretos, visto que não emite certificado digital ao usuário final (cidadão ou empresa). O ITI emite, enquanto Autoridade Certificadora Raiz, os certificados digitais das Autoridades Certificadoras de

1º nível, credencia as entidades e audita e fiscaliza todos os entes da ICP-Brasil, exceto a AC RAIZ.

2.2. Estrutura Organizacional

A estrutura regimental do ITI está definida pelos Decretos nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017 e nº 9.183, de 30 de outubro de 2017, sendo constituída pela estrutura organizacional, a seguir:

- I. Órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:
 - a. Gabinete
 - b. Procuradoria Federal Especializada
 - c. Coordenação de Auditoria Interna
 - d. Assessoria Especial
- II. Órgão seccional:
 - a. Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração
- III. Órgãos específicos singulares:
 - a. Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas
 - b. Diretoria de Auditoria e Fiscalização, Normalização e Pesquisa

Membros da Diretoria



Carlos Roberto Fortner
Diretor-Presidente



Maurício Augusto Coelho
Diretor de
Infraestrutura de
Chaves Públicas



Pedro Pinheiro
Diretor de Auditoria,
Fiscalização e
Normalização

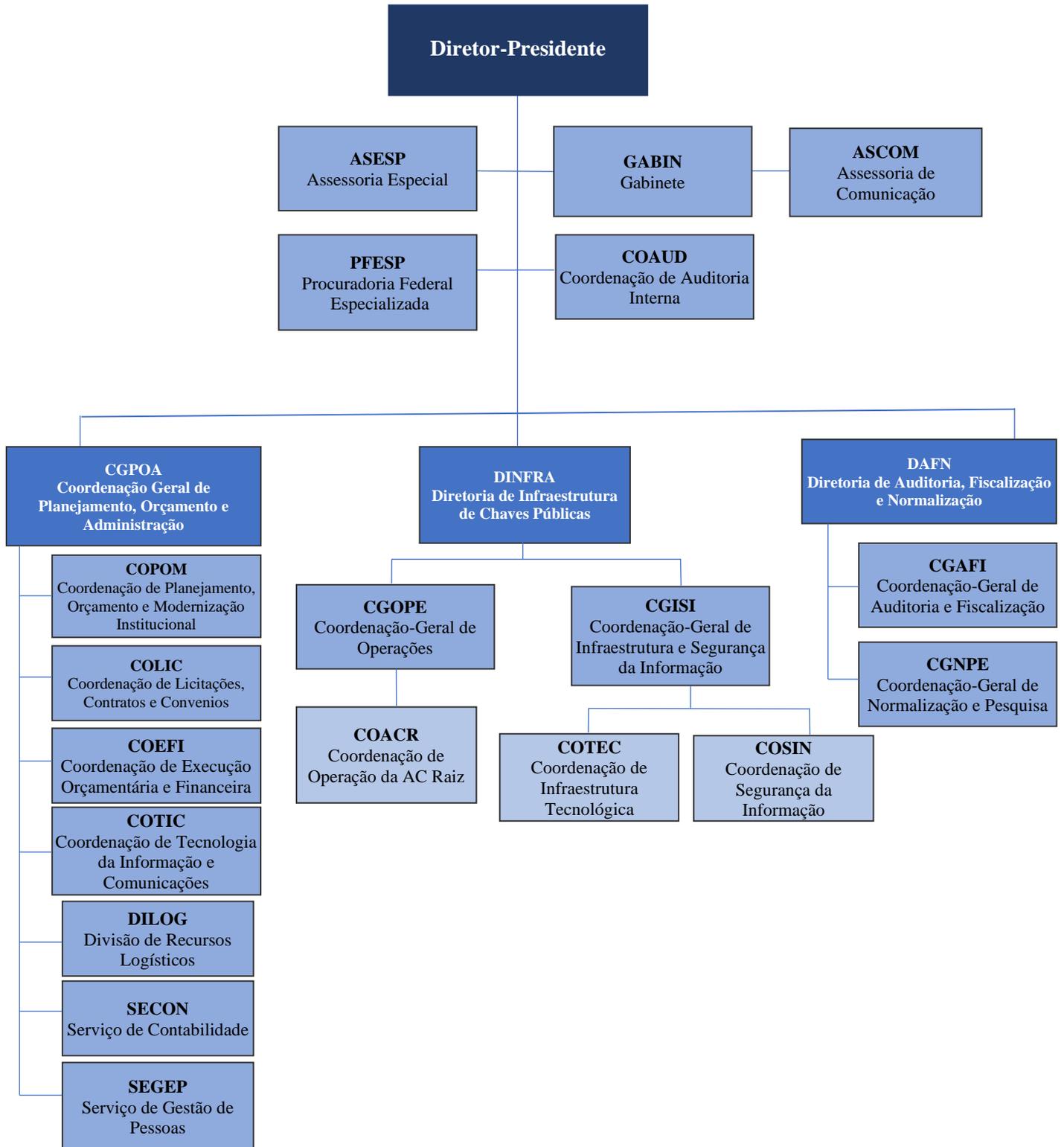


Ricardo Ferri Conzatti
Coordenador-Geral
de Planejamento,
Orçamento e
Administração



Alexandre Munia Machado
Procurador Federal –
Chefe

Figura 2 – Organograma



2.3. Estrutura de Governança

A governança é realizada pela Diretoria do Instituto (Diretor-Presidente, Diretor de Auditoria Fiscalização e Normalização (DAFN) e Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas (DINFRA), em primeiro nível e, em segundo, pelo Comitê de Governança do Planejamento Estratégico (CGPE).

O CGPE é instituído pela Portaria nº 62, de 04 de outubro de 2018 e é composto por gestores do ITI mediante designação do Diretor-Presidente, com regras próprias de funcionamento estabelecidas em seu Regimento Interno.

Figura 3 – Estrutura de Governança

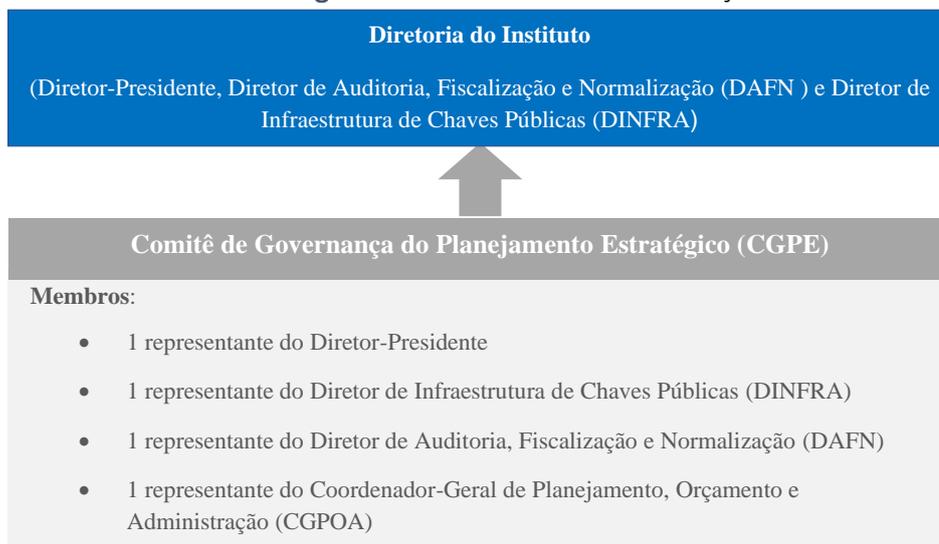


Figura 4 - Papéis exercidos na Governança

Diretoria do Instituto	Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação geral de desempenho ▪ Autorização para ajustes propostos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos resultados, desvios e medidas de correção em cada segmento e avaliação geral de desempenho ▪ Proposta de ajustes: prazos e custos de projetos; indicadores e metas de desempenho; indicadores e metas de processos.

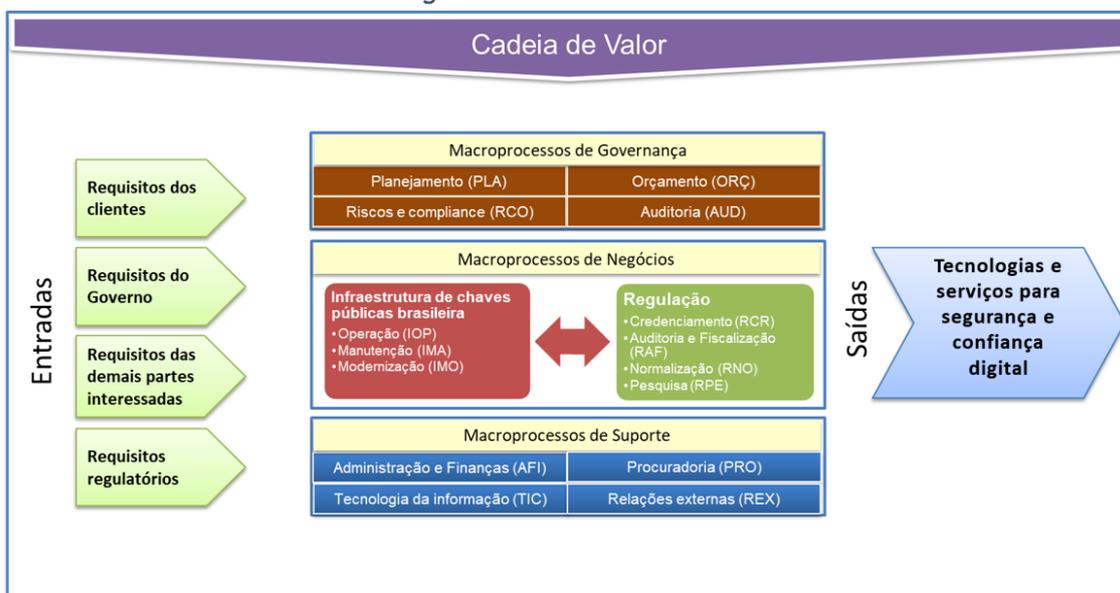
2.4. Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)

O modelo de negócios utilizado pelo ITI é a Cadeia de Valor, que é um modelo usado para descrever a forma pela qual as empresas recebem insumos (entradas), agregam valor por meio de vários processos para criar um produto ou serviço, os quais, por sua vez, são entregues aos clientes (saídas).

A Cadeia de Valor do ITI demonstra os macroprocessos necessários à entrega dos serviços aos clientes, sendo sua representação feita em três níveis:

- Macroprocessos de Governança: englobam as funções de governança e controle, ou seja, aqueles que estabelecem a forma como o Instituto é dirigido;
- Macroprocessos de Negócios: englobam as funções finalísticas voltadas à atividade fim do Instituto e às atividades centrais para a entrega dos serviços.
- Macroprocessos de Suporte: englobam as funções de alicerce, que proveem os meios administrativos e financeiros para dar suporte à entrega dos serviços.

Figura 5 – Cadeia de Valor



2.5. Ambiente Externo

- **Canais de Acesso pelo Cidadão**

O ITI possui os seguintes canais públicos que permitem interação com o cidadão:

- **Serviço de Informações ao Cidadão – SIC**

O relacionamento do público externo com o ITI e a solicitação de informações podem ser realizadas pelo SIC, regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), conforme publicada na Portaria nº 05, de 10 de maio de 2021.

Os pedidos de informações devem ser encaminhados diretamente pelo Sistema Fala.BR, que pode ser acessado no site do ITI, na seção Acesso à Informação. As solicitações ainda podem ser realizadas pelo telefone (61) 3424-3830, pelo e-mail: sic_iti@iti.gov.br

- **Serviço de Informações ao Cidadão – SIC –** Informações presenciais e ligações telefônicas.

No caso de atendimento presencial, o representante do SIC poderá registrar diretamente o pedido do interessado no e-SIC ou fornecer ao requerente o formulário impresso com posterior registro no sistema. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 9h às 18h, na sede do ITI (Setor Comercial Norte - Quadra 2, Bloco E - Asa Norte, Brasília /DF).

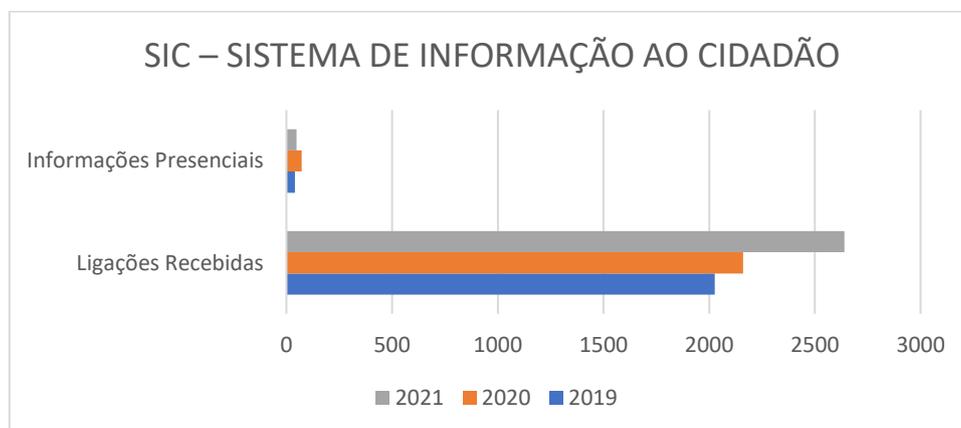
O prazo estipulado pela Lei nº 12.527/2011, em seu art. 11 é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias, caso haja justificativa expressa, da qual será informado ao solicitante.

No tocante as ligações telefônicas e as informações presenciais, o atendimento é feito pelo Protocolo e, no exercício de 2021, podemos observar na tabela abaixo, um acréscimo nas ligações recebidas, em torno de 22,2% e uma redução significativa de 33,3% nas informações presenciais. No entanto, o ITI permanece orientando que todos os cidadãos podem usufruir da praticidade que a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR fornece para a comunidade.

Tabela 1 – Quantitativo de solicitações via SIC - Protocolo

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC				
	2019	2020	2021	%
Ligações Recebidas	2027	2160	2640	+ 22,2%
Informações Presenciais	40	72	48	- 33,3%

Gráfico 1 – Sistema de Informação ao Cidadão



- **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC**

Com a integração dos Sistemas Eletrônicos do Serviço de Informações ao Cidadão a plataforma Fala.BR a partir de 31 de agosto de 2020, o ITI aprovou a Portaria ITI nº 5, de 10 de maio de 2021 para a adequação dos procedimentos internos no tratamento das solicitações de Acesso à Informação e do tratamento das manifestações de Ouvidoria.

O e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia, para tanto é disposto o Manual do Usuário contendo os procedimentos para fazer sua solicitação.

No ano de 2021, foram recebidas um total de 353 manifestações de e-SIC, destas 26 não eram relacionados ao ITI e foram devidamente reencaminhados aos órgãos competentes e 04 (quatro) manifestações eram duplicadas.

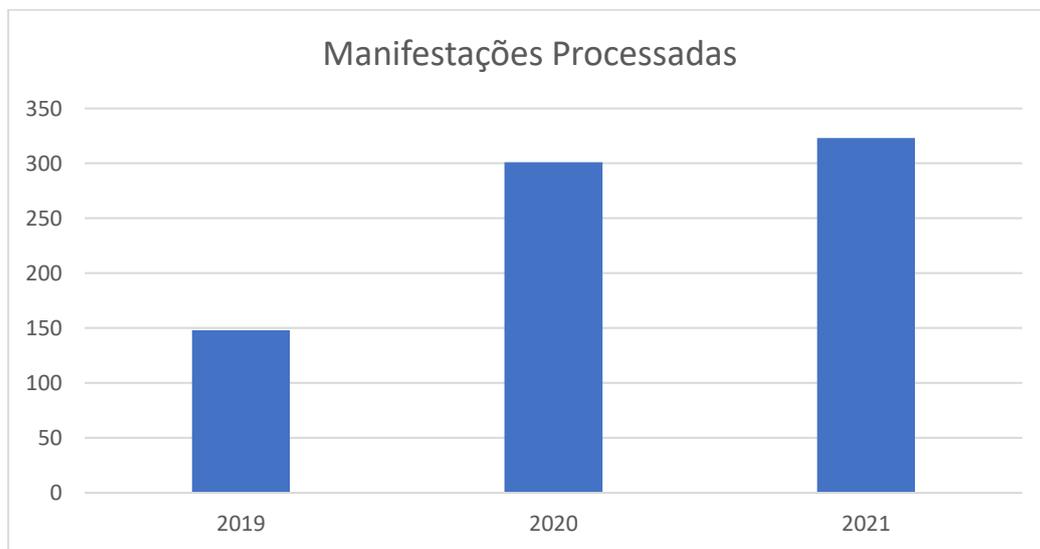
As 323 manifestações de e-SIC pertinentes ao ITI foram 100% respondidas dentro dos prazos estipulados pela legislação.

Com relação ao comparativo de manifestações recebidas e tratadas por este ITI, cabe destacar que, o interesse pelas informações produzidas pelo Órgão continua em evolução, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Quantitativo de solicitações via e-SIC

Manifestações de Solicitação de Acesso à Informação - e-SIC				
	2019	2020	2021	%
Manifestações Processadas	148	301	323	7,31

Gráfico 2 – Manifestações Processadas

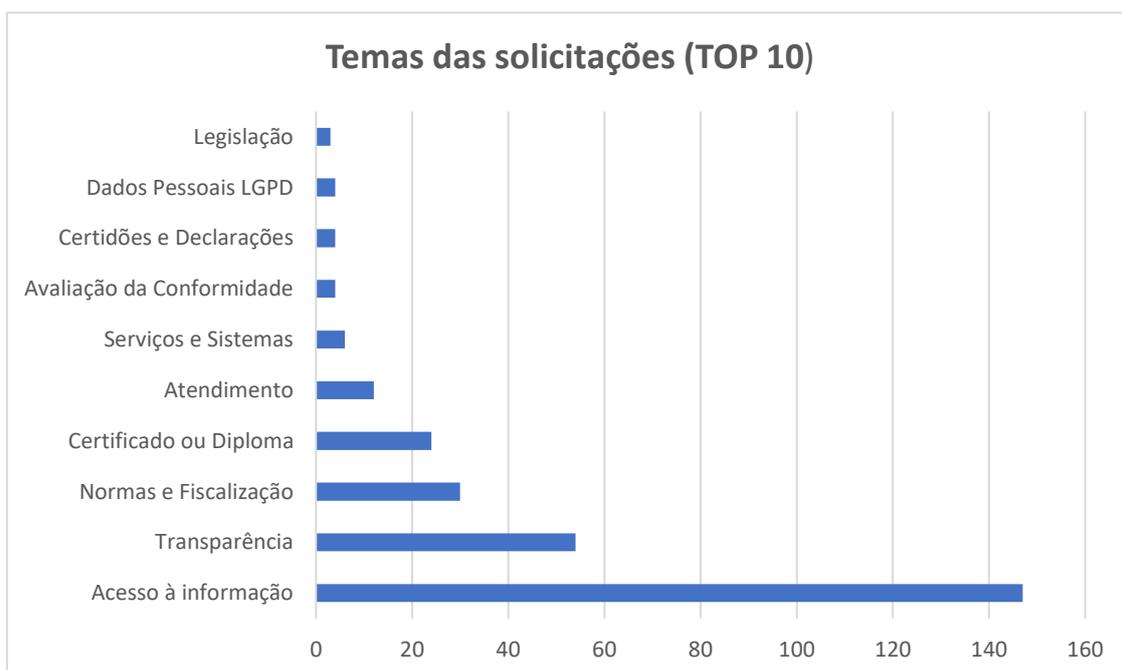


Dentre os temas mais requeridos pelos cidadãos cabe destacar os 10 assuntos mais solicitados, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE), dispostos na tabela abaixo:

Tabela 3– Temas das solicitações

TEMAS DAS SOLICITAÇÕES (TOP 10)		
Categoria e Assunto	Quantidade	% dos Pedidos
Acesso à Informação	147	45,5%
Transparência	54	16,7%
Normas e Fiscalização	30	9,3%
Certificado ou Diploma	24	7,4%
Atendimento	12	3,7%
Serviços e Sistemas	6	1,9%
Avaliação da Conformidade	4	1,2%
Certidões e Declarações	4	1,2%
Dados Pessoais LGPD	4	1,2%
Legislação	3	0,9%

Gráfico 3– Temas das solicitações



e-OUV

O Sistema Eletrônico do Serviço de Ouvidoria, regulamentado pela Lei nº 13.460/2017, pode ser acessado na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR e permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe consultas, reclamações, elogios, denúncias, comunicações de irregularidades e sugestões para os órgãos e entidades do Executivo Federal.

Em 2021, foram recebidas um total de 457 manifestações de Ouvidoria, dessas 111 não eram relacionadas ao ITI e foram devidamente reencaminhadas aos órgãos competentes.

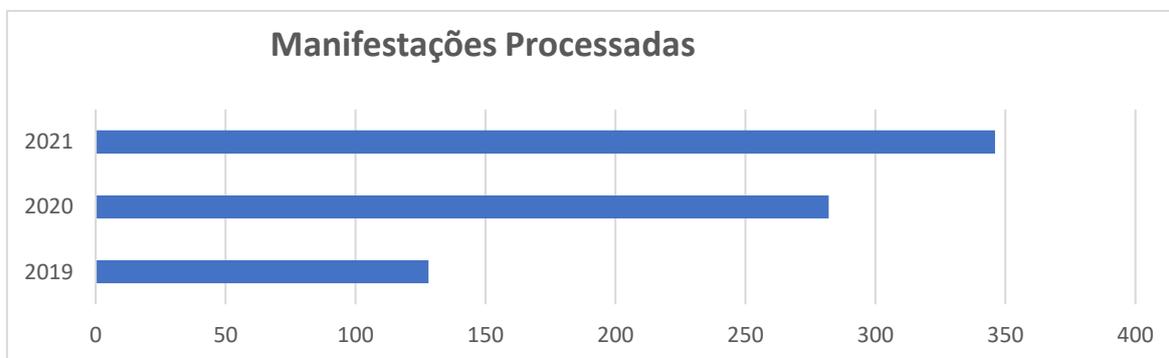
As 346 manifestações pertinentes ao ITI foram 100% processadas dentro dos prazos estipulados pela legislação.

Em comparação aos anos anteriores, conforme tabela e gráfico abaixo, podemos observar a continuidade no aumento do quantitativo de manifestações processadas pela Ouvidoria deste Instituto.

Tabela 4 – Quantitativo de Manifestações via e-OUV

e-OUV – MANIFESTAÇÃO DE OUVIDORIA				
	2019	2020	2021	%
Manifestações Processadas	128	282	346	+ 22,7 %

Gráfico 4 – Manifestações Processadas



Portal Institucional

Em 2021, o Portal Institucional do ITI teve 3.853.531 visualizações de páginas e a visita de 1.300.940 usuários. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics, disponível no link: <https://www.gov.br/iti/pt-br>.

- **Validador de Documentos Digitais**

As parcerias entre o ITI, o Governo Federal e o setor privado, resultaram no aperfeiçoamento do Validador de Assinaturas Digitais, uma iniciativa do ITI realizada com o apoio técnico do Conselho Federal de Medicina (CFM), Conselho Federal de Odontologia (CFO), Conselho Federal de Farmácia (CFF), da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS) e o Laboratório de Segurança em Computação (Labsec), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O validador permitiu por meio de portal gratuito, validar assinaturas eletrônicas em prescrições médicas eletrônicas, atestados, solicitações de exames e relatórios quanto a sua autoria, se assinadas por um médico ou cirurgião-dentista habilitado e, se dispensadas por um farmacêutico.

- **Site CertForum**

O Certforum é um evento realizado pelo ITI em parceria com outras organizações para discutir o segmento de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil.

Pela primeira vez desde a sua criação há quase duas décadas, o CertForum foi realizado de forma totalmente virtual por meio de plataforma especializada com programação distribuída entre os dias 21 a 23 de setembro de 2021, disponível no link: <https://certforum.iti.gov.br/2021/>

Em 2021, o portal do evento recebeu 19.891 visitas. O tempo médio de visita é de 00:03:04. As informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics.

Realizada ao vivo, em formato de Live, via canal do ITI no Youtube, no dia 06 de julho de 2021, o encontro virtual preparatório para a Edição de 2021 – CertLive – debateu 02 (dois) temas bastante atuais no contexto dos 20 anos da ICP-Brasil: “*Open Banking*” e “*Videoconferência nas Emissões ICP-Brasil*”.

Em 2021, foi criada uma plataforma trilingue com navegação interativa que funcionava através de qualquer *browser*, não existindo a necessidade de download de Apps ou Plugins para o seu funcionamento.

Como parte integrante do CertForum, foi realizado o Fórum Mundial de Assinatura Digital com o objetivo de ampliar o debate do uso da assinatura digital em diferentes contextos econômicos e sociais nos países-membros do Mercosul.

Os vídeos do CertForum e do Fórum Mundial de Assinatura Digital foram disponibilizados no canal do Instituto no YouTube.

- **Aqui tem CD**

O site completou dois anos em novembro de 2021. Nele o cidadão encontra informações sobre serviços, aplicações, sistemas e processos que aceitam o uso do seu certificado digital no padrão da ICP-Brasil. A página teve mais de 98 mil visualizações durante os dois anos e registra mais de 20 mil usuários. O tempo médio de visita é de 00:02:06. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics, disponível no link: <https://aquitemcd.iti.gov.br/>

- **Redes Sociais**

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de mídias sociais que promovem o relacionamento entre a sociedade e o governo, a ASCOM deu continuidade à presença do ITI nas redes sociais, criando conteúdos e campanhas para os perfis no Instagram - <http://instagram.com/itigovbr> - (5.278 seguidores), Facebook - <http://facebook.com/itigovbr> - (8.410 seguidores), Twitter <http://twitter.com/itigovbr> - (1.843 seguidores), Youtube - <http://youtube.com/user/itidigital> - (3.814 seguidores) e LinkedIn - <https://www.linkedin.com/company/1105316> - (21.258 seguidores).

Além disso, foi criado em janeiro de 2021, o canal do Instituto no Telegram - <https://t.me/itigovbr>. (272 inscritos).

- **Aferição do Grau de Satisfação dos cidadãos usuários**

O indicador ISA está sendo revisto quanto à fonte de dados para o devido acompanhamento sistemático. O modelo de cálculo proposto inicialmente é considerado inadequado por requerer orçamento para a execução de pesquisas junto aos usuários de serviços do ITI. Por outro lado, a nova proposta de cálculo pode ser implementada com menor esforço e estima-se com maior efetividade, já que a avaliação da satisfação ocorrerá simultaneamente ao consumo de alguns serviços do Instituto.

Assim, o indicador ISA, que mede o nível de satisfação do cidadão em relação aos serviços prestados pelo ITI será coletado mediante avaliação espontânea disponível no portal do Instituto. Para tanto, utilizará o mesmo instrumento e critérios padronizados para aferir os serviços cadastrados junto ao portal Gov.br.

Atualmente, apenas os serviços cadastrados junto ao portal Gov.br tem a opção de avaliação. A proposta é que a avaliação esteja disponível no portal do ITI, de modo que o cidadão possa manifestar-se a qualquer tempo. Embora a coleta seja diária pelo próprio sistema de avaliação do portal Gov.br, propõe-se que o acompanhamento seja trimestral pela área gestora do indicador, uma vez que o período trimestral é razoável para se medir o desempenho de cada serviço monitorado. Para a apuração do índice, deverá ser considerada a ponderação entre os serviços registrados no portal Gov.br e os demais serviços apurados no próprio portal do ITI, na proporção de 30% e 70%, respectivamente.

- **Mecanismo de Transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade**

O ITI mantém uma página oficial na internet – www.gov.br/iti –, na qual disponibiliza todos os dados sobre o Instituto, tais como: o Planejamento Estratégico; a agenda; os sistemas; a composição do quadro de pessoal; a legislação; as notícias; as regulamentações aplicáveis; as cartilhas; os folders; os manuais; as revistas sobre certificação digital; as informações técnicas e educativas sobre a ICP-Brasil; as normas; as atividades do Comitê Gestor, dentre outras informações de interesse da sociedade.

- **Conteúdo de divulgação e institucional**

Ao longo de 2021, foram elaboradas campanhas específicas e realizadas mudanças no padrão visual do material gráfico dos cards para postagens nas redes, nas matérias, nas coberturas e nos conteúdos digitais para disseminar informações sobre o ITI e esclarecer o público em geral a respeito do papel da ICP-Brasil, da atuação do Comitê Gestor e do uso do certificado digital ICP-Brasil.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1. Gestão de Riscos

Com o advento da pandemia de COVID-19, a continuidade dos trabalhos envolvendo o Mapeamento de Processos conduzida pelo ITI foi prejudicada e, com isso, o trabalho de gestão de riscos não se iniciou conforme previsto em cronograma.

Contudo, esses trabalhos foram retomados entre meados do 2º semestre de 2021, apesar disso, seus efeitos e resultados, foram reprogramados, de forma que o acompanhamento sistemático da gestão de riscos da Autarquia iniciar-se-á no 1º semestre de 2022.

Sobre o Plano de Integridade e *Compliance* do ITI, foram levantados em 2021 os RISCOS dos seguintes Processos: Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios (COLIC); Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (COEFI); Coordenação de Tecnologia da Informação (COTIC); Divisão de Recursos Logísticos (DILOG); Serviço de Contabilidade (SECON) e o Credenciamento da Coordenação Geral de Pesquisas e Normalização (CGAFI).

Saliente-se também que, em 2021 foram feitos 03 (três) *brainstormings* para o mapeamento dos riscos de quebra de integridade elencados, conforme se segue:

- Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados;
- Nepotismo;
- Conflito de Interesses;
- Pressão interna ou externa ilegal ou antiética para influenciar agente público;
- Solicitação ou recebimento de vantagem indevida; e

- Utilização de recursos públicos em favor de interesses privados.

Em 2021 foi produzido e apresentado Workshop sobre o Programa de Integridade e *Compliance* para parte do público interno com duração de 3 horas e, em 2022, será dada a continuidade às apresentações.

No período foram também feitas ações capitaneadas em sede da Controladoria-Geral da União (CGU) como avaliações dos programas de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que se deu a partir de junho de 2021, no caso do ITI. Ao mesmo tempo, ao longo do ano, foram promovidas campanhas internas no sentido de dar publicidade e promover a conscientização e o engajamento frente ao projeto #IntegridadeSomosTodosNós chancelado pela CGU, do qual preconiza o Decreto N.º 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, direta, autarquia e fundacional.

Houve ainda para o ano do exercício, a propositura de fluxo para procedimentos administrativos associados à procedimentos disciplinares, o qual encontra-se em curso com a perspectiva para o 2º semestre de 2022. Ainda para o 2º semestre de 2022, outras ações envolvendo Integridade e *Compliance* serão desenvolvidas no ITI.

No ciclo de oportunidades além da consolidação de metas e resultados do Plano Estratégico do ITI, a Autarquia vem atuando cada vez mais como protagonista junto aos órgãos centrais e de controle para garantir resultados mais efetivos e duradouros no que tange a sua missão e aos seus valores.

Seu importante papel é materializado na atuação em conjunto ao ME a respeito das assinaturas avançadas, bem como na transformação de governo digital e, ao mesmo tempo, no fomento às pesquisas em sede acadêmica e universitária através de agentes parceiros, no caso em específico, das universidades federais, não perdendo de vista a sua responsabilidade social e o seu forte compromisso com a transparência e com uma comunicação mais direta com a sociedade.

A ampliação do uso da certificação digital no padrão da ICP-Brasil já é uma realidade ao longo desses três anos, destacando-se, em especial o ano de 2021. Coadunando-se a essa realidade, vem a busca constante por desenvolver e incorporar novas tecnologias associadas à identificação e assinatura digital para melhor atender ao cidadão.

As perspectivas para o ano subsequente ao deste relatório têm como premissa além de reafirmar o seu protagonismo enquanto Autoridade Certificadora e sua relevância perante a sociedade no que concerne a certificação digital e atuar cada vez mais na regulação e provimento de soluções tecnológicas que garantam segurança e confiança digital a documentos e transações eletrônicas, sempre com foco na melhoria dos serviços públicos entregues à população e na eficiência da administração pública.

Ainda no tocante as perspectivas para o ano seguinte, a estratégia de médio e longo prazo é a revisão do Plano Estratégico e das dimensões trazidas no mapa estratégico atual, de modo a impulsionar a reestruturação dessas e adequá-las a realidade do ITI com sua visão de futuro.

3.2. Controles Internos

3.2.1. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna (COAUD) atua com autonomia técnica e objetividade e é guiada pelas diretrizes do seu planejamento, livre de interferências e determinação de escopo na execução dos seus trabalhos. Exerce a atividade de controle interno e consultoria cujo intuito é agregar valor e melhorar os controles do Instituto.

Em 2021, o ITI teve suas contas analisadas e as recomendações serão acompanhadas pela Auditoria Interna.

De pronto, essa Auditoria Interna, no ano de 2021, deu início à confecção do PAINTE/2022, observando todas as recomendações emitidas para o PAINTE/2022. O referido instrumento encontra-se em análise para aprovação junto ao processo SEI 00001.009210/2021-96 da CISET/PR.

Junto ao PAINTE/2022 foram planejadas 8 ações de auditoria, sendo 03 de natureza obrigatória, 04 de natureza operacional e 01 de natureza de conformidade. Todas as ações foram selecionadas considerando a obrigatoriedade ou o planejamento baseado em riscos, na observância normativa do artigo 3º da IN nº 05/2021 de 27/08/2021.

Posteriormente, fora realizada a elaboração das informações referentes aos itens de competência da COAUD que compunham o Relatório de Gestão/2021, bem como a verificação das contas do ITI e do Relatório de Gestão do exercício de 2021. Cabendo

ainda à área de auditoria a emissão de Parecer de Auditoria, considerando a capacidade dos controles internos administrativos das unidades a fim de evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como mitigar os riscos existentes.

No 2º semestre de 2021, prosseguindo com o cronograma dos trabalhos, foi iniciado as ações de monitoramento das recomendações realizadas em todo o Instituto, além de iniciar o planejamento do trabalho de auditoria referente aos procedimentos disciplinares adotados no âmbito do ITI, da qual resultou na proposta de adequação de melhores práticas a serem analisadas e aprovadas pela alta gestão do ITI.

Destaca-se que esta ação – procedimentos administrativos disciplinares –, possui apenas uma em execução no exercício de 2021, pela necessidade de apoio da Ciset/PR em sua execução.

No que diz respeito aos prazos pactuados junto ao PAINTE/2021 para as ações da área de Auditoria planejadas para todo o ano – esta área de auditoria suportou algumas dificuldades em manter o planejamento inicial devido aos impactos sofridos com a pandemia de COVID-19. No entanto, cumpriu rigorosamente com o cronograma previsto para o exercício de 2021.

Sucessivamente, com o objetivo de melhorar a eficiência dos controles internos, como premissa da área, priorizou-se a implementação da auditoria baseada em risco, para tanto foi analisado o mapeamento dos processos do Instituto realizados pela Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM, o qual serviu de embasamento para a confecção do PAINTE/2021.

Desta feita, vale destacar a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINTE/2022 que se encontra em execução, de acordo com o cronograma convencionado, tendo ainda o cumprimento da carga horária mínima.

3.2.2. Atividades de Correição e de Apuração

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (Ciset/SG/PR), conforme determina § 3º do Art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual

exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

Destaca-se ainda que, essa Auditoria propôs à Alta Direção do ITI melhorias no processo de procedimentos disciplinares, no intuito de se buscar as melhores práticas.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019 que, em seu inciso VIII ao XV, do Art. 24 do ANEXO I, estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na apuração dos atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais, além de instaurar ou requisitar a instauração de procedimentos disciplinares, de ofício ou a partir de representações e denúncias.

Por meio do inciso X art. 24 do Decreto nº 9.982 de 20 de agosto de 2019 determinou-se a Secretaria de Controle Interno (CISSET), órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a competência de exercer as atividades de unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, exceto da Agência Brasileira de Inteligência.

As atividades de correição relacionadas à apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, incluindo suas entidades vinculadas, e das Vice-Presidência da República, são de iniciativa originária das respectivas autoridades administrativas nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.2.3. Processos Instaurados pelo Instituto de Tecnologia da Informação-ITI-PR

Nesse sentido, na esfera de suas atribuições, com base nas Portarias CISSET nº 60/2017 e CGU nº 335, de 30 de maio de 2006 e na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 acima citada, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI/PR, no exercício de 2021, não instaurou procedimentos apuratórios.

Todavia, em 2020 instaurou procedimento apuratório que ainda não foi finalizado, conforme informações no SEI do ITI 00100.00555612/2019- 89, constantes no quadro abaixo:

Tabela 5 – Atividades de Correição e Apuração

PROCESSOS SEI	OBJETOS	FASE ATUAL
00100.005612/2019-89	Contrato emergencial de vigilância, no final de 2018, em função da perda dos prazos legais que antecederam o contrato anterior	Em andamento

Esse procedimento está em apuração, sendo a ação conjunta com a Corregedoria da Ciset/PR e expectativa de finalização dos trabalhos ainda no primeiro semestre de 2022.

3.2.3.1. Processos Instaurados e/ou Supervisionados pela Ciset/PR em relação ao ITI/PR

De forma semelhante, compete à Corregedoria, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, a instauração, a condução e o acompanhamento de procedimentos correccionais (supervisão), com base na competência insculpida nos artigos 3º, 6º e 26 §1º, Incisos I, II e III e 3º da Portaria Ciset nº 60, publicada no DOU de 22 de novembro de 2017.

Dito isto, importa consignar que a Ciset detém prerrogativa para instaurar diretamente procedimentos disciplinares, em substituição à autoridade com competência originária, quando configurados os pressupostos que demandem tal atuação, consoante se destaca a seguir:

“Art. 26. Compete ao Corregedor, sem prejuízo da competência do Secretário de Controle Interno, instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e denúncias, de procedimentos disciplinares e revisá-los, quando necessário.

§ 1º A instauração de procedimentos disciplinares, sem prejuízo da competência originária das demais autoridades administrativas, poderá ocorrer, notadamente, nos seguintes casos, em infrações de

natureza grave: I - complexidade, relevância da matéria e expressividade do valor do dano ao patrimônio público;

II - envolvimento de autoridades ocupantes de cargos DAS 101.4 ou 102.4, ou superior, ou de outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superiores; e

III - envolvimento de servidores ou empregados públicos de mais de uma unidade jurisdicionada.

§ 2º O Corregedor poderá, a qualquer tempo, propor a avocação de procedimentos disciplinares.

§ 3º Quando os acusados ocuparem, à época dos fatos ou da decisão, cargos de natureza DAS 101.5 ou 102.5, ou superior, ou outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superior, a decisão quanto à instauração de procedimentos disciplinares será de competência do Secretário de Controle Interno.”

3.2.4. Perfil de Governança Institucional

No exercício de 2021, o ITI aderiu ao programa de boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção realizado pelo TCU. Trata-se de programa de estímulo as organizações públicas a adotarem um conjunto de práticas suficientes para reduzir as fragilidades e alcançar o nível de segurança desejável para as tomadas de decisões, que é ter baixa suscetibilidade à fraude e à corrupção.

3.2.5. Tratamento de determinação e recomendações do TCU

No exercício de 2021, o ITI não recebeu notificações do Tribunal de Contas da União – TCU.

3.2.6. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2021, o ITI recebeu a fiscalização da Ciset/PR, por meio da auditoria no credenciamento e manutenção de autoridades para a certificação digital que

resultou em 14 recomendações no relatório de auditoria. Essas recomendações já foram tratadas pelos responsáveis e respondidas à CISET. Ocorre que novos pontos surgiram e foram inseridos na ação de monitoramento da COAUD de 2022 (SEI 00100.002628-2020-73), são elas:

Tabela 6 Ação de Monitoramento

1	Verificar o cumprimento da exigência da apresentação de apólice de contrato de seguro de responsabilidade civil no âmbito do processo nº 00100.006261/2019-23, a fim de atender os termos do item 2.2.4.3.2 do DOC-ICP-03.
2	Verificar a documentação ausente no processo de credenciamento da empresa de auditoria independente citada no achado (processo nº 00100.002199/2020-34), de forma a proceder a regularização devida nos termos do DOC-ICP-08.
3	Adotar procedimentos internos para aperfeiçoar o registro de informações gerenciais sobre motivos de descredenciamento, indeferimentos, fiscalizações realizadas, de modo a identificar padrões que revelem a necessidade de implementar medidas estruturantes no âmbito das entidades integrantes da ICP-Brasil.
4	Estabelecer controles periódicos adicionais dos critérios de credenciamento de entidades, com auxílio do cruzamento de bases de dados disponíveis, a fim de garantir a conformidade com o DOC-ICP-03, em complemento aos trabalhos de auditoria operacional realizada.
5	Solicitar providências das entidades indicadas no resultado de cruzamento de dados quanto à situação das pendências físicas identificadas, a fim de garantir a manutenção do direito de atuação da ICP-Brasil, em conformidade com o DOC-ICP-03, adotando outras medidas regulamentares em caso de permanência das não conformidades.
6	Estabelecer controles adequados dos Planos Anuais de Auditoria Operacional e dos Relatórios de Auditorias Operacionais de modo a cumprir as exigências do DOC-ICP-08, a manutenção dos critérios de credenciamento de entidades para operação regular junto à ICP-Brasil exigida no DOC-ICP-03, bem como permitir o acompanhamento de questões recorrentes nas entidades para que se possa adotar medidas estruturantes para todos os membros integrantes da cadeia de certificação digital.
7	Estabelecer rotinas de acompanhamento e controle dos dados disponibilizados no Cadastro de Agentes de Registro (CAR), enquanto não seja possível implementar sistema informatizado para gestão do conjunto de dados, de modo a garantir confiabilidade na publicação das informações sobre os agentes autorizados a atuar na ICP-Brasil, conforme os termos da Instrução Normativa ITI nº 11, de 23 de outubro de 2020.
8	Apurar junto às Autoridades Certificadoras se os Agentes de Registro com indicação de falecimento no cadastro da Receita Federal e demais inconsistências identificadas nos cruzamentos de dados auxiliarem na emissão de certificados, a fim de que sejam adotadas providências juntos aos PSCerts envolvidos.
9	Exigir justificativas das entidades para o expressivo número de Agentes de Registro que não apresentam vínculo funcional na RAIS e encontram-se atuando na ICP-Brasil, em desconformidade com as regras de segurança de pessoal definidas na Instrução Normativa ITI nº 10, de 22 de outubro de 2020, a fim que sejam adotadas providências para a não conformidade identificada.
10	Estabelecer rotinas e métodos de acompanhamento dos dados encaminhados pelas Autoridades Certificadoras sobre emissão de certificados, de modo a conseguir avaliar o cumprimento dos normativos da ICP-Brasil pelas entidades, bem como agir tempestivamente diante de possíveis casos de fraude.

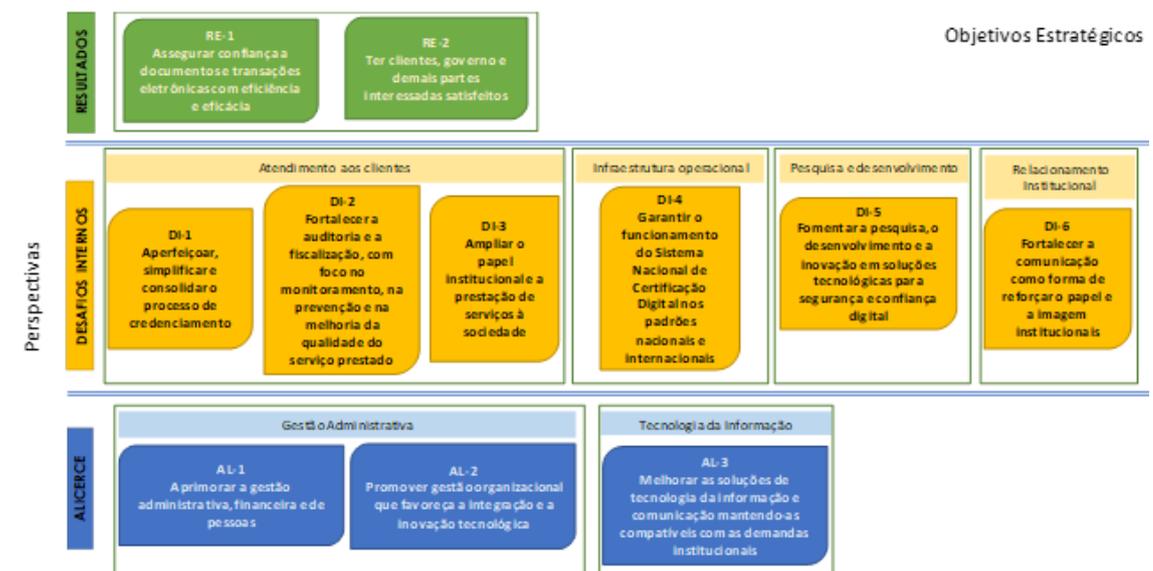
11	Adotar melhorias na sistemática de envio automatizado dos dados dos certificados emitidos pelas Autoridades Certificadoras, de forma a permitir a adoção de instrumentos de verificação automática, integração de base de dados, emissão de alertas para inconformidades, emissão de relatórios e de informações gerenciais pelo ITI.
12	Adotar providências para verificar as inconformidades apontadas nos resultados de cruzamento de dados apresentados, de forma a conferir o atendimento dos requisitos normativos da ICP-Brasil pelos agentes envolvidos na cadeia de certificação, aplicando as medidas cabíveis em casos de conformadas as irregularidades.
13	Rever as informações que devem ser enviadas semanalmente ao ITI sobre os certificados digitais emitidos, por força da Instrução Normativa ITI nº 05, de julho de 2019, a fim de propor alteração normativa para inclusão de dados de Agentes de Registro que figuraram em cada processo de emissão, considerando a relevância da informação para as auditorias e fiscalizações realizadas pela AC Raiz.
14	Estabelecer rotina de acompanhamento das informações publicadas no sítio eletrônico da Unidade, de modo a identificar tempestivamente falhas nas publicações de interesse público.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1. Estratégia

A estratégia adotada pelo ITI está graficamente representada no seu Mapa Estratégico, que apresenta os 11 objetivos estratégicos e evidencia os desafios que o Instituto pretende superar alinhados à sua missão e visão de futuro. A longo de 2021, diversas ações foram executadas com o intuito de endereçar os objetivos estratégicos constantes do planejamento.

Figura 6 – Mapa Estratégico



O Mapa Estratégico do ITI está estruturado em três perspectivas (alicerce, desafios internos e resultados) que representam o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada uma delas englobam um conjunto de objetivos estratégicos, que retratam os principais desafios a serem enfrentados pelo Instituto no alcance da visão e do cumprimento de sua missão institucional.

Relacionado a cada objetivo estratégico foram definidos os indicadores de desempenho, os projetos estratégicos e os processos críticos. Tal medida permite subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão das ações e dos recursos, além de promover a governança adequada dos processos essenciais, de modo a garantir que a estratégia esteja sendo cumprida efetivamente.

Os indicadores e as metas estabelecidas para 2021, constantes na Figura 7, bem como os projetos estratégicos, constantes na Figura 8 foram monitorados mensalmente durante o ano de exercício. Os resultados dos indicadores e projetos são apresentados ao longo deste documento nas sessões, a seguir: resultados alcançados ante os objetivos estratégicos, resultados das atividades finalísticas e da gestão e resultado das principais áreas de atuação.

Figura 7 – Indicadores de Estratégicos

#	Indicador	Meta 2019	Meta 2020	Meta 2021	Meta 2022	Unid.	Pol.	Period.	Peso	Área	Responsas.	OE
1	ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	30%	30%	10%	%	+	Anual	40%	ASESP	Ruy	RE - 1
2	IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	60%	0,00%	0,0055%	0,0031%	%	-	Mensal	60%	CGAFI	André	RE - 1
3	ISA - Índice de satisfação	60%	A definir	A definir	A definir	%	+	Anual	100%	ASCOM	Brenda	RE - 2
4	ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	145	160	134	Qtde dias	-	Trimestral	100%	CGAFI	André	DI - 1
5	IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	99,99%	99,99%	99,99%	%	+	Mensal	100%	CGISI	Gonçlaves	DI - 4
6	IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	35%	35%	35%	%	+	Trimestral	100%	ASCOM	Brenda	DI - 6
7	EOR - Execução do orçamento	60%	95%	95%	97%	%	+	Mensal	60%	COPOM	Cláudio	AL - 1
8	IOP - Índice de otimização de processos	100%	100%	75%	100%	%	+	Trimestral	100%	COPOM	Cláudio	AL - 2
9	IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	50,00%	75,00%	50,00%	%	+	Mensal	50%	COTIC	Felipe	AL - 3
10	IET - Índice de execução de projetos de TIC	50%	50%	75%	50%	%	+	Mensal	50%	COTIC	Felipe	AL - 3

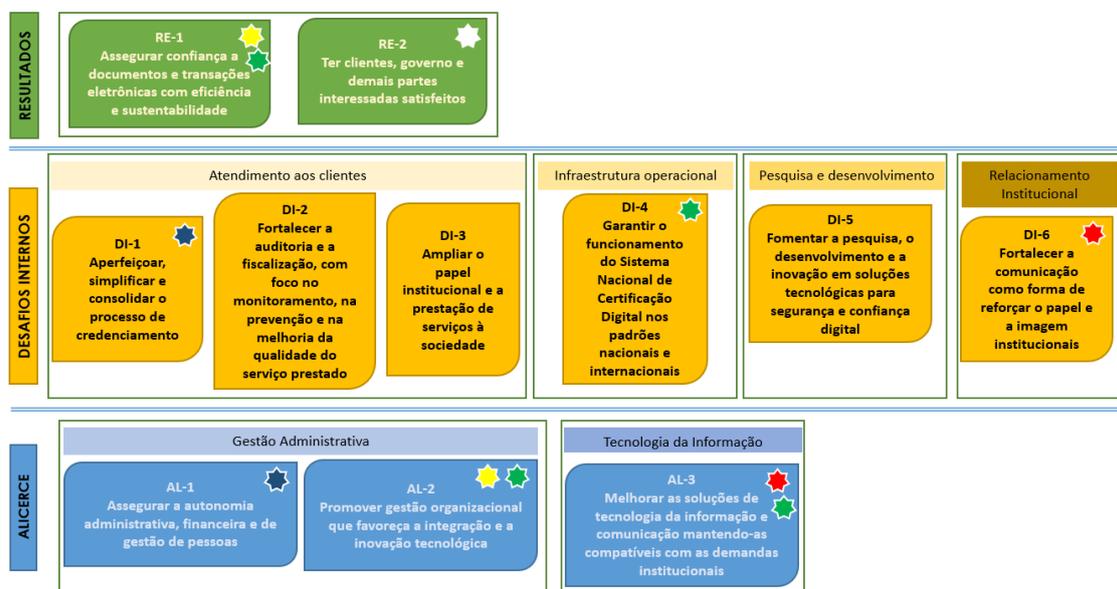
Figura 8 – Projetos Estratégicos

Id	Nome do Projeto	Ementa	Responsável	OE
1	Atualização de Sistema Antifraude	Atualizar tecnologicamente o sistema antifraude.	CGAFI	DI-2
2	Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais	Prestar serviços de Autoridade Certificadora de acordo com princípios e critérios internacionais.	CGISI	DI-4
3	Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo	Especificar protocolo padrão para auditoria e sincronismo de tempo para a EAT - Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil.	CGOPE	DI-4
4	Referência mundial de tempo	Tornar o ITI uma das referências mundiais de tempo em conformidade com o INMETRO e BIPM.	CGOPE	DI-4
5	Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz	Manter os subsistemas do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz atualizados tecnologicamente.	CGISI	DI-4
6	Assinatura Eletrônica Simples e Avançada	O desenvolvimento e implantação da infraestrutura tecnológica para as assinaturas e identificações eletrônicas e as tecnologias correlatas, inclusive aquelas relativas às assinaturas eletrônicas simples e avançadas.	DINFRA	DI-3
7	Gestão de processos	Implantar metodologia de gestão de processos, consistindo na seleção, priorização e otimização dos processos da cadeia de valor, bem como na gestão dos riscos associados.	CGPOA	AL-2
8	Cooperação Internacional	Fomentar e implementar acordos internacionais para interoperabilidade de Infraestruturas de Chaves Públicas e reconhecimento mútuo de assinaturas digitais.	ASESP	RE-1
9	Cooperação Nacional	Fomentar e prover soluções tecnológicas para novas aplicações e serviços de interesse público.	ASESP	RE-2

4.2. Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos

A seguir, panorama de resultados obtidos pelo ITI em 2021, segundo o acompanhamento de indicadores de desempenho estratégicos.

Figura 9 – Mapa Estratégico 2019-2022



Em seguida, os 11 objetivos estratégicos e a sua respectiva atualização frente ao acompanhamento sistemático do planejamento estratégico:

- 2 objetivos apresentaram desempenho acima de 102% (AZUL), sendo: DI – 1 e AL – 1.

- 4 objetivos apresentaram desempenho entre 90% e 102% (VERDE), sendo: RE – 1; DI – 4; AL – 2 e AL – 3.
- 2 objetivos apresentaram desempenho entre acima de 80% e abaixo 90% (AMARELA), sendo: RE – 1 e AL – 2.
- 2 objetivos apresentaram desempenho abaixo de 80% (VERMELHO), sendo DI – 6 e AL - 3, pois, o índice ainda estava em fase de aperfeiçoamento.
- 1 objetivo não foi medido (BRANCO). Trata-se do objetivo (RE-2) referente ao índice (ISA – Índice de Satisfação), ambos em fase de aperfeiçoamento, razão pela qual não houve aferição; e
- Os outros 3 objetivos estratégicos (DI- 2, DI – 3 e DI – 5) não foram medidos por não possuírem indicadores vinculados.

A avaliação geral de desempenho é realizada com base no comportamento dos indicadores de desempenho tendo como os critérios os descritos a seguir:

- Variação maior que 2% da meta: AZUL
- Variação entre -10 e 2% da meta: VERDE
- Variação entre -20 e -10% da meta: AMARELO
- Variação menor que -20% da meta: VERMELHO
- Não medido: BRANCO

Ainda assim, a Alta Administração estabeleceu diretrizes de supervisão, controle e correções definindo os papéis dos responsáveis da área de gestão das unidades da Autarquia, designando os responsáveis de cada área de negócio para a gestão sistematizada e informatizada, para isso organizou-se a coleta e a análise de dados necessários à medição de desempenho e à construção de relatórios contendo o resultados de trabalhos de avaliação, parte desse trabalho é materializado neste documento, não dispensando a ação contínua para melhoria e, sobretudo, elevação da qualidade e excelência dos serviços finalísticos e meio ora prestados.

O painel a seguir apresenta os resultados dos indicadores estratégicos no exercício de 2021, cujos resultados detalhados, análises e justificativas serão pormenorizados na sequência.

Figura 10 – Visão Indicadores Estratégicos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	+	Anual	%	ASESP	Ruy	3933	dez/21	10	8	80,0
IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	60%	-	Mensal	%	CGAFI	ANDRÉ	3873	dez/21	0,0055%	0,0059%	92,73
ISA - Índice de satisfação	100%	+	Anual	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/21	N.M	N.M	
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	Trimestral	Qtd de dias	CGAFI	André	3873	dez/21	160	111	130,63
IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	+	Mensal	%	CGISI	Gonçalves	3941	dez/21	99,99%	100,00%	100,0
IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	Trimestral	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/21	35,0%	8,60%	24,57
EOR - Execução do orçamento	60%	+	Mensal	%	COPOM	Cláudio	3889	dez/21	95,00%	99,00%	104,2
IOP - Índice de otimização de processos	100%	+	Trimestral	%	COPOM	Cláudio	3889	dez/21	75%	75%	100,0
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	Mensal	%	COTIC	Felipe	3810	dez/21	99,80%	99,79%	100,0
IET - Índice de execução de projetos de TIC	50%	+	Semestral	%	COTIC	Felipe	3810	dez/21	75%	33,33%	44,44

Objetivo Estratégico RE-1 – Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e sustentabilidade

i. Indicador ISC – Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	+	Anual	%	ASESP	Ruy	3933	dez/21	10	8	80,0

O indicador ISC mede o comportamento da curva de ampliação dos titulares de certificados aptos a utilizar serviços e aplicações com uso de certificação digital.

Trata-se de um mecanismo de avaliação do comportamento da confiança a documentos e transações eletrônicas.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações do ano de 2021 e a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações no ano anterior.

O ISC é medido anualmente e, em 2021, apresentou uma variação positiva de 8%, conforme dados da emissão apurada para o exercício.

Tabela 7 – Variação do ISC em 2021

Ano	Certificados ativos	Taxa
2020	9.813.657	10,5%
2021	10.599.269	8,0%

Observa-se pelos números que ocorreu crescimento de 8% da base de certificados ativos, embora tenha-se obtido recordes de emissões em 2021, com 7.472.601 emissões. O significativo aumento de emissões em parte, se justifica porque várias transações passaram a ser eletrônicas por conta das restrições sanitárias, ainda por conta da pandemia do COVID-19. O crescimento médio está em 10%, considerando os últimos 5 anos.

Não se observa nenhuma ação corretiva, visto que o crescimento está positivo. Informa-se que, foram feitos ajustes da contabilização dos certificados emitidos para cada ano a partir de 2016. Embora, o acompanhamento sistemático de certificados emitidos tenha iniciado em 2016, a implementação efetiva, bem como o acompanhamento mais sistemático dos dados iniciou-se em 2018. Com isso, espera-se que a partir do próximo ano, os dados estejam normalizados, e, assim, ter uma melhor análise quanto ao crescimento real do sistema ICP-Brasil. Os dados são atualmente publicados no portal do ITI, disponível no link: <https://numeros.iti.gov.br>.

Objetivo Estratégico RE-1 – Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e sustentabilidade

ii. Indicador IFC – Índice de fraude por certificados emitidos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	60%	-	Mensal	%	CGAFI	ANDRÉ	3873	dez/21	0,0055%	0,0059%	92,73

O indicador IFC mede a incidência de fraudes em certificados digitais comparativamente a quantidade de certificados emitidos. Trata-se de um indicador que reforça a confiança a documentos e transações eletrônicas.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de fraudes detectadas e a quantidade de certificados emitidos.

O IFC, que é medido mensalmente, tinha como meta até o mês de dezembro o índice de 0,0055%. O resultado de 2021 apresenta um índice de 0,0059%, com um desempenho de 92,7% da meta estabelecida para o ano.

O desempenho foi satisfatório, contudo quando comparado ao índice de 2020, em termos absolutos houve acréscimo de 19% no número de fraudes detectadas em decorrência do avanço nas cooperações do ITI com as forças policiais de investigação de crimes digitais (polícia federal e polícias civis estaduais), melhora no sistema de detecção de fraude do ITI, que permite identificação mais rápida, reduzindo o tempo de uso do certificado fraudado e, ainda, no cenário global de aumento das fraudes eletrônicas provocada pela nova realidade imposta pela pandemia de COVID-19.

Ações de melhoria necessitam ser implementadas para o atingimento da meta. Em 2022, serão avaliadas propostas de ajustes normativos nos PSBios e aprimoramentos serão realizados nos procedimentos operacionais dessas entidades se forem necessários.

Objetivo Estratégico RE-2 – Ter clientes, governo e demais partes interessadas satisfeitas

i. Indicador ISA – Índice de satisfação

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISA - Índice de satisfação	100%	+	Semestral	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/21	N.M	N.M	

As informações são obtidas através do site do governo federal <https://paineis.pesquisa.gov.br/painel/satisfacao>, painel “Avaliação de Satisfação”. O qual recolhe informações através do API de avaliação de serviços, que permite aos usuários, ao final de cada página de serviço do ITI, avaliar a utilidade da informação e a satisfação com o serviço.

Na reunião extraordinária do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Governança Digital – CGRC-GD, realizada em 30 de dezembro de 2021, decidiu-se pela revisão do indicador de aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários (ISA) quanto à fonte de dados para o devido acompanhamento sistemático.

Atualmente, apenas os serviços cadastrados junto ao portal Gov.br tem a opção de avaliação. A proposta é que a avaliação esteja disponível no portal do ITI, de modo que o cidadão possa manifestar-se a qualquer tempo.

Para a apuração do índice, deverá ser considerada a ponderação entre os serviços registrados no portal Gov.br e os demais serviços apurados no próprio portal do ITI, na proporção de 30% e 70%, respectivamente.

O instrumento padronizado de avaliação está em implementação e deverá ser disponibilizado no segundo semestre de 2022.

Objetivo Estratégico DI-1 – Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento

i. Indicador ITC – Índice de tempo médio de credenciamento

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	Trimestral	Qtd de dias	CGAFI	André	3873	dez/21	160	111	130,63

O indicador ITC mede o tempo médio de credenciamento apurado ao longo do exercício. O desempenho do indicador é ponderado em função do desempenho em cada segmento.

O resultado é obtido pela relação entre o tempo médio de credenciamento executado e o tempo de credenciamento definido em norma.

O resultado do exercício apresenta uma média de 111 dias com um desempenho de 130,63% em relação à meta.

O tempo médio de credenciamento de ACs, diminuiu em comparação a este mesmo período do ano anterior, estando dentro do tempo estipulado pela norma.

O desempenho de credenciamento, mostrou-se satisfatório, superando a meta estabelecida 30,62%, mesmo com o período de incidência da pandemia de COVID-19, que alterou a forma de trabalho, antes apenas presencial, para a modalidade mista, presencial e home office, não apresentando modificação significativa no desempenho do ITI no atendimento aos pedidos de credenciamento.

Proposta de Ação Corretiva

Não há medida de correção.

Objetivo Estratégico DI-4 – Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais

i. Indicador IDC – Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	+	Mensal	%	CGISI	Gonçalves	3941	dez/21	99,99%	100,00%	100,0

O indicador IDC mede a disponibilidade da infraestrutura de chaves públicas brasileira – ICP-Brasil, nos termos do Documento Principal da ICP-Brasil (DOC-ICP-01) e do relatório de disponibilidade.

Deve ser equivalente a 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos por cento) do tempo, considerando 24 horas por dia, 07 dias por semana, durante o exercício.

O resultado é obtido conforme o DOC-ICP-01 e o relatório de disponibilidade.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP-Brasil (99,99%), no ambiente seguro principal da AC Raiz, são mantidas duas infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI.

Além disso, o ITI mantém contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro da AC Raiz, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada. Logo, os resultados do 1º e 2º semestre de 2021 apresentam uma disponibilidade de 100,00%, com um desempenho de 100,0% em relação à meta, indicando a manutenção da disponibilidade prevista.

Objetivo Estratégico DI-6 – Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais

i. Indicador IEC – Índice de exposição em canais de comunicação

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	Trimestral	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/21	35,0%	8,60%	24,57

O indicador IEC mede a exposição do ITI em redes sociais, demonstrando o crescimento da quantidade de seguidores.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de seguidores em redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e LinkedIn) do ano atual pela quantidade de seguidores em redes sociais no ano anterior.

As informações são obtidas por meio de levantamento dos relatórios disponibilizados pelas redes sociais.

O planejamento visava a criação de um sistema para avaliar aspectos qualitativos relativos à exposição - positiva ou negativa - da imagem da Autarquia, mas, tendo em vista o cenário da pandemia, que, provocou alguns reajustes nas rotinas e certas restrições não foi possível desenvolver o projeto, bem como de exposição em mídia impressa e digital.

O trabalho de planejamento, a análise das possibilidades e oportunidades de comunicação, bem como a implantação de novos formatos de posts, produção de conteúdo e acompanhamento sistemáticos das redes somados à criação de mais um meio de comunicação – o canal do ITI no Telegram – resultaram no atingimento da meta.

Observamos ainda que o crescimento dos números e da presença do ITI demonstram que a estratégia de comunicação institucional implantada está correta.

A realização do Certforum 2021, de forma totalmente virtual, resultou no crescimento das demandas de posts e vídeos publicados.

Nesse mesmo período, foi marcado pela comemoração dos 20 anos da ICP-Brasil, tendo assim aumento na produção de conteúdo e o engajamento nas redes sociais.

Em dezembro de 2021, alguns acontecimentos geraram aumento no engajamento das redes, sendo eles: Reunião do Comitê Gestor da ICP-Brasil, Reuniões dos GTT, Recordes de Emissões, nova versão do “Meu Certificado” e o novo serviço “Protocolo Digital”.

Proposta de Ação Corretiva

Não há ações corretivas, tendo em vista o alcance das metas propostas.

Objetivo Estratégico AL-1 – Assegurar a autonomia administrativa, financeira e de gestão de pessoas

i. Indicador EOR – Execução do orçamento

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
EOR - Execução do orçamento	60%	+	Mensal	%	COPOM	Ciáudio	3889	dez/21	95,00%	99,00%	104,2

O indicador EOR mede a execução do orçamento autorizado ao longo do exercício. É uma medida de eficiência quanto à aplicação dos recursos necessários ao desenvolvimento do ITI.

O resultado é obtido pela relação entre o valor de execução do orçamento e o valor do orçamento autorizado.

O EOR, que é medido mensalmente, tinha como meta até o mês de dezembro uma execução de 95%.

Registra-se que foi empenhado o montante de R\$ 30.796.854,31, com as despesas de custeio e investimento (Exceto Benefícios obrigatórios e médicos), o que representa 99% em relação à Dotação Atual.

Objetivo Estratégico AL-2 – Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação tecnológica

i. Indicador IOP – Índice de otimização de processos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IOP - Índice de otimização de processos	100%	+	Trimestral	%	COPOM	Ciáudio	3889	dez/21	75%	75%	100,0

O indicador IOP mede o nível de otimização dos processos internos como métrica de efetividade na promoção da gestão organizacional. Otimizado é a situação de um processo mapeado, reprojeto e implantado. O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de processos otimizados e a quantidade total de processos.

O IOP, que é medido trimestralmente, tinha como meta para o exercício de 2021 a atualização da carteira de 70 processos. A carteira de processos foi atualizada e revisada, o que resultou em um total de 44 processos.

Dos 44 processos 33 foram mapeados restando 11 processos a serem mapeados no primeiro semestre de 2022, conforme tabela abaixo.

Tabela 8 – Processos Mapeados

Diretoria	Quantidade	Processo	Item	Mapeado?
CGNPE	1	Gerir Normas da ICP-Brasil ¹	Macroprocessos de Negócios	Sim
	2	Gerir Acordos Internacionais	Macroprocessos de Negócios	Sim
	3	Gerir Cadastro de Agentes de Registro da ICP-Brasil	Macroprocessos de Negócios	Sim
	4	Gerir Lista de Políticas de Assinatura Aprovadas - LPA	Macroprocessos de Negócios	Sim
	5	Gerir a Lista de Prestadores de Serviço de Confiança da ICP-Brasil - LPSC	Macroprocessos de Negócios	Sim
	6	Gerir Object Identifier - OID	Macroprocessos de Negócios	Sim
CGAFI	7	Credenciar PSC ¹	Macroprocessos de Negócios	Sim
	8	Realizar Auditoria ¹	Macroprocessos de Negócios	Sim
	9	Realizar Fiscalização ¹	Macroprocessos de Negócios	Sim
CGOPE	10	Emitir Lista de Certificados Revogados - LCR	Macroprocessos de Negócios	Sim
	11	Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital na ICP-Brasil	Macroprocessos de Negócios	Sim
	12	Operar Entidade de Auditoria de Tempo	Macroprocessos de Negócios	Não
CGISI	13	Gerir Infraestrutura do Ambiente Seguro (Sala Cofre) ¹	Macroprocessos de Negócios	Sim
	14	Gerir Plano de Continuidade da AC – Raiz ¹	Macroprocessos de Negócios	Sim
DILOG	15	Gerir Almoxarifado	Macroprocessos de Suporte	Sim

	16	Gerir Patrimônio	Macroprocessos de Suporte	Sim
	17	Gerir Viagens a Serviço (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens)	Macroprocessos de Suporte	Sim
	18	Gerir Suprimentos (cartão corporativo)	Macroprocessos de Suporte	Sim
	19	Fiscalizar Contratos	Macroprocessos de Suporte	Sim
	20	Gerir Documentos (Gerir protocolo/arquivo)	Macroprocessos de Suporte	Sim
	21	Planejar Contratação de Serviços e Aquisições	Macroprocessos de Governança	Sim
	22	Realizar Manutenção Predial	Macroprocessos de Suporte	Sim
COLIC	23	Gerir Processo Licitatório ¹	Macroprocessos de Governança	Sim
	24	Gerir Contratos ¹	Macroprocessos de Governança	Sim
	25	Gerir Fiscalização Administrativa de Contratos e Pagamentos ¹	Macroprocessos de Governança	Sim
COPOM	26	Gerir Programa de Integridade e <i>Compliance</i>	Macroprocessos de Governança	Sim
	27	Gerir Fala.BR ¹	Macroprocessos de Suporte	Não
	28	Gerir Orçamento ¹	Macroprocessos de Governança	Não
	29	Elaborar Prestação de Contas	Macroprocessos de Suporte	Não
COTIC	30	Coordenar PDTIC ¹	Macroprocessos de Governança	Não
	31	Realizar Suporte Tecnológico ¹	Macroprocessos de Suporte	Não
	32	Planejar e Contratar Tecnologia da Informação	Macroprocessos de Governança	Não
	33	Fiscalizar e Gerir Contratos de Tecnologia (serviços e equipamentos)	Macroprocessos de Governança	Não
	34	Elaborar Normas, Procedimentos e Padrões	Macroprocessos de Suporte	Não

	35	Coordenar Projetos de Tecnologia	Macroprocessos de Suporte	Não
	36	Prestar Assessoria Tecnológica	Macroprocessos de Governança	Não
COEFI	37	Gerir Emissão da Ordem Bancária	Macroprocessos de Suporte	Sim
	38	Gerir Emissão da Ordem de Empenho	Macroprocessos de Suporte	Sim
SEGEP	39	Gerir Despesas com Pessoal	Macroprocessos de Suporte	Sim
SECON	40	Elaborar Informações Contábeis	Macroprocessos de Suporte	Sim
PFESP	41	Elaborar Manifestação Jurídica Consultiva	Macroprocessos de Suporte	Sim
ASCOM	42	Gerir Comunicação ¹	Macroprocessos de Suporte	Sim
COAUD	43	Realizar Auditoria Interna	Macroprocessos de Governança	Sim
GABIN	44	Assessorar Diretor-Presidente	Macroprocessos de Suporte	Sim

¹ Processos críticos

Projeto: Gestão de processos

Ementa: Implantar metodologia de gestão de processos, consistindo na seleção, priorização e otimização dos processos da Cadeia de Valor, bem como na gestão dos riscos associados.

Tendo-se em consideração a Cadeia de Valor (Figura 5), buscou-se priorizar o levantamento dos riscos associados aos processos de negócios e de suporte direto aos processos de negócios.

Desde 2019, com:

- (1.) a proposta de inserir o Programa e o Plano de Integridade e *Compliance* no ITI;
- (2.) o levantamento das atividades/processos realizados no ITI; e
- (3.) o levantamento dos riscos, incluindo-se os de Integridade e *Compliance* e os operacionais, assim, buscou-se implementar a gestão de riscos associados aos processos.

Em referência ao Programa de Integridade e *Compliance*, a COPOM foi designada para dar suporte para a instituição da UGI – Unidade de Gestão de Integridade e o Plano de Integridade e *Compliance* foi aprovado na Portaria n°. 14, de 15 de abril de 2019, o

qual estabelece o levantamento de riscos inerentes aos processos da Cadeia de Valor e os processos não críticos para respaldar possíveis tomada de decisões.

Em 2021, o levantamento de riscos foi iniciado, tendo-se coletado os riscos operacionais e de integridade, o que demonstrou (i) 45% de riscos pequenos, 40% de riscos moderados, 15% de riscos altos e 2% de riscos críticos.

Para 2022, busca-se amadurecer o tratamento dos riscos levantados, o que inclui o diagnóstico de problemas, acompanhamento dos indicadores e tomada de decisão.

Objetivo Estratégico AL-3 – Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais

i. Indicador IAT – Índice de atendimento às demandas de TIC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	Mensal	%	COTIC	Felipe	3810	dez/21	99,80%	99,79%	100,0

O indicador IAT mede as demandas por atendimento ao usuário e por suporte à infraestrutura de TIC conforme o Nível de Serviço (SLA) definido em contrato. O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de demandas solicitadas dentro do SLA e o total de demandas atendidas.

As informações para mensuração do indicador deverão ser obtidas diretamente a partir do software que registra os tickets de atendimentos de TI realizados pela equipe técnica. Atualmente está sendo utilizado o OTRS para esta finalidade.

Mede-se as demandas por atendimento ao usuário e por suporte à infraestrutura de TIC conforme o Nível de Serviço (SLA) definido em contrato.

O índice em tela apresentou uma redução durante o período em virtude de uma reestruturação da equipe interna e readaptação da nova equipe ao ambiente do ITI. Houve uma fase de ambientação ao ITI e com pouca documentação referente aos processos e procedimentos que eram realizados e a urgência em atender algumas demandas pendentes gerou uma queda nestes indicadores contratuais. Um novo contrato de suporte nível 3 foi iniciado.

Objetivo Estratégico AL-3 – Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais

ii. Indicador IET – Índice de execução de projetos de TIC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IET - Índice de execução de projetos de TIC	50%	+	Semestral	%	COTIC	Felipe	3810	dez/21	75%	33,33%	44,44

O indicador IET considera as demandas atendidas pela equipe de desenvolvimento da Fábrica de Software com a implementação de funcionalidades de software mapeadas em casos de desenvolvimento ágil.

As informações para mensuração do indicador foram obtidas diretamente das Ordem de Serviços (OS) abertas no período, bem como as entregas efetuadas pela empresa contratada através a verificação dos Termos de Recebimento Definitivo, conforme requisitos contratuais.

O resultado é obtido pela relação entre o número de etapas de desenvolvimento (sprints) com entregas totais do escopo no período e o número total de etapas de desenvolvimento (sprints) no período. O IET, que é medido semestralmente, tinha como meta para o 2º trimestre um índice de 75%.

Deve-se considerar ainda que, o contrato de Fábrica de Software foi iniciado em maio de 2021, tendo sua primeira OS iniciada em setembro de 2021. Logo, dado o período citado, o índice foi medido para fins apenas de referência, não sendo considerado como metas para o ano de 2021, visto que o período não mediria de forma precisa o índice em questão, já que levou em conta apenas o final do 2º semestre de 2021.

4.3. Resultados das atividades finalísticas e da gestão

I. Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

No contexto das competências regimentais da DINFRA estabelecidas no Art. 7º do Anexo I do Decreto nº 8.985, de 2017:

- a) Quanto às operações da AC RAIZ da ICP-Brasil:

Tabela 9 – Operações da AC Raiz

Ação	Qtde
Cerimônias de Emissão de Certificados da AC RAIZ e de AC de nível subseqüente à AC RAIZ	6
Cerimônias de Revogação de Certificados da AC RAIZ e de AC de nível subseqüente à AC RAIZ	0
Cerimônias de Emissão de LCRs da AC RAIZ	5
Habilitações de ACT na EAT	0
Homologações de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil	3
Publicações de Listas de Políticas de Assinatura	4
Publicação de Listas de Prestadores de Serviço de Confiança	2

b) Quanto às regulamentações aplicáveis no âmbito da ICP-Brasil e do ITI:

i) Participação nas atividades que resultaram na edição e publicação dos seguintes atos normativos:

(1) Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil números 182 a 198, com destaque para:

(a) Resolução n.º 184: novos prazos para a adequação da rede de carimbos do tempo ICP-Brasil aos novos protocolos de sincronismo e auditoria do tempo;

(b) Resolução n.º 187: revisão e consolidação do documento ‘Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital na ICP-Brasil DOC-ICP-10’;

(c) Resolução n.º 188: ajustes no documento ‘Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas das Autoridades de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil - DOC-ICP-12’;

(d) Resolução n.º 189: apresentação e aprovação dos Relatórios de Auditoria Independente referentes ao ambiente operacional da AC Raiz da ICP-Brasil;

(e) Resolução n.º 192: revisão e consolidação do documento ‘Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil – DOC-ICP-01’;

(f) Resolução n.º 193: revisão e consolidação do documento ‘Política de Segurança da ICP-Brasil – DOC-ICP-02’;

(g) Resolução n.º 196: ajustes no documento ‘Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificados na ICP-Brasil - DOC-ICP-04’, para atualização dos requisitos *Webtrust*; e

(h) Resolução n.º 197: ajustes nos documentos DOC-ICP-03, DOC-ICP-04 e DOC-ICP-05 para regulamentar os procedimentos e requisitos técnicos para a operacionalização de Autoridade de Registro Eletrônica na ICP-Brasil (AR ELETRÔNICA).

(2) Instruções Normativas do ITI números 01 a 20 de 2021, com destaque para:

(a) IN 05: ajustes nos documentos DOC-ICP-05.02, DOC-ICP05.03 e DOC-ICP-05.05, para prever a emissão de certificados digitais por videoconferência;

(b) IN 07: revisão e consolidação do documento ‘Procedimentos Administrativos para Homologação na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.01’;

(c) IN 08: revisão e consolidação do documento ‘Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.02’;

(d) IN 09: revisão e consolidação do documento ‘Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Cartões Inteligentes (Smart Cards), Leitoras de Cartões Inteligentes e Tokens Criptográficos na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.03’;

(e) IN 10: revisão e consolidação do documento ‘Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Softwares de Assinatura Digital, Sigilo e Autenticação na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.04’;

(f) IN 11: revisão e consolidação do documento ‘Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Módulos de Segurança Criptográfica (MSC) na ICP-Brasil – DOC-IC-P10.05’;

(g) IN 12: revisão e consolidação do documento ‘Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Softwares de Bibliotecas Criptográficas e Softwares Provedores de Serviços Criptográficos na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.06’;

(h) IN 14: revisão e consolidação do documento ‘Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Equipamentos Criptográficos não Contemplados em Manuais de Condutas Técnicas Específicos– DOC-ICP-10.08’;

(i) IN 16: ampliação do prazo de validade da chave criptográfica simétrica empregada para geração de IDN para os PSBios ICP-Brasil;

(j) IN 17: aprovou a versão 1.0 do documento ‘Protocolos de Auditoria e Sincronismo do Tempo da Rede de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil DOC-ICP-11.02’, em função dos novos protocolos de sincronismo e auditoria do tempo no âmbito da ICP-Brasil;

(k) IN 18: aprovou a versão 3.0 dos volumes I e II do Manual de Condutas Técnicas - MCT n° 10 e alterou o DOC-ICP-11.01, em função dos novos protocolos de sincronismo e auditoria do tempo no âmbito da ICP-Brasil; e

(l) IN 19: Aprova a versão 4.0 dos volumes I e II do Manual de Condutas Técnicas - MCT n° 03 da ICP-Brasil; e

(3) Portarias do ITI números 6 e 16 de 2021.

c) Quanto às atividades e procedimentos operacionais e de segurança no âmbito da ICP-Brasil e do ITI:

i) Coordenação do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) instituído pelas Portarias ITI n° 6 e 16 de 2021, para estudo e proposição de regulamentação de AR ELETRÔNICA no âmbito da ICP-Brasil. O resultado do GTT foi levado ao Comitê Gestor da ICP-Brasil e culminou na aprovação da Resolução n° 197;

ii) Realização de auditorias da AC RAIZ, por empresa especializada independente, cujos resultados atestaram a conformidade aos normativos da ICP-Brasil e internacionais aplicáveis, tendo por resultados a manutenção dos selos “*Webtrust for CA*”, “*Webtrust SSL BR*”, “*Webtrust SSL EV*” e “*Webtrust Codesigning*”;

iii) Entrega, avaliação, aprovação e instalação no ambiente de produção da Entidade de Auditoria do Tempo (EAT) do ITI dos novos equipamentos SAS (de auditoria e sincronismo do tempo) e SCT (de emissão de carimbos do tempo) aderentes aos requisitos dos novos protocolos de sincronismo e auditoria do tempo, adquiridos pelo

Pregão N° 11/2020. Desde outubro de 2021, ambiente disponibilizado para interessados (mercado/indústria) realizarem testes de integração de seus produtos com vistas à promoção de eventuais ajustes face às inovações implementadas e estabilização da Rede de Carimbo do Tempo;

iv) Ações para o aprimoramento da escala de tempo própria do ITI, que é responsável pela distribuição do tempo para todos os entes da ICP-Brasil por meio de protocolo NTP, utilizando esta escala como referência para a Entidade de Auditoria do Tempo (EAT) da ICP-Brasil. Dando continuidade às atividades decorrentes do Termo de Execução Descentralizada n° 002/2020, firmado entre o ITI e o INMETRO, para a aquisição de equipamentos para comporem as escalas de tempo do ITI e do INMETRO, foram instalados ao longo do ano de 2021, um equipamento para a contagem de intervalos de tempo e um equipamento para a análise de ruídos de fase e frequência de sinais. Ocorreu, ainda, visita do INMETRO ao sítio principal (produção) da EAT em Brasília/DF, nos meses de junho e novembro de 2021, para realizar a medição de incertezas em cabos e equipamentos de tempo, bem como para configurar receptores GNSS, que servirão para compor as escalas de tempo do ITI.

d) Quanto ao Centro de Certificação Digital (CCD) da AC RAIZ:

i) Manutenção do pleno funcionamento do CCD da AC RAIZ ICP-Brasil, em seus dois ambientes, Produção (Brasília/DF) e Contingência (Florianópolis/SC), garantindo a disponibilidade normativa mínima de 99,99%, conforme Planilha CGISI (SEI 0468564);

ii) Atualização do sistema de segurança de borda do ambiente online da AC RAIZ da ICP-Brasil, através da instalação e configuração de novos equipamentos redundantes de segurança de rede.

O Detalhamento dessas ações encontra-se no DESPACHO N° 0536646/2022/CGISI/DINFRA (SEI 0536646).

2) Quanto às competências do ITI estabelecidas no Art. 9° do Decreto n° 10.543, de 2020:

a) Edição e publicação da Portaria Conjunta ITI/CC/PR SGD/SEDGG/ME N° 1, de 8 de setembro de 2021, que estabelece os padrões criptográficos referenciais para as

assinaturas eletrônicas avançadas nas comunicações que envolvam a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme disposto no inciso I do Art. 9º do Decreto nº 10.543, de 2020;

b) Continuidade da implantação do serviço de assinaturas eletrônicas avançadas, conforme disposto na Lei nº 14.063, de 2020, e regulamentada pelo Decreto nº 10.543, de 2020, demandado ao ITI pela SGD/ME, que consiste de infraestrutura de rede e de aplicações para a emissão de certificados digitais avançados e a realização e verificação de assinaturas eletrônicas avançadas, de forma completamente independente da infraestrutura da AC RAIZ da ICP-Brasil. Durante o ano de 2021, foram realizadas adequações no ambiente de produção em Brasília/DF e a instalação de ambiente de contingência em Florianópolis/SC;

c) Manutenção e sustentação das ACs que formam a cadeia de confiança de emissão de certificados digitais avançados para os cidadãos com contas “PRATA” e “OURO” da Plataforma gov.br: Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1 e AC Final do Governo Federal do Brasil v1;

d) Manutenção, sustentação e evolução funcional continuada do serviço de assinaturas eletrônicas avançadas, através do Portal de Assinaturas Eletrônicas da Plataforma Gov.br (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinaturaeletronica>) e através de APIs para integração automatizada de aplicações de governo;

e) Manutenção, sustentação e evolução funcional continuada do serviço de verificação de assinaturas eletrônicas avançadas (<https://verificador.iti.br/>).

f) Dados referentes às assinaturas eletrônicas avançadas no ano de 2021:

Tabela 10 - Assinaturas eletrônicas avançadas realizadas

Mês	Total de Assinaturas Eletrônicas Avançadas Realizadas
Janeiro	13.204
Fevereiro	20.415
Março	37.408
Abril	42.312
Maio	59.875
Junho	79.338
Julho	148.124
Agosto	606.109
Setembro	668.102
Outubro	701.607
Novembro	690.328
Dezembro	704.195
Total no ano de 2021	3.771.017

Tabela 11 - Certificados digitais avançados emitidos

Mês	Total de Certificados Digitais Avançados Emitidos
Janeiro	1.128
Fevereiro	2.917
Março	4.551
Abril	4.684
Maio	6.556
Junho	7.589
Julho	19.753
Agosto	93.724
Setembro	89.326
Outubro	93.525
Novembro	92.661
Dezembro	90.138
Total no ano de 2021	506.552

3) As atividades, ações e projetos elencados nos parágrafos anteriores estão aderentes à Estratégia de Governo de Digital para o período de 2020 a 2022, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 2020, em especial, ao Objetivo 12 – Identidade digital do cidadão, e suas iniciativas:

- 12.2. Disponibilizar identidade digital ao cidadão, com expectativa de emissão de quarenta milhões até 2022;

- 12.3. Criar as condições para a expansão e para a redução dos custos dos certificados digitais para que custem, no máximo, o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por usuário anualmente até 2022;

- 12.4. Disponibilizar novos mecanismos de assinatura digital ao cidadão até 2022;

- 12.5. Incentivar o uso de assinaturas digitais com alto nível de segurança;

- 12.7. Promover a divulgação ampla de sistemas e aplicações para uso e verificação das políticas de assinatura com códigos abertos e interoperáveis.

4) Outrossim, essas mesmas atividades, ações e projetos encontram-se alinhadas ao Planejamento Estratégico do ITI para o período 2019 a 2022, com destaque para:

a) Objetivos Estratégicos RE-1 “Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e eficácia” e RE-2 “Ter clientes, governo e demais partes interessadas satisfeitos”;

b) Desafios Internos DI-3 “Ampliar o papel institucional e a prestação de serviços à sociedade” e DI-5 “Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em soluções tecnológicas para segurança e confiança digital”.

II. Coordenação Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação - CGISI

1) Resultados dos indicadores “IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil”.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP-Brasil (99,99%), no ambiente seguro principal da AC Raiz são mantidas duas infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI. Além disso, o ITI mantém contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro da AC Raiz, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada.

Assim, durante o exercício de 2021, foi possível manter a disponibilidade da AC Raiz da ICP-Brasil em 100% atendendo plenamente o IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, cuja meta estabelecida é 99,99%.

2) Resultados dos projetos “Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais” e “Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz”.

i) Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais

O ITI, Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, mantém contrato com a empresa de auditoria independente - Ernst & Young Auditores Independentes S/S - para realização de auditorias de conformidade com os documentos ICP-Brasil (DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02) e normativos internacionais *Webtrust*. Assim, no exercício de 2021 foram realizadas as seguintes auditorias:

1) Auditoria anual de conformidade baseada nos normativos vigentes da ICP-Brasil denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 para o período de 09 de setembro de 2020 a 08 de setembro de 2021 (exercício 2021), cujos Pareceres Resumo, em português e, também, em inglês, estão disponíveis em <https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/comite-gestor/extratos-de-auditoria>;

2) Auditoria baseada no normativo internacional *Webtrust Principles and Criteria for Certification Authorities*, para o período de 09 de setembro de 2020 a 08 de setembro de 2021 (exercício 2021) para as cadeias v2, v4, v5, v6 e v7 e para o período de 17 de maio de 2021 a 08 de setembro de 2021 (exercício 2021) para as cadeias v10 e v11, cujos respectivos selos *Webtrust (Webtrust for CA)* se encontram disponíveis em <https://www.gov.br/iti/pt-br>;

3) Auditoria baseada no normativo internacional *WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – Code Signing Baseline Requirements* para o período de 06 de dezembro de 2020 a 08 de setembro de 2021 (exercício 2021) cujo selo *Webtrust (Code Signing)* está disponível em: <https://www.gov.br/iti/pt-br>.

4) Auditoria baseada no normativo internacional *WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – Extended Validation Code Signing* para período de 13 de maio de 2021 a 08 de setembro 2021 (exercício 2021) cujo selo *Webtrust (Code Signing – houve a junção do selo Webtrust Code Signing e o selo Webtrust Code Signing Extended Validation)* está disponível em <https://www.gov.br/iti/pt-br>.

5) Auditoria baseada no normativo internacional *Webtrust Principles and Criteria for Certification Authorities – SSL Baseline with Network Security* para período de 17 de maio de 2021 a 08 de setembro 2021 (exercício 2021) cujo selo *Webtrust (BR SSL)* está disponível em <https://www.gov.br/iti/pt-br>.

6) Auditoria baseada no normativo internacional *WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – Extended Validation SSL* para período de 06 de dezembro de 2020 a 08 de setembro 2021 (exercício 2021) cujo selo *Webtrust (SSL Extended Validation)* está disponível em <https://www.gov.br/iti/pt-br>.

Dessa forma, de acordo com os relatórios apresentados pela empresa de auditoria independente, a AC Raiz está em conformidade com os normativos DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 da ICP - Brasil em nível considerado adequado (ausência de não conformidades) conforme documento DOC-ICP-08.01 v1.0 CRITÉRIOS PARA A EMISSÃO DE PARECER DE AUDITORIA, disponível em: [https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/legislacao/documentosprincipais/IN062021_DOC_ICP_08.01v1.0 assinada .pdf](https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/legislacao/documentosprincipais/IN062021_DOC_ICP_08.01v1.0_assinada.pdf).

Além disso, cabe ressaltar que, de acordo com as auditorias realizadas conforme os normativos internacionais *Webtrust*, a AC Raiz manteve os selos obtidos anteriormente (*Webtrust for CA, SSL BR, SSL EV e CS*), e obteve relatório de asseguuração para os critérios *Webtrust Code Signing Extended Validation*, cujo selo foi unificado com o *Code Signing BR (Baseline)* resultando em um único selo *Code Signing*.

Dessa forma, o ITI atualmente dispõe de todos os selos *Webtrust* disponíveis o que facilitará a inserção dos certificados raízes da ICP-Brasil nos repositórios confiáveis e o estabelecimento de acordos internacionais.

ii) Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz.

No ano de 2021, o ITI cumpriu seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, assentada em sua disponibilidade de 99,99% e deu continuidade ao desenvolvimento e implantação de novas soluções tecnológicas com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do

Certificado Digital ICP-Brasil, bem como o provimento de infraestrutura para o as assinaturas eletrônicas avançadas, conforme previsto na Lei nº14.063, de 23 de setembro de 2020, onde podem ser destacadas as seguintes aquisições:

- Solução de backup para o ambiente da AC Raiz da ICP-Brasil e para a infraestrutura de assinaturas eletrônicas avançadas;

- *Switchs Fibre Channel (FC)* para modernização da rede SAN dos ambientes da AC Raiz da ICP-Brasil e para a infraestrutura de assinaturas eletrônicas avançadas;

- Renovação de licenças do ambiente de virtualização da AC Raiz da ICP-Brasil e aquisição de novas licenças para a infraestrutura de assinaturas eletrônicas avançadas.

Além das aquisições mencionadas, houve a implementação de soluções para o provimento de:

- Infraestrutura redundante para as assinaturas eletrônicas avançadas em ambiente de contingência através da disponibilização de infraestrutura de rede e aplicação para emissão de certificados e assinaturas eletrônicas avançadas de forma segregada do ambiente de produção;

- Atualização do sistema de segurança de borda do ambiente online da AC Raiz da ICP-Brasil e da infraestrutura de assinaturas eletrônicas avançadas através da instalação e configuração de novos equipamentos redundantes de segurança de rede.

III. Coordenação Geral de Operações – CGOPE

As atividades da CGOPE compreendem:

- Gestão de operação da AC Raiz;
- Gestão de operação da Entidade de Auditoria do Tempo - EAT;
- Planejar e coordenar as homologações de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil;
- Promover a cultura de segurança da informação;
- Aprovar a concessão de acesso a ativos da AC Raiz da ICP-Brasil;
- Executar os processos e controle de gestão de pessoas envolvidas nas atividades da AC Raiz e da EAT;

- Propor a revisão e a atualização das normas relativas à operação da AC Raiz da ICP-Brasil, da EAT da ICP-Brasil e da homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil;
- Gestão do ciclo de vida dos sistemas criptográficos da AC Raiz da ICP-Brasil.

i. Projetos Estratégicos de Responsabilidade da CGOPE

Projeto: Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo

Para aquisição de Sistemas de Auditoria e Sincronismo (SAS) e Servidor de Carimbo do Tempo (SCT) atendendo aos requisitos dos novos protocolos de tempo, foi assinado contrato com a empresa Kryptus.

No transcorrer de 2021, três equipamentos SAS e um equipamento SCT foram entregues e instalados no ambiente principal da EAT.

Foram promovidos testes na rede metropolitana de Brasília/DF, utilizando SAS instalado no ambiente principal da EAT e SCT instalado em laboratório da CGOPE na sede do ITI, para verificação da eficiência dos protocolos e promoção de ajustes.

Projeto: Referência mundial de tempo

Dando continuidade às atividades do Termo de Execução Descentralizada 002/2020, firmado entre o ITI e do INMETRO, no ano de 2021, foram instalados equipamentos para contagem de intervalos de tempo e para análise de ruídos de fase e frequência de sinais:

- Contador de Intervalo de Tempo, modelos 53230A, marca Keysight; e
- Analisador de Ruídos de Frequência, modelo 53100A, marca Microchip.

O INMETRO compareceu ao sítio principal da EAT em Brasília/DF, nos meses de junho e novembro de 2021, para realizar medição de incertezas em cabos e equipamentos de tempo, bem como para configurar receptores GNSS que servirão para compor as escalas de tempo do ITI.

No ano de 2022, o INMETRO deverá entregar os demais equipamentos para composição da escala de tempo do ITI, prosseguindo com a certificação do sítio principal e sítio de contingência da EAT.

IV. Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

As atividades da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN) em 2021 compreenderam a realização de:

1. Auditorias pré-operacionais nas entidades em credenciamento;
2. Fiscalizações em entidades credenciadas;
3. Credenciamentos / descredenciamentos / novas vinculações de AR nas cadeias da ICP-Brasil / alteração de dados cadastrais, especialmente de AR;
4. Manutenção e credenciamento das empresas de auditoria independente;
5. Análise de documentação técnica de ACs (PC, DPC, PS) e ARs (DPN) em conformidade com as novas regulamentações e em face às novas regras para aderência ao *Webtrust*;
6. Desenvolvimento de ferramenta para melhoria das atividades de controle das Auditorias;
7. Elaboração e manutenção de parcerias por meio de TEDs (Termo de Execução Descentralizada) com Universidades envolvendo testes de soluções (verificador, assinador, plug-in PadES), estudo para aplicação de Inteligência Artificial (AI) em caso de fraudes.
8. Revisão de normativos em atendimento ao Decreto n.º 10.139/2019 e propostas de melhorias aprovadas em Comitê Gestor.

A tabela 11, quantifica as principais atividades desenvolvidas pela DAFN, que tem reflexos diretos nos credenciamentos e manutenção dos credenciamentos das entidades da ICP-Brasil.

Tabela 12 - DAFN

REALIZAÇÕES	EXECUTADO
Auditorias pré-operacionais – AC 1º nível	04
Auditorias Pré-Operacionais de AC	18
Fiscalização	17
Análise de credenciamento de AR	416
Análise de Credenciamento de PSS	1
Análise de credenciamento de Órgão de Auditoria Independente	1
Análise de novas vinculações de AR	522
Criação e desenvolvimento de mecanismo para maior transparência no acompanhamento das Auditorias.	1
Elaboração e manutenção de parcerias com Universidades.	1
Revisão de normativos e propostas de melhorias aprovadas em Comitê Gestor (Pautas aprovadas).	19
Portarias e Adendos	5
Instruções Normativas	20
Resoluções	18

Fonte: sei.iti.gov.br

O crescente número de credenciamento (conforme quadro abaixo) e resultado de inúmeras ações para elucidar conceitos, simplificações e melhorias em processo de administrativos da DAFN. Mesmo estando com o período de incidência da pandemia de COVID-19, o desempenho de credenciamento, mostrou-se satisfatório. Operando ainda com a modalidade mista (presencial e home office), não foi apresentado modificação significativa no desempenho da DAFN no atendimento aos pedidos de Credenciamentos.

Gráfico 5 – Comparativo de credenciamento de Autoridades de Registro



Os números de emissões de certificados dos últimos 12 meses demonstram o crescimento da ICP-Brasil em 23% para o período de 2021, apoiado na divulgação do certificado digital em apoio às estratégias de transformação digital do País, conforme tabela 12.

Tabela 13– Emissões de Certificados

Mês Referência	2020	2021	Crescimento de 2021 em relação a 2020
Janeiro	501.919	581.534	16%
Fevereiro	434.713	576.832	32%
Março	416.177	602.477	45%
Abril	393.786	548.844	39%
Maiο	466.250	658.834	41%
Junho	517.468	696.387	35%
Julho	628.973	674.580	7%
Agosto	568.162	704.449	24%
Setembro	563.985	638.800	13%
Outubro	561.048	599.028	7%
Novembro	520.273	648.939	25%
Dezembro	482.315	537.585	11%
TOTAL	6.055.069	7.468.289	23%

Fonte: sg2.in.iti.gov.br

A DAFN continua atuando com melhorias para maior transparência aos interessados na apresentação de resultados. Em 2021, além de manter os serviços da Fila (<https://fila.iti.gov.br/#/ars/atendimento>) e dos Números (<https://numeros.iti.gov.br/#/>) foi disponibilizado aos titulares uma ferramenta que permite a consulta de informações relacionadas aos certificados emitidos pela ICP-Brasil, integrado ao gov.br o “Meu Certificado” (<https://meucertificado.iti.gov.br/>) que permite o acesso as informações básicas dos certificados, como: Serial, Autoridade Certificadora, Tipo de uso, Emissão e Expiração. Caso o usuário utilize o seu certificado digital, poderá visualizar mais informações, tais como: Autoridade de Registro, Titularidade, Razão social, Tipo de Emissão, Tipo de Certificado, e-mail, UF de emissão e Status do certificado.

Para cumprir a determinação estabelecida pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, bem como as suas atualizações, para revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto, foram executadas as etapas II, III e IV desse processo.

Esse trabalho é refletido na quantidade de normativos publicados no ano de 2021. A execução da etapa V está em andamento e será concluída em 2022.

Para atender as previsões estabelecidas no Decreto, foram necessárias alterações significativas no processo de elaboração e formatação de normas até então utilizado. Destaca-se nessas alterações a juntada dos DOC-ICP como anexo aos atos normativos previstos no Decreto (Resoluções, Instruções Normativas e Portarias), passando a ser constituído por uma unidade inseparável, ou seja, o ato normativo e seu anexo no mesmo arquivo.

Em decorrência do estado de emergência de saúde pública (COVID-19), não foram realizadas reuniões presenciais, mas, foram realizadas 4 (quatro) plenárias por videoconferência e 01 (uma) plenária virtual do Comitê Gestor da ICP-Brasil no ano de 2021, resultando na publicação de 18 resoluções.

Em 2021 foram aprovadas pelo Diretor-Presidente do ITI, que também exerce a função de Secretário-Executivo do Comitê Gestor da ICP-Brasil, e publicadas 20 Instruções Normativas sob responsabilidade da CGNPE.

Cabe destacar que, em 2021 foi entregue à sociedade as novas regras para emissão de certificados digitais por videoconferência na ICP-Brasil, por meio da Resolução CG/ICP Brasil nº 181/2021, complementada pela IN/ITI 05/2021, o que possibilitou modernizar a forma de identificação do cidadão e um alinhamento com a nova realidade imposta pela pandemia de COVID-19.

Por fim, a DAFN está inteiramente alinhada com as estratégias do ITI e trabalha para a realização das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico.

V. Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização - CGAFI

a) Informação sobre Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira

No período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2021, a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil emitiu 7.468.289 certificados digitais. No mesmo período anterior, de 2020, foram emitidos 6.069.541, portanto, houve crescimento de 23,04% em relação ao ano de 2020.

c) Resultados dos indicadores de Gestão

Indicador: Índice de Fraudes – IFC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IFC – Índice de fraude por certificados emitidos	60%	negativa	Mensal	%	CGAFI	dez/21	0,0055%	0,0059%	92,7%

O indicador IFC mede a incidência de fraudes em certificados digitais comparativamente a quantidade de certificados emitidos. Trata-se de um indicador que reforça a confiança nos documentos e transações eletrônicas.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de fraudes detectadas no período e a quantidade de fraudes detectadas no período e a quantidade de certificados emitidos no ano.

O IFC, que é medido mensalmente, tinha como meta até o mês de dezembro o índice de 0,0055%. O resultado de 2021 apresenta um índice de 0,0059%, com um desempenho de 92,7% da meta estabelecida para o ano.

O desempenho foi satisfatório, contudo quando comparado ao índice de 2020, em termos absolutos houve acréscimo de 19% no número de fraudes detectadas em decorrência do avanço nas cooperações do ITI com a forças policiais de investigação de crimes digitais (polícia federal e polícias civis estaduais), melhora no sistema de detecção de fraude do ITI, que permite identificação mais rápida, reduzindo o tempo de uso do certificado fraudado e, ainda, no cenário global de aumento das fraudes eletrônicas provocada pela nova realidade imposta pela pandemia de COVID-19.

Ações de melhoria necessitam ser implementadas para o atingimento da meta. Em 2022 serão avaliadas propostas de ajustes normativos nos PSBios, e aprimoramentos serão realizados nos procedimentos operacionais dessas entidades se forem necessários.

Indicador: Índice de tempo médio de Credenciamento – ITC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ITC – Índice de tempo médio de credenciamento	100%	Negativa	Trimestral	Qtd. de dias	CGAFI	Dez/21	160	111	130,72

O indicador ITC mede o tempo médio de credenciamento apurado ao longo do exercício. O prazo é ponderado por tipo de credenciamento, em função dos prazos específicos para cada caso.

O resultado é obtido pela relação entre o tempo médio de credenciamento executado e o tempo de credenciamento definido em norma.

O ITC, que é medido trimestralmente, tinha como meta para ano de 2021 uma média ponderada de 160 dias. O resultado do exercício apresenta uma média de 111 dias com um desempenho de 130,72% em relação à meta.

Durante o exercício de 2021, houve o credenciamento de ACs de primeiro nível (AC1) e de segundo nível (AC2). Ocorrendo no primeiro trimestre 3 (três) credenciamentos de AC2, no segundo trimestre 3 (três) credenciamentos de AC1 e 6 (seis) credenciamentos de AC2, no terceiro trimestre, ocorreram 3 (três) credenciamentos de AC2 e no quarto trimestre 4 (quatro) credenciamentos de AC2.

O tempo médio de credenciamento de ACs diminuiu em comparação com os anos anteriores, conseguindo superar a meta estabelecida.

Cabe destacar o aumento expressivo no volume de credenciamento de AC em 2021, totalizando 19 ACs.

O desempenho de credenciamento, mostrou-se satisfatório, superando a meta estabelecida em mais de 30%, mesmo com a incidência da pandemia de COVID 19 no início do ano de 2020, que alterou a forma de trabalho dos colaboradores da CGAFI, que passaram a ocorrer nas formas presencial, remota e mista sem haver registros de ocorrências significativas no desempenho do ITI referentes aos pedidos de credenciamentos.

Importa observar que, as médias foram obtidas a partir do Relatório de credenciamento, realizado mensalmente pela DAFN, podendo haver alguma discrepância com os números publicados no site do ITI, haja vista o Relatório contabilizar também a ocorrência de descredenciamento, causando divergência como efetivamente credenciado no período pelo site.

No ano de 2021, as quantidades credenciadas foram as seguintes:

Entidades	Quantidades
Autoridade Certificadora – AC de 1º Nível	3
Autoridade Certificadora - AC de 2º Nível	16
Autoridade de Registro – AR	418
Novas Vinculações	519

d) Projeto Atualização de Sistema Antifraude

No decorrer do ano de 2021, a CGAFI deu continuidade ao projeto de aprimoramento do sistema antifraude, mediante o aumento do corpo técnico responsável pela análise e monitoramento de fraudes na emissão dos certificados digitais da ICP-Brasil. Como consequência direta, o espaço físico destinado à equipe foi realocado para dependências maiores, contemplando uma infraestrutura física com computadores compatíveis à atividade e segurança adequada.

Com a conclusão das contratações da fábrica de software e do software IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), foi possível dar início aos processos de reestruturação do sistema antifraude da ICP-Brasil e da modelagem de dados antifraude. Para tanto, a equipe do CGAFI passou por um treinamento de 90 horas com a empresa DMSS (*Data Mining and Statistical Solutions*), que abrangeu tópicos relacionados à estatística descritiva, amostragem, técnicas de regressão, modelos de fraude e inteligência artificial, dentro outros; a serem aplicados na reestruturação supracitada.

Por fim, a aprovação da Instrução Normativa ITI Nº 90, de 22 de outubro de 2020, que revisou, atualizou e consolidou os Procedimentos para Identificação Biométrica na ICP-Brasil DOC ICP-Brasil 05.03, possibilitando a efetivação do processo de monitoramento das transações biométricas realizadas entre os Prestadores de Serviços Biométricos (PSBios) credenciados na ICP-Brasil, o que influencia diretamente no controle e na identificação das emissões de certificados digitais em desacordo com os normativos e na prevenção das ocorrências de fraudes.

VI. Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização - CGNPE

i. Atividades da CGNPE

As atividades da Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNPE) compreendem:

- a) Gestão do arcabouço técnico normativo da ICP-Brasil;
- b) Manutenção das normas e padrões definidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- c) Gestão do Repositório de Normas da ICP-Brasil;
- d) Resposta a consultas técnicas e canais de ouvidoria e SIC;
- e) Estudo das normas de ETSI, IETF-PKIX, NIST e CA/Browser-Forum relacionadas à certificação digital;
- f) Gestão de identificador de objeto - OID;
- g) Gestão e Manutenção do Cadastro de Agentes de Registro;
- h) Gestão das políticas de assinatura da AC Raiz; e
- i) Gestão das listas dos Prestadores de Serviço de Confiança.

A CGNPE realiza trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil. Nesse sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações internacionais relacionadas à ICP-Brasil.

Para cumprir a determinação estabelecida pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, bem como suas atualizações, para revisão e consolidação dos atos normativos inferiores ao Decreto, editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a CGNPE executou as etapas II, III e IV desse processo, conforme especificou a Portaria ITI nº 16, de 02 de abril de 2020, alterada pela Portaria ITI nº 21, de 30 de abril de 2020, pela Portaria ITI nº 17, de 20 de agosto de 2021 e pela Portaria ITI nº 18, de 24 de novembro de 2021. Esse trabalho é refletido na quantidade de normativos publicados no ano de 2021. A execução da etapa V está em andamento.

Para atender as previsões estabelecidas no Decreto, bem como as interpretações e pareceres da Procuradoria Federal Especializada junto ao ITI, foram necessárias alterações significativas no processo de elaboração e formatação de normas até então utilizado. Destaca-se nessas alterações a juntada dos DOC-ICP como anexo aos atos normativos previstos no Decreto (Resoluções, Instruções Normativas e Portarias), passando a ser constituído por uma unidade inseparável, ou seja, o ato normativo e seu anexo no mesmo arquivo.

Outra consequência dessas alterações foi a criação do repositório de normas da ICP-Brasil, motivado pelo Art. 16 do Decreto nº 10.139, em especial o § 1º, que determina que os atos devem ser divulgados com registro de alterações, em padrão linguagem de marcação de hipertexto, em endereço de acesso permanente e único por ato.

Em decorrência do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), não foram realizadas reuniões presenciais do Comitê Gestor da ICP-Brasil no ano de 2021, mas foram realizadas 4 (quatro) plenárias por videoconferência e 1 (uma) plenária virtual, resultando na publicação de 18 resoluções, conforme relação a seguir:

- Resolução nº 198, de 16 de novembro de 2021: Institui Grupo de Trabalho Técnico – GTT destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à dispensa da obrigatoriedade de manutenção de salas-cofre para guarda de Módulo de Segurança Criptográfica.
- Resolução nº 197, de 16 de novembro de 2021: Altera o DOC-ICP-03, o DOC-ICP-04 e DOC-ICP-05 para regulamentar os procedimentos e requisitos técnicos para a operacionalização de Autoridade de Registro Eletrônica na ICP-Brasil.
- Resolução nº 196, de 16 de novembro de 2021: Altera os Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificados na ICP-Brasil - DOC-ICP-04, aprovado pela Resolução nº 179, de 20 de outubro de 2020, para atualização dos requisitos *Webtrust*.
- Resolução nº 195, de 16 de novembro de 2021: Revoga resoluções componentes do processo de revisão e consolidação dos atos normativos no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
- Resolução nº 194, de 16 de novembro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Diretrizes da Política Tarifária da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil – DOC-ICP-06.
- Resolução nº 193, de 16 de novembro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Política de Segurança da ICP-Brasil – DOC-ICP-02.

- Resolução nº 192, de 16 de novembro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil – DOC-ICP-01.
- Resolução nº 191, de 18 de maio de 2021: Institui Grupo de Trabalho Técnico – GTT destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação das normas da ICP-Brasil à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.
- Resolução nº 190, de 18 de maio de 2021: Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil.
- Resolução nº 189, de 18 de maio de 2021: Aprova os Relatórios de Auditoria Independente realizada no ambiente operacional da AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte.
- Resolução nº 188, de 18 de maio de 2021: Altera os Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas das Autoridades de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil - DOC-ICP12, aprovado pela Resolução nº 172, de 17 de agosto de 2020.
- Resolução nº 187, de 18 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital na ICP-Brasil DOC-ICP-10.
- Resolução nº 186, de 18 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Critérios e Procedimentos para Fiscalização das Entidades Integrantes da ICP-Brasil – DOC-ICP-09.
- Resolução nº 185, de 18 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Critérios e Procedimentos para Realização de Auditorias nas Entidades da ICP-Brasil – DOC-ICP-08.
- Resolução nº 184, de 19 de março de 2021: Altera os prazos aprovados para a migração da rede de carimbo do tempo ICP-Brasil para os novos protocolos.
- Resolução nº 183, de 18 de fevereiro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Visão Geral sobre Certificado de Atributo para a ICP-Brasil - DOC-ICP-16.

- Resolução nº 182, de 18 de fevereiro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Visão Geral sobre Assinaturas Digitais na ICP-Brasil - DOC-ICP-15.
- Resolução nº 181, de 22 de janeiro de 2021: Altera o item 3.2.3.1 do DOC-ICP-05 - Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil, aprovado pela Resolução nº 177, de 20 de outubro de 2020, e dá outras providências.

Em 2021 foram aprovadas pelo Diretor-Presidente do ITI, que também exerce a função de Secretário-Executivo do Comitê Gestor da ICP-Brasil, e publicadas sob responsabilidade da CGNPE, 20 Instruções Normativas, que suplementam às regulamentações aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Essas normas são elaboradas e/ou atualizadas pela CGNPE. Adiante segue a relação das Instruções Normativas:

- IN nº 01, de 12 de fevereiro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos para Geração e Verificação de Assinaturas Digitais na ICP-Brasil DOC-ICP-15.01.
- IN nº 02, de 12 de fevereiro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Perfil de Uso Geral para Assinaturas Digitais na ICP-Brasil DOC-ICP15.02.
- IN nº 03, de 12 de fevereiro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos das Políticas de Assinatura Digital na ICP-Brasil DOC-ICP15.03.
- IN nº 04, de 12 de fevereiro de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Perfil de Uso Geral de Requisitos para Geração e Verificação de Certificados de Atributos na ICP-Brasil DOC-ICP-16.01.
- IN nº 05, de 22 de fevereiro de 2021: Aprova a versão 4.0 do DOC-ICP-05.02, aprova a versão 2.0 do DOC-ICP-05.05 e altera o DOC-ICP05.03 para prever a emissão de certificados digitais por videoconferência.
- IN nº 06, de 20 de maio de 2021: Aprova a versão 1.0 do documento Critérios para Emissão de Parecer de Auditoria na ICP-Brasil – DOC-ICP-08.01.

- IN nº 07, de 20 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos Administrativos para Homologação na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.01.
- IN nº 08, de 20 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.02.
- IN ITI nº 09, de 20 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Cartões Inteligentes (Smart Cards), Leitoras de Cartões Inteligentes e Tokens Criptográficos na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.03.
- IN ITI nº 10, de 20 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Softwares de Assinatura Digital, Sigilo e Autenticação na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.04.
- IN ITI nº 11, de 20 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Módulos de Segurança Criptográfica (MSC) na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.05.
- IN ITI nº 12, de 20 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Softwares de Bibliotecas Criptográficas e Softwares Provedores de Serviços Criptográficos na ICP-Brasil – DOC-ICP-10.06.
- IN ITI nº 13, de 20 de maio de 2021: Revoga a Instrução Normativa nº 08, de 1º de outubro de 2010.
- IN ITI nº 14, de 20 de maio de 2021: Aprova a versão revisada e consolidada do documento Padrões e Procedimentos Técnicos para Processos de Homologação de Equipamentos Criptográficos não Contemplados em Manuais de Condutas Técnicas Específicos– DOC-ICP-10.08.
- IN ITI nº 15, de 10 de junho de 2021: Aprova a versão 1.0 do documento Critérios para Aplicação de Penalidades na ICP-Brasil – DOC-ICP-09.01.

- IN ITI nº 16, de 07 de julho de 2021: Amplia a validade da chave criptográfica simétrica empregada para geração de IDN.
- IN ITI nº 17 de 07 de outubro de 2021: Aprova a versão 1.0 do documento Protocolos de Auditoria e Sincronismo do Tempo da Rede de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil.
- IN ITI nº 18, de 10 de novembro de 2021: Aprova a versão 3.0 dos volumes I e II do Manual de Condutas Técnicas - MCT nº 10 e altera o DOC-ICP11.01.
- IN ITI nº 19, de 10 de novembro de 2021: Aprova a versão 4.0 dos volumes I e II do Manual de Condutas Técnicas - MCT nº 03 da ICP-Brasil.
- IN ITI nº 20, de 23 de novembro de 2021: Aprova a revisão e a consolidação dos regulamentos de envio de informações e arquivos ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

Conforme disposto no art. 8º do Decreto nº 8.985 de 8 de fevereiro de 2017, é atribuição da DAFN a definição dos diversos *Object Identifier* – OID. Em 2021 foram criados 61 novos OIDs, distribuídos em 22 pedidos de registro para DPC, dos quais 05 (cinco) corresponderam a credenciamentos de ACs para assinatura digital do tipo OM-BR, e 01 (um) pedido de registro para DPCT. Além disso, foram realizadas 6 (seis) desalocações de OID.

A publicação dos OIDs é efetuada por meio do adendo ADE-ICP-04.01, que se encontrava em sua versão 6.7 em 23 de dezembro de 2021, disponibilizado no site do ITI. Os OIDs da ICP-Brasil também são atualizados no sistema computacional do ITI (CASA) e no repositório internacional OID-Info.

Em 2021 houve o acompanhamento da execução do Termo de Execução Descentralizada - TED nº 03/2019 celebrado entre o ITI e a Universidade de Brasília (UNB) para a atualização do Plugin PAdES ICP-Brasil, bem como para desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e um sistema piloto para criação e verificação de assinaturas digitais em formato PDF seguindo o padrão PAdES ICP-Brasil, utilizando Primitivas Criptográficas de Curvas Elípticas e a Extensão da Tecnologia de Assinaturas Digitais para Ambientes Mobile.

Também houve o acompanhamento do TED nº 04/2019 celebrado entre o ITI e a Universidade de Santa Catarina (UFSC) para o aprimoramento e manutenção do Verificador de Conformidade, Assinador ITI e Gerenciador de Políticas de Assinatura Digital e Listas Confiáveis da ICP-Brasil. No escopo desse TED destacam-se as entregas relacionadas ao Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital ICP-Brasil, que é um software de referência disponibilizado pelo ITI à comunidade e organizações públicas e privadas para auxiliar na verificação da conformidade de arquivos assinados digitalmente.

Em relação às gerações dos códigos de máquina das Políticas de Assinatura - PA e das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas - LPA, seja por versionamento para correção, atualização ou revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNPE realizou 4 (quatro) atualizações da Lista de Políticas de Assinatura Aprovadas - LPA e 2 (duas) atualizações da Lista de Prestadores de Serviço de Confiança - LPSC em 2021, disponibilizando os códigos para publicação no repositório da AC Raiz.

Conforme estabeleceu a Instrução Normativa nº 09/2017, que instituiu o Cadastro de Agentes de Registro – CAR, a partir de 02 de fevereiro de 2018, o ITI passou a publicar a relação dos Agentes de Registro, atividade realizada semanalmente pela CGNPE. Foram publicados 54 relatórios durante o ano de 2021.

Além disso, foi realizada a sanitização das informações registradas no CAR por meio da integração da carga com as consultas a base de CPF e CNPJ, bem como a solicitação de correção sincronizada com as Autoridades Certificadoras.

Continuamente a CGNPE avalia e responde aos questionamentos técnicos recebidos por meio dos seguintes canais de comunicação com a sociedade: e-OUV, e-SIC e e-mail institucional. Ao todo, no ano de 2021 foram respondidos 258 questionamentos técnicos.

Outras demandas no âmbito da Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa

- Presidência da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, instituída pela Portaria nº 44, de 02/10/2020;

- Participação no Comitê de Governança do Planejamento Estratégico 2019-2022 do ITI, conforme Portaria nº 57, de 23/11/2020.
- Participação nos Grupos de Trabalho Técnicos demandados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil e pelo Diretor-Presidente do ITI.

4.4. Resultado das principais áreas de atuação

4.4.1. Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2021 – LOA/2021 consignou ao ITI a dotação orçamentária no total de R\$34.813.010,00.

Tabela 15 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2021	243001	ITI			8	59.000	8.000
2020					8	60.000	8.000
2019					5	28.000	7.000

Fonte: SIAFI

Tabela 16 - Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2021	243001	ITI			7	3.080	4.260	7.340
2020					10	5.419	8.714	14.133
2019					15	6.770	13.735	20.505

Fonte: SIAFI

Tabela 17 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	UG: 243001				UO: 20204				ITI/CASA CIVIL/PR			
	Despesa Executada								Despesa paga			
	2021	%	2020	%	2021	%	2020	%				
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	15.945.715	58,73	9.376.104	42,88	15.945.715	58,73	9.376.104	42,88				
a) Convite												
b) Tomada de Preços												
c) Concorrência												
d) Pregão	15.945.715	58,73	9.376.104	42,88	15.945.715	58,73	9.376.104	42,88				
e) Concurso												
f) Consulta												
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas												
2. Contratações Diretas (h+i)	2.565.078	9,45	2.322.534	10,62	2.565.078	9,45	2.322.534	10,62				
h) Dispensa	2.201.515	8,11	1.958.531	8,96	2.201.515	8,11	1.958.531	8,96				
i) Inexigibilidade	363.563	1,34	364.003	1,66	363.563	1,34	364.003	1,66				
3.Regime de Execução Especial	7.340	0,03	14.133	0,06	7.340	0,03	14.133	0,06				
j) Suprimento de Fundos	7.340	0,03	14.133	0,06	7.340	0,03	14.133	0,06				
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	7.828.993	28,83	8.920.697	40,80	7.828.993	28,83	8.920.697	40,80				
k) Pagamento em Folha	7.808.667	28,76	8.914.121	40,77	7.808.667	28,76	8.914.121	40,77				
l) Diárias	20.326	0,07	6.576	0,03	20.326	0,07	6.576	0,03				
5.Outros	805.771	2,97	1.232.938	5,64	805.771	2,97	1.232.938	5,64				
6.Total (1+2+3+4+5)	27.152.896	100	21.866.406	100	27.152.896	100	21.866.406	100				

Análise Crítica

No que se refere aos processos licitatórios, o ITI priorizou a modalidade de Pregão, sendo executado o valor de R\$ 15.945.715,00. Sendo que em relação ao ano de 2020, houve um aumento nessa modalidade em 41,19%, decorrente da realização de pregões com resultado “positivo” e o prazo para realização de todas as etapas do certame foi concluído com êxito.

Tabela 18 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: ITI					Código UO: 20204		UGO: 243001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
1. Despesas de Pessoal								
3190.96 - Requisitado	6.220.977	5.881.947	5.039.407	4.975.840	1.181.570	906.107	4.750.442	4.793.307
3190.11 – Venc. Vant. fixas	2.385.096	2.544.405	2.385.096	2.544.405	0	0	2.228.192	2.385.254
3191.13 – Patronais - intra	315.935	356.815	315.935	356.815	0	0	315.935	356.815
Demais elementos do grupo	68.228	130.954	68.228	130.954	0	0	67.660	129.248
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.37 – Locação pessoal	5.307.649	6.574.808	4.719.793	5.710.530	587.856	864.278	4.719.793	5.710.530
3390.40 – Serviços TI	3.878.503	3.862.115	3.008.132	2.825.235	870.371	1.036.880	3.008.132	2.825.235
3390.39 – Serv. Terceiros	2.697.063	2.844.125	2.440.281	2.542.507	256.782	301.618	2.440.281	2.542.507
Demais elementos do grupo	1.874.239	1.751.107	1.110.571	1.375.662	763.668	375.445	1.059.092	1.336.956
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
4. Investimentos								
4490.52 - Equipamentos	2.175.825	8.739.296	383.790	430.796	1.792.035	8.308.500	383.790	430.796
4490.40 – Software TI	3.859.386	2.589.089	584.000	0	3.275.386	2.589.089	584.000	0
4490.39 – Software Outros		0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Verifica-se na tabela acima por grupo e elemento de despesa, que nas despesas com pessoal requisitado houve um acréscimo de 5,35%, decorrente da cessão por diversos órgãos do governo e empresas estatais, na qual o Instituto é obrigado a promover o ressarcimento, cuja execução foi de R\$ 6.220.977,00. Vale registrar que, o ITI não possui quadro próprio necessitando de especialistas para atuarem na Infraestrutura de Chaves Públicas.

No grupo de custeio, a despesa maior foi com pessoal terceirizado no montante de R\$5.307.649,00, gastos esses realizados com vigilância, auxiliar administrativo, limpeza, recepção e manutenção predial.

No grupo de investimentos, o ITI modernizou seu parque tecnológico e a Infraestrutura de Chaves Públicas, com isso, executando R\$ 6.035.211,00.

Tabela 19 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2021	Pagamento	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2021
2021	14.510.481	11.228.213	862.254	2.420.014
2020	8.092.290	7.534.110	429.617	128.562
2019	3.769.511	3.537.651	231.860	0
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2021	Pagamento	Cancelados	Saldo a Pagar em 31/12/2021
2021	382.096	382.096	0	0
2020	426.133	426.136	0	0
2019	414.405	414.405	0	0

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As despesas inscritas em Restos a Pagar - RAP em 01/01/2021, no valor de R\$ 14.510.481,00 foram liquidadas obedecendo a programação financeira estabelecida pela Presidência da República. Houve o cancelamento de R\$ 862.254,00 por conta de valores empenhados, cujo serviço não foi executado ou não atendia a legislação vigente. Sendo assim, ao final de 2021 restou somente o valor de R\$ 2.420.014,00, o que demonstra que a execução foi atendida em quase 100%.

Tabela 20 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Unidade Concedente						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
UG/GESTÃO	243001/24208					
	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (1,00)		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
TED (TRANSFERIDO)	8	9	10	2.029.865	5.638.258	2.493.165
Totais	8	9	10	2.029.865	5.638.258	2.493.165

Fonte SIAFI

Análise Crítica

Em 2021 foram emitidos 8 Termos de Descentralização Orçamentária – TED. O objetivo foi a continuidade de parcerias, principalmente com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Fundação Universidade de Brasília (FUB), além de acordos com a Presidência da República na utilização do TáxiGov, despesas com água, luz, entre

outras, como, por exemplo, na utilização do espaço da sala cofre. No caso da UFSC, o montante de maior impacto foi a utilização das instalações seguras da sala cofre, totalizando o valor de R\$ 1.098.060,40.

Tabela 21 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos do Exercício

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
243001	ITI	339030	17 – Material de TIC	2.683
			22 – Mat. Limpeza	360
			25 – Mat. Man. Bens Imóveis	377
			26 – Mat. Elétrico	195
			28 – Mat. Segurança	1.305
		339039	04 – Direitos Autorais	185
			17 – Manutenção de Equipamentos	455
			47 – Comunicação	421
			63 – Serv. gráficos	400
			74 – Fretes	960
TOTAL				7.340

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Em relação às tabelas 18 a 20, que tratam do Suprimento de Fundos, este Instituto fez a abertura de 8 (oito) concessões em nome de servidores lotados na DILOG, SEGEP e COTIC. O maior valor individual concedido foi de R\$ 8.000,00. A despesa anual foi de R\$ 7.340,00, sendo que na modalidade de Saque foi realizado a execução de R\$ 3.080,00, com 7 saques realizados. O gasto de maior impacto foi com material de Tecnologia, totalizando R\$ 2.683,00. As despesas foram realizadas obedecendo à macrofunção STN 021121 – Suprimento de Fundos atendendo às necessidades eventuais deste Instituto.

Tabela 22 – Execução do Programa de trabalho 2201 – Brasil Moderniza

Identificação da Iniciativa – PPA 2020 – 2023						
Iniciativa	Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e do Carimbo de Tempo da ICP – Brasil.					
Objetivo	Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.					
Programa	2201 – Brasil Moderniza					
Unidade Responsável	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2021 (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.095.021	21.210.255	21.104.490	13.130.653	13.119.722	0	7.973.837
Execução Física da Iniciativa						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP-Brasil	Percentual de Disponibilidade do sistema	99,99%	99,99%	99,99%		
Restos a Pagar não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física e Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
14.510,481	11.228.213	862.254	Percentual de Disponibilidade do Sistema	Percentual	99,99%	

Fonte: SIOP

Análise Crítica

O ITI considera que atingiu o objetivo estabelecido pela Iniciativa que trata da massificação e aperfeiçoamento da Certificação digital, sendo empenhado quase 100% da Dotação Final, o que demonstra o cumprimento fiel das etapas licitatórias. A meta física da execução orçamentária foi alcançada, mantendo-se o funcionamento de 99% da Infraestrutura de Chaves Públicas, durante 7 dias da semana, por 24 horas.

Tabela 23 – Execução da despesa por Ação e Plano Orçamentário

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI									
Execução da despesa consolidado – Ano 2021									
Ação	Plano Orçamentário	Grupo de Despesa	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
			18.828.694	17.872.119	31.085.694	30.796.854	21.496.820	20.998.903	9.300.034
00S6 - Aposentadorias	0001 - Benefício Especial	1 - Pessoal e Encargos	1.000	1.000	1.000	0	0	0	0
20TP - Ativos Cíveis da União	0000 - Ativos Cíveis da União		2.313.618	2.313.618	8.990.237	8.990.237	7.808.667	7.362.229	1.181.570
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis	0000 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União		1.000	1.000	1.000	0	0	0	0
212B - Benefícios Obrigatórios	0001 - Assistência Pré-Escolar	3 – Custeio	12.757	12.757	25.513	12.757	9.358	8.495	3.399
	0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos		4.972	4.972	9.944	4.000	2.503	2.503	1.497
	0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos		161.701	161.701	411.029	410.794	309.600	289.163	101.194
	0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis		2.548	2.548	1.986	0	0	0	0
216H - Ajuda de Custo para Moradia	0000 - Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		97.172	91.342	194.170	34.016	34.016	31.423	0
217Z - Gestão - ICP – Brasil	0001 - Auditoria e Fiscalização	4 - Investimentos	290.543	273.111	229.300	229.300	27.000	27.000	202.300
	0004 - Gestão de Infraestrutura de chaves públicas	3 – Custeio	1.105.000	1.038.700	584.000	584.000	584.000	584.000	0
		4 - Investimentos	2.535.983	2.395.824	3.555.184	3.555.184	2.538.970	2.538.970	1.016.215
	2000 - Despesas Administrativas	3 – Custeio	3.200.000	3.008.000	4.624.485	4.617.054	0	0	4.617.054
	2000 - Despesas Administrativas	4 - Investimentos	6.554.240	6.160.986	11.341.496	11.284.795	9.596.893	9.585.963	1.687.902
2004 - Assistência Médica e Odontológica	0001 - Assistência Médica e Odontológica	3 – Custeio	2.360.000	2.218.400	875.790	834.157	383.790	383.790	450.367
2004 - Assistência Médica e Odontológica	0001 - Assistência Médica e Odontológica	3 – Custeio	188.160	188.160	240.560	240.560	202.023	185.368	38.537

FONTE: SIOP

Análise Crítica

Foi empenhado o montante de R\$ 21.104.490,41 com as despesas de Custeio e de Investimento (Exceto Benefícios obrigatórios e médicos), o que representa quase 100% em relação à Dotação Atual. O valor de aproximadamente 100% para empenho é fruto de

cumprimento regular de todas as etapas do processo licitatório com embasamento na Lei de Licitações e Contratos n.º 8.666/93 e na Lei n.º 10.520/02 (Pregão).

4.4.2. Gestão de Custos

4.4.2.1. Sistema de Apuração de Custos

O ITI que é uma autarquia federal, prestadora de serviços públicos, não atua no mercado em concorrência com os entes particulares. Atua prestando serviços de interesse público e, para esta missão institucional, possui um baixo orçamento federal, o que faz com que a gestão orçamentária seja sempre restritiva, vez que as demandas são muitas e os recursos são poucos.

Neste sentido, o investimento em um sistema de contabilidade de custos se revelaria contraproducente, vez que tais sistemas possuem alto custo de investimento e manutenção, o que estrangularia mais ainda o orçamento deste órgão, comprometendo o cumprimento de suas metas institucionais.

De outro lado, o ITI também não utiliza o Sistema de Informação de Custo (SIC) do Governo Federal, posto que a adoção de sistema de custos não é, ainda, uma obrigação legalmente estabelecida para os entes da Administração Pública Federal.

Não obstante, o ITI promove estudos técnicos para adoção de sistemas alternativos de apuração de centro de custos, no intuito de aperfeiçoar os controles contábeis da instituição, porém, alternativas que não venham a comprometer a boa e eficiente gestão orçamentária, financeira e patrimonial em seu programa principal, o 2201- Brasil Moderna e Ação 217Z - Gestão do Sistema Nacional de Certificação da IC-Brasil, voltado para as atividades de custeio e investimento no âmbito da Autarquia.

4.4.3. Gestão de Pessoas

4.4.3.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

O ITI não dispõe de quadro próprio de servidores, sendo sua força de trabalho composta de servidores efetivos e empregados públicos requisitados de outros órgãos, nomeados sem vínculo e pessoal terceirizado.

Diante disso e, considerando o amadurecimento institucional, bem como o expansivo crescimento da oferta de serviços da Autarquia ao longo dos anos, mas também suas novas competências incorporadas a partir de ação conjunta ao ME para a materialização das assinaturas avançadas. Em 2021, a Alta Administração do ITI promoveu uma série de iniciativas para modificação de sua estrutura organizacional, com o objetivo de adequá-la a nova realidade do mercado de certificação digital e das assinaturas avançadas.

Neste sentido, foi encaminhada à Casa Civil, através do SEI PR, Processo 00100.000043/2021-08, a proposta de revisão de estrutura regimental do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, que inclui a revisão de sua estrutura organizacional, bem como o acréscimo de cargos e funções.

De forma mais detalhada, em 31 de dezembro de 2021, a composição do efetivo foi de 38 cargos de DAS/FCPE, além de 17 servidores/empregados sem ocupação de DAS/FCPE, função comissionada e ou exercício descentralizado.

Desse efetivo, 44 são requisitados de outros órgãos do governo, 02 (dois) não possuem vínculo com a Administração Pública, 03 (três) são descentralizados e 06 (seis) são servidores efetivos/empregados públicos aposentados.

Ressalta-se que, o quantitativo de cargo/função autorizados pelo Decreto nº 8.985/2017, e alterações previstas no Decreto nº 9.123/2017, é de 40 DAS/FCPE, restando 02 (duas) vagas a serem preenchidas.

O ITI, como órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), utiliza o sistema SIAPE como fonte de execução e consulta de todos os dados referentes a cadastro e pagamento de pessoal.

Como registrado anteriormente, dada a ausência de quadro próprio, não há pessoal inativo e pensionista, tendo cadastrado na folha de pagamento da unidade somente o pessoal nomeado em cargos de comissão – DAS/FCPE.

O número de colaboradores da Autarquia para cada tipo de cargo é ilustrado na tabela 23 abaixo:

Tabela 24 – Força de Trabalho na Unidade – situação em 31/12/2021

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	43	49	6	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	43	49	6	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	9	5	6
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas ocupantes de Função Comissionada	40	25	2	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos sem ocupação de Função Comissionada	Não há	15	4	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores s/ Vínculo com a Administração Pública	Não há	8	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	43	57	6	5

Fonte: SIAPE

O quantitativo da lotação efetiva, constante no subitem 1.2.4 e item 3, refere-se aos servidores requisitados e sem vínculos, ocupantes de DAS/FCPE previsto no Decreto nº 8.985/2017, e alterações do Decreto nº 9.183/2017, que também consta na tabela 24 abaixo, pois a força de trabalho da Autarquia é composta pelos ocupantes de DAS/FCPE, servidores de carreira em exercício descentralizados e terceirizados.

Tabela 25 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	30	30
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	24	25
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	8	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	16	24
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	28	29

Nota Explicativa: Considerado como área-fim da Autarquia o pessoal lotado nas duas Diretorias (DINFRA e DAFN)

Tabela 26 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Unidade – Situação em 31/12/2021

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	40	39	2	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	40	39	2	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	6	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	25	2	1
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	2	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	6	0	2
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	40	39	2	3

Fonte: Decreto nº 8.985/2017 e 9.183/2017, Decretos esses que autorizam o quantitativo de DAS e FCPE para o ITI.

Conforme demonstrado no quadro acima, foram autorizados 40 cargos sendo 24 DAS e 16 FCPE, sendo que em 31 de dezembro de 2021, o quantitativo ocupado era de 39 vagas.

4.4.3.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tabela 27 – Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações DAS	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2021	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2021	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2021	0	0	2.050.251	0	0	0	0	0	2.050.251
	2020	5.612	0	920.818	0	86.511	120.543	20.129	0	975.643
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários) (ocupantes de Cargos de DAS)										
Exercícios	2021	0	0	297.597	0	0	18.986	0	0	316.583
	2020	0	0	900.562	0	0	21.453	0	0	922.005
Servidores requisitados com ônus para a UJ										
Exercícios	2021	5.545.355	0	402.426	0	0	0	0	0	5.947.781
	2020	4.938.614	0	535.685	0	0	163.560	0	0	5.637.859

Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2021	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

Registra-se ainda que, o ITI não possui quadro próprio de pessoal e não possui plano de carreira desde sua criação em 2001.

Dessa feita, é necessário o Instituto valer-se de servidores de carreira cedidos por outros órgãos, servidores “sem vínculo” com administração pública e trabalhadores terceirizados para apoio administrativo.

A despesa com servidores requisitados no exercício de 2021 foi de R\$ 5.545.355,00, os servidores sem vínculo com o montante de R\$ 2.050.251,00, enquanto os servidores sem vínculo e ocupantes de cargo de DAS encerraram o exercício com o montante de R\$ 316.583,00.

4.4.3.3. Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

I. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Tabela 28 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação- ITI													
UG: 243001							CNPJ: 04.039.532/0001-93						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação Número do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2017	11	O	03/2017	20.204.491.0001-08	15/05/2017								
2017	11	O	04/2017	20.204.491.0001-08	04/04/2017								
2019	1	O	06/2019	04.689.445/001-81	24/05/2019								
2020	5	O	07/2020	22.463.560/0001/09	22/06/2020								
2021	11	O	08/2021	18.133.134.0001-37	13/05/2021								
2021	9	O	07/2021	18.133.134.0001-37	21/05/2017								
2021	3	O	06/2021	18.133.134.0001-37	29/01/2021								
2021	12	O	13/2021	12.202.614/0001-35	08/06/2021								
2021	12	O	05/2021	08.220.952/001-21	29/03/2021								

Fonte: Fiscal Contrato de Pessoal Terceirizado

Legenda:

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;

Natureza:

(O) Ordinária

(E) emergencial

6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens Imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 12. Outras.	Situação do Contrato: (A) Ativo (P) Ativo Prorrogado (E) Encerrado
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental (M) Ensino Médio (S) Ensino Superior	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato (C) Efetivamente contratada

Tabela 29 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2021	2020	2019		
Auxiliar Administrativo Níveis I, II e III	85	51	44	29	5
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
<p>Não houve variação entre os exercícios de 2018 e 2017, não impactando na força de trabalho terceirizado depois da redução significativa ocorrida no exercício de 2015, por conta da restrição orçamentária naquele ano. No exercício de 2021, houve duas contratações para recomposição do efetivo. Considerando-se a inexistência de Plano de Carreira, necessário para o estabelecimento de quadro próprio de servidores, o ITI se vê obrigado a continuar a contratar mão de obra para apoio administrativo para tarefas específicas, muito embora o Instituto venha envidando esforços para atrair servidores de outros órgãos para atuarem em diversas frentes.</p>					

Fonte: Fiscal Contrato de Pessoal Terceirizado

II. Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários no decorrer de 2021 é demonstrada no quadro abaixo:

Tabela 30 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	10	10	07	08	
1.1 Área Fim	05	05	03	05	
1.2 Área Meio	05	05	04	03	
2. Nível Médio	00	00	00	00	
2.1 Área Fim	00	00	00	00	
2.2 Área Meio	00	00	00	00	
3. Total (1+2)	10	10	07	08	R\$124.758,00

Fonte: SIAFI/SIAPE

Análise Crítica

As contratações de estagiários são realizadas considerando a necessidade das áreas demandantes, observada a correlação do curso com as atividades a serem desempenhadas no ITI.

Ressalta-se que as contratações em questão, foram efetuadas dentro do quantitativo de vagas autorizadas pelo então Ministério do Planejamento, hoje Ministério da Economia, total de 19 vagas.

4.4.4. Gestão de Licitação, Contratos e Convênios

O presente relatório visa divulgar os resultados alcançados pela COLIC no ano de 2021, bem como compará-lo com os resultados do ano anterior de 2020, em situações relevantes. Desse modo, foram elencadas as modalidades licitatórias utilizadas pela COLIC, demonstrando-se a evolução dos gastos e das quantidades totais de procedimentos concluídos ao longo dos anos de 2020 e 2021.

Neste relatório, são apresentadas as principais Coordenações demandantes das novas contratações efetuadas no ano passado, assim como os maiores demandantes dos contratos vigentes. Também foram analisadas a distribuição dos valores gastos por cada Coordenação do ITI com diversos tipos de objeto, de modo a estudar a participação de cada unidade no volume total de gastos.

Para auxiliar ainda mais, foram apresentados os resultados da fiscalização administrativa, fruto de nova metodologia implementada, bem como uma análise do percentual de resolutividade dos conflitos que foram mediados pela fiscalização nos contratos geridos pela COLIC. Assim, busca-se permitir um melhor gerenciamento das demandas futuras e otimizar a força de trabalho disponível das equipes.

4.4.4.1. Objetivos Estratégicos

As boas práticas da gestão de licitações, contratos e fiscalização administrativa visam criar condições para que os objetivos estratégicos finalísticos possam ser plenamente trabalhados e alcançados. Dessa forma, prestar apoio para que o ITI atinja sua missão institucional.

4.4.4.2.Principais Objetivos do Setor:

Tabela 31 - Principais responsabilidades do setor

Área Técnica Responsável	Objetivos e Principais Funcionalidades	Coordenação
LICITAÇÃO	É através do procedimento da licitação que a Administração Pública objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de bens e serviços, mediante contratação conforme a sua necessidade e demandas institucionais e estratégicas.	COLIC
CONTRATOS	Coordena as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e do público usuário e os atos preparatórios à instrução processual a formalização do instrumento, prorrogação, alteração, reequilíbrio e extinção dos contratos, dentre outros.	COLIC
FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	A fiscalização administrativa visa garantir a aplicação dos princípios da licitação e evitar a malversação dos recursos públicos. Acompanha os aspectos administrativos da execução dos contratos, principalmente da prestação de serviço, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e pagamento, bem como nas providências tempestivas nos casos de inadimplementos e aplicação de sanções. PAGAMENTOS: Verifica-se a liquidação da prestação dos serviços, entrega dos bens ou a realização da obra, para encaminhar a homologação do PAGAMENTO , ao Ordenador de Despesas, evitando, dessa forma, que a quitação seja feita, sem o implemento de condições que ocorrem somente após a verificação do direito dispostos nos (arts. 62 e 63, Lei n 4.320/1964)	COLIC

Conformidade de Gestão:

- Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993: Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Contratação de empresa remanescente: (artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666/1993) e (artigo 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- Contratações de baixo valor (artigo 24, inciso II da Lei nº 8666/1993) e (artigo 75, da Lei 14.133/2021);
- Inexigibilidade: (artigo 25, caput da Lei nº 8666/1993) e (artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021);
- Pregão Eletrônico: (Lei nº 10.520/2002 e Decreto n.º 10.024/2019) e (artigos 28 a 32 da Lei n.º 14.133/2021);
- Regime Diferenciado de Contratações: (Lei nº 1.2462/2011);

- Direito Financeiro e controle dos orçamentos e balanços: (artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64);
- Demais normas, acórdãos e manuais dos órgãos de gestão, controle e fiscalização, conforme objeto a ser contratado.

4.4.4.3. Detalhamento das Operações

Licitações

Tabela 32 – Processo de Licitações e Contratações, apresenta um comparativo dos anos de 2020/2021 e mostra que em 2020 houve 25 contratações, no valor total de R\$18.165.140,00 (dezoito milhões, cento e sessenta e cinco mil, cento e quarenta reais), maior do que o realizado em 2021, que foram 20 contratações, no valor total de R\$ 9.935.520,00 (nove milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte reais), uma queda de 45,3% do valor licitado em relação ao ano anterior, menor 20% (vinte por cento), no número total de contratações.

Tabela 32 – Processo de Licitações e Contratações

Processo de Licitações e Contratações					
2020			2021		
Modalidade	Quant.	Valor R\$ em mil	Modalidade	Quant.	Valor R\$ em mil
Adesão a ata	3	R\$1.554,99	Adesão a ata	4	R\$2.579,99
Pregão concluído	9	R\$14.543,86	Pregão concluído	7	R\$6.565,37
Pregão revogados	1	R\$134,18	Pregão revogado	0	R\$0,00
Dispensa de licitação	11	R\$86,29	Dispensa de licitação	8	R\$788,47
Inexigibilidade	1	R\$1.980,00	Inexigibilidade	1	R\$1,69
Total de Contratações	25	R\$18.165,14	Total de Contratações	20	R\$9.935,52
Termo de Execução Descentralizada - TED			Termo de Execução Descentralizada - TED		
TED disponibilizado	2	R\$4.469,33	TED disponibilizado	2	R\$1.742.755,22

Tabela 2- Processo de Licitações e Contratações - Fonte: Controle COLIC (2021)

Tabela 33 – Áreas Demandantes das Licitações/Contratações, observa-se que nas áreas de TI ou ligadas a ela, são as que, relativamente, mais tiveram baixa em suas demandas no ano em 2021, como a DILOG – Logística, que em 2020 contratou cerca de R\$ 5.224.880,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta reais),

contrapondo a 2021, baixou para R\$ 1.180.530,00 (um milhão, cento e oitenta mil, quinhentos e trinta reais), queda de 77,4% (setenta e sete pontos quatro por cento); a DINFRA – Infraestrutura de Tecnologia, que em 2020, contratou R\$ 7.256.270,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta reais), em 2021, baixou para R\$ 0,00 (zero); a CGSI – Infraestrutura e Segurança da Informação, não teve demanda em 2020, mas, em 2021, contratou R\$ 2.838.340,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta reais), já a COTIC – Tecnologia da Informação, em 2020, contratou de R\$ 5.374.280,00 (cinco milhões, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais), contrapondo em 2021 com R\$ 5.904.650,00 (cinco milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) que representa 9,8% (nove ponto oito por cento) em relação a 2020.

Tabela 33 – Áreas demandantes das contratações em 2021

Áreas Demandantes. Aquisições/Contratações		Áreas Demandantes. Aquisições/Contratações	
2020		2021	
Setor	Valor R\$ em mil	Setor	Valor R\$ em mil
DILOG - Logística	R\$5.224,88	DILOG - Logística	R\$1.180,53
DINFRA – Infraestrutura de Tecnologia	R\$7.526,27	DINFRA – Infraestrutura de Tecnologia	R\$0,00
CGSI – Infra-estrutura e Segurança da Informação	R\$0,00	CGSI - Infra-estrutura e Segurança da Informação	R\$2.838,34
COTIC - Informática	R\$5.374,28	COTIC - Informática	R\$5.904,65
ASCOM - Comunicação	R\$27,88	ASCOM - Comunicação	R\$3,30
COLIC – Licitação e Contratos e Fiscalização	R\$11,83	COLIC – Licitações e Contratos e Fiscalização	R\$7,00
CGPOA – Planejamento e Administração	R\$0,00	CGPOA – Planejamento e Administração	R\$1,69
Total	R\$18.165,14	Total	R\$ 9.935,52

Tabela 3 - Áreas Demandantes.Aquisições/Contratações - Fonte: Controle COLIC (2021)

Tabela 34 – Contratações por modalidades realizadas em 2021

Modalidade	Valor R\$ em mil
Aquisições	R\$7.736,24
Manutenção	R\$ 00,00
Terceirizados	R\$ 188,94
Serviços	R\$ 2.010,33
Total geral	R\$ 9.935,52

Gráfico 7 – Contratações realizadas em 2021



Gráfico 1- Fonte: Controle COLIC (2021)

Destaca-se em investimento de Tecnologia da Informação pelo ITI, em 2021:

- Contrato n.º 10/2021 – PERFIL COMPUTACIONAL LTDA. – Aquisição de 195 servidores de rede com suporte. Valor total de R\$ 1.040.000,00. Nova infraestrutura com expansão tecnológica (assinatura simples e avançada) decorrentes do Decreto nº 10.543/2020.
- Contrato n.º 14/2021 – AMAZON INFORMÁTICA – Serviços continuados de sustentação do ambiente de infraestrutura do ITI – Valor total de R\$670.000,80.

Gestão de Contratos

Tabela 35 – Acompanhamentos de Contratos - 2021

Contratos	Quantidade
Novos	21
Prorrogados	30
Encerrados	10
Total de contratos vigentes	43
TED vigentes	7
Total geral	50

Tabela 36 – Maior N.º de Contratos Vigentes Por Setor - 2021

Setor	Valor R\$ em mil
DILOG – Logística	R\$ 8.030,63
CGOPE - Operações	R\$ 3.675,17
COTIC – Informática	R\$ 8.467,73

Gráfico 8 – Setores que concentram maior valor das contratações vigentes (R\$ em mil)



Gráfico 2- Fonte: Controle COLIC (2021)

GASTOS POR MODALIDADE – CONTRATOS VIGENTES – (Independente do ano da Licitação)

Tabela 37 – Gastos Por Modalidade – Contratos Vigentes – (R\$ em mil)

Modalidade	2020	2021
Contratos de Terceirizados	R\$ 6.062,21	R\$ 8.554,57
Contratos de Serviços	R\$ 5.286,32	R\$ 5.945,38
Contratos de Manutenção	R\$ 1.908,33	R\$ 1.635,54
Outros Contratos	R\$ 1.426,32	R\$ 1.776,00
Aquisições	R\$ 9.967,52	R\$ 4.880,39

Gráfico 9 – Custos Por Atividades 2020 X 2021



Gráfico 3- Custo po Atividades Fonte: Controle COLIC (2021)

4.4.4.4. Projetos Implementados e Resultados

I – Implementação do Sistema COMPRASNET/CONTRATOS do Ministério da Economia: Adotado pela COLIC, desde janeiro/2021, o ComprasNet Contratos é uma solução digital disponibilizada pelo Governo Federal que basicamente automatiza os processos de gestão contratual e conecta servidores públicos responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornando as informações disponíveis a qualquer momento e melhorando as condições de gestão e relacionamento com fornecedores. A ferramenta trouxe ganho real com maior controle e agilidade no processamento das informações de gestão contratual, além de maior eficiência na alocação de recursos e na transparência das informações trazendo maior visibilidade aos mais de 50 contratos vigentes geridos pela COLIC, os quais, 07 (sete) são com empresas de terceirização de serviços de mão de obra, o que torna, ainda mais, complexa sua gestão.

II – Ainda na linha de investir fortemente em inovação e tecnologia o ITI assinou 02 (dois) Termos de Execução Descentralizada – TED, junto à UFSC, tendo como objeto: TED n.º 01/2021 – projeto de pesquisa de novas soluções tecnológicas para o aprimoramento e evolução da plataforma de Assinaturas Eletrônicas Avançadas mantida pelo ITI. Mais precisamente, entrega de artefatos de software e de relatórios técnicos que promovam a evolução desta plataforma de acordo com as inovações pesquisadas, no valor de R\$ 1.009.333,33, cuja vigência é de 24 meses; e o TED n.º 02/2021, tendo como objeto: projeto de pesquisa para modernização da tecnologia de geração e verificação de

assinaturas digitais no âmbito do padrão brasileiro de Assinatura Digital (PBAD) da ICP-Brasil, com a assinatura JSON nos Códigos de Referência: Assinador de Referência, Verificador de Conformidade, Gerenciador de Políticas de Assinaturas (PAS), Gerenciador de Listas Confiáveis (LPSCs) e Verificador de Conformidade na versão mobile, no valor de R\$ 733.422,22, cuja vigência é de 24 meses.

III – Considerando os investimentos em tecnologia foi necessário o investimento em mão de obra especializada, assim, foram assinados 02 (dois) contratos com a empresa ATENAS TERCEIRIZAÇÃO E OBRAS LTDA, sendo: Contrato nº 06/2021 – objetiva a execução indireta de serviços de apoio especializado em Gestão de TI, Segurança da Informação, Gestão de Negócios de TI, com 23 postos de trabalho, no valor de R\$ 1.879.912,80, cuja vigência é de 12 meses; e o Contrato nº 08/2021 – objetiva a execução indireta de serviços de apoio especializado em Gestão, 20 postos de trabalho, no valor de R\$ 2.580.667, cuja vigência é de 12 meses.

IV – Implementação do Plano Anual de Contratações – PAC: o PAC é o documento que consolida todas as aquisições e contratações que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar no ano seguinte e contempla bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação. Com a implementação do PAC, as áreas requisitantes fazem as suas estimativas de aquisições com antecedência, possibilitando a articulação entre o planejamento das contratações e as respectivas propostas orçamentárias, buscando um cronograma de contratações e orçamentos alinhados, conseqüentemente trazendo uma gestão mais eficiente.

Fiscalização Administrativa e Pagamentos – Redesenho

A fiscalização administrativa é uma exigência constitucional e legal para defender o interesse público, garantir a aplicação dos princípios da licitação e evitar a malversação dos recursos públicos. Foram aplicadas novas metodologias que geraram maior controle na verificação de conformidade, extração e consolidação de informações relevantes e confiáveis de forma ágil e com menos índice de falhas.

Com isso, houve um ganho de qualidade na prestação dos serviços e na análise mais criteriosa dos pagamentos encaminhados onde somente são aprovados, na justa medida

do serviço prestado, gerando mais confiança e tranquilidade ao Ordenador de Despesa para autorizar o pagamento vide comparativo de valores abaixo, tabela 37 – Pagamentos encaminhados pela COLIC. Outro ganho, está na elaboração de relatórios mais consistentes que auxiliam efetivamente nas tomadas de decisões dos gestores das diversas áreas da instituição.

Tabela 38 – *Pagamentos encaminhados pela COLIC*

ANO 2020		ANO 2021	
Pagamentos encaminhados pela COLIC (R\$ em mil)		Pagamentos encaminhados pela COLIC (R\$ em mil)	
Pagamentos encaminhados	365	Pagamentos encaminhados	343
Pagamento pendente	0	Pagamento pendente	0
Total p/ encaminhamento	R\$19.800,91	Total p/ encaminhamento	R\$ 20.450,24

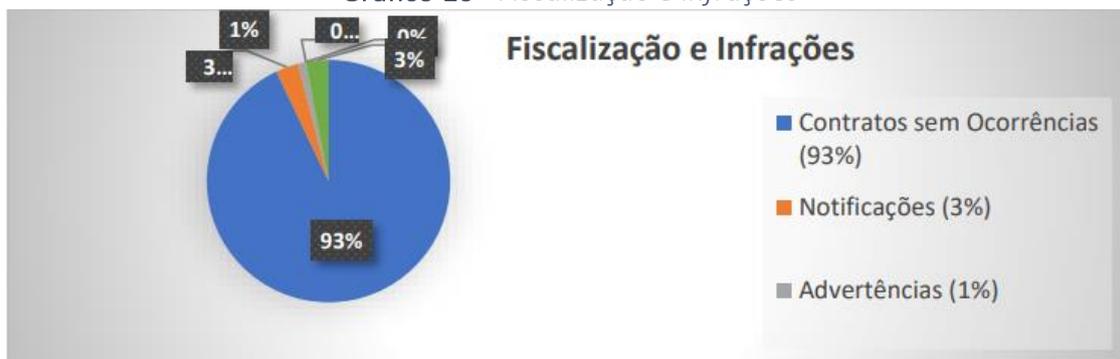
Fiscalização Administrativa e Articulação com Contratos

A COLIC auxilia ainda na apuração de indícios de infração às normas contratuais, notificando e aplicando penalidades, quando as provas dos autos assim indicarem. Sendo a COLIC o ambiente em que o terceirizado ou seu interlocutor apresentam demandas de reclamação ou de informação dos contratados. Como mostra o gráfico abaixo de um total de 343 ocorrências nos contratos geridos pela COLIC em 2021, que foram enviados avisos de esclarecimentos/correção, desses, foram abertos apenas 11 processos e emitidas 11 Notificações com 01 Advertência, recursos esses, utilizados com sucesso para intermediar os conflitos existentes entre beneficiários e contratados, sem a necessidade de punições severas como multas ou mesmo a rescisão contratual. Assim, é importante destacar que a COLIC apresenta um índice de resolutividade de conflitos superior a 92% (noventa e dois por cento), mesmo em um ano atípico como o de 2021, ocasião de inúmeros desafios na gestão, em razão da pandemia (SARS-COV-2).

Tabela 39 – Contratos Fiscalizados

CONTRATOS FISCALIZADOS			
2020		2021	
Ocorrências	Nº	Ocorrências	Nº
Contratos fiscalizados	365	Contratos fiscalizados	343
Notificações	9	Notificações	11
Advertências	9	Advertências	4
Multa	1	Multa	0
Glosas realizadas	3	Glosas realizadas	0
Total de ocorrências resolvidas	9	Total de ocorrências resolvidas	11

Gráfico 10 – Fiscalização e Infrações



4.4.5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

O ITI realizou seus atos de Gestão Patrimonial e Infraestrutura em conformidade com as normas emanadas pelo Governo Federal consoante às Leis n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, por seu Regimento Interno disposto na Portaria n.º 20/2018 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial e de infraestrutura da administração pública.

4.4.5.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O ITI não dispõe de imóvel próprio, em que pese as diversas gestões nesse sentido.

4.4.5.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O ITI não dispõe de imóvel próprio e, portanto, não tem espaços físicos ou imóveis cedidos a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.

Entretanto a Autarquia tem um contrato com o Palácio do Planalto (Sala Cofre) conforme processo nº 013399/2018-06. O presente contrato tem por objeto a cessão de uso de espaço físico cedido pela Presidência, localizado na Ala A, do Anexo III, piso inferior, do Palácio, para a operação do ambiente seguro principal da Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e espaço físico localizado na Usina do Palácio para acondicionamento e operação de grupos geradores de energia independentes.

4.4.5.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O Instituto possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília/DF, onde funciona a sua sede, com área de 3.200 m², para as suas instalações.

Tabela 40- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros		
		Exercício 2019	Exercício 2020	Exercício 2021
BRASIL	DF	1	1	1
Brasília		1	1	1
Subtotal Brasil		1	1	1
EXTERIOR	PAÍS	0	0	0
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1	1

Fonte: Contrato nº 03/2016 - Processo nº 00100.000154/2016-49 , 99890.000296/2017-77 e Aluguel Espaço físico no palácio do Planalto - PR - Sala Cofre : Processo nº 013399/2018-06.

4.4.5.4 Principais Investimentos de Capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.

Os principais investimentos encontram-se no subitem.

4.4.5.5 Almoxarifado Virtual

O Almoxarifado Virtual é uma iniciativa do ME, que trará economia e eficiência à Administração Pública Federal (APF) por meio de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual *in company*. Houve a manifestação de interesse e assinatura do termo de contrato compreendida no fim do ano de 2021 e no início de 2022, respectivamente, conforme processo nº 00100.001115/2020-45.

Atividades Realizadas pela DILOG 2021

4.4.5.6.1. Conformidade Legal

Conforme disposto no Regimento Interno, da Portaria n.º 20, de 28 de fevereiro de 2018, art. 14, compete à DILOG:

I – Executar e controlar as atividades relacionadas a:

- a) Patrimônio;
 - b) Almoxarifado;
 - c) Concessão de diárias e passagens;
 - d) Serviços de transporte de pessoas e materiais;
 - e) Vigilância;
 - f) Limpeza;
 - g) Protocolo e arquivos;
 - h) Administração predial;
 - i) Demais serviços administrativos de apoio logístico; e
- II – Realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador Geral da CGPOA do ITI.

4.4.5.6.1. Almoxarifado

Durante o período de 01/01/2021 a 31/12/2021, foram atendidas 27 requisições resultando no valor total de R\$ 14.737,70.

4.4.5.6.2. Patrimônio

Bens adquiridos/ recebidos e baixas realizadas no ano de 2021.

4.4.5.6.3. Entrada Orçamentária

Informa-se ainda que no ano de 2021, a movimentação total na conta de bens patrimoniais foi de R\$ 5.804.290,74, Entrada Orçamentária, conforme resumo abaixo:

Tabela 41 – Entrada Orçamentária

Item	Conta Contábil	Descrição	Entrada Orçamentária	Processo SEI
1	12.311.02.01	Máquinas e Equipamentos Gráficos	R\$383.790,79	00100.0001820/2020-42
2	12.311.01.07	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$5.420.500,00	00100.000703/2020-61 00100.001259/2020-00 001000.000905/2021-94 00100.015552/2018-21 00100.001416/2020-79
Valor Total do Patrimônio			R\$5.804.290,74	

4.4.5.7. Despesas com cartão Cooperativo

Registre-se que no exercício de 2021, foi disponibilizado à DILOG, 04 (quatro) suprimentos de fundos, para a realização das despesas de pequeno vulto, totalizando um valor total de R\$ 30.000,00, sendo utilizado uma despesa no valor total de R\$ 4.920,87 e sendo devolvido o valor total de R\$ 25.968,84, conforme quadro descrito abaixo.

Tabela 42 – Prestação de Contas

3.5.1. PROCESSO SEI Nº 00100.00067/2021-59		
APLICAÇÃO 25/05/2021 A 04/06/2021 – (PRESTAÇÃO DE CONTA 08/06/2021)		
EMPENHOS: 2021NS000271		
ITEM	VALOR	
SALDO UTILIZADO	R\$ 1.909,89	
VALOR DO SUPRIMENTO	R\$ 8.000,00	
SALDO NÃO UTILIZADO	R\$ 2.569,96	
	R\$ 2,00	GRU DE DEVOLUÇÃO
TOTAL SALDO NÃO UTILIZADO	R\$ 6.109,27	

Tabela 43 - Prestação de Contas

3.5.2. PROCESSO SEI Nº 00100.001935/2021-18					
APLICAÇÃO 26/08/2021 A 25/09/2021 – (PRESTAÇÃO DE CONTA 27/05/2021 a 26/08/2021					
EMPENHOS: 2021NS000907					
ITEM	DATA DA NOTA	Nº DA NOTA	CNPJ	EMPRESA	VALOR DA NF
SALDO UTILIZADO					RS 870,55
VALOR DO SUPRIMENTO					RS 8.000,00
SALDO NÃO UTILIZADO					RS 7.129,45

Tabela 44 – Prestação de Contas

3.5.3. PROCESSO SEI Nº 00100.003220/2021-08					
APLICAÇÃO 26/11/2021 A 31/12/2021 – (PRESTAÇÃO DE CONTA 27/08/2021 à 26/11/2021					
EMPENHOS: 2021NS001285					
ITEM	DATA DA NOTA	Nº DA NOTA	CNPJ	EMPRESA	VALOR DA NF
SALDO UTILIZADO					RS 185,00
VALOR DO SUPRIMENTO					RS 8.000,00
SALDO NÃO UTILIZADO					RS 7.815,00

Tabela 45 – Prestação de Contas

3.5.4. PROCESSO SEI Nº 00100.003964/2021-14					
APLICAÇÃO 22/12/2021 A 27/12/2021 – (PRESTAÇÃO DE CONTA 03/12/2021 à 21/12/2021					
EMPENHOS: 2021NS001679					
ITEM	DATA DA NOTA	Nº DA NOTA	CNPJ	EMPRESA	VALOR DA NF
SALDO UTILIZADO					R\$ 1.084,88
VALOR DO SUPRIMENTO					R\$ 6.000,00
SALDO NÃO UTILIZADO					R\$ 4.915,12

4.4.5.8. ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

Atividades realizadas conforme Processo nº 00100.003579/2021-77

- Vistoria e leitura diária da CEB e CAESB nas dependências do ITI.
- Desmontagem e montagem da nova sala da COAUD que saiu do 2º andar para o 1º.
- Acompanhamento das equipes da ARCADE e da RCO Engenharia.
- Pintura da garage e do hall, pintura do NOBREAK e na sala de apoio.
- Troca das placas de gesso em todo o prédio.
- Troca das lâmpadas fluorescentes para lâmpadas de LED.
- Impermeabilização da cobertura do prédio para sanar as infiltrações.
- Troca dos mictórios dos banheiros masculinos.
- Instalação de dispenser de papel toalha e álcool em gel.
- Troca de tomadas.
- Limpeza de todos os exaustores dos banheiros.
- Manutenção das portas dos banheiros.
- Limpeza das grelhas da garagem.
- Limpeza de todas as luminárias dos banheiros masculino e feminino.
- Retirada de vazamentos em geral nos banheiros.
- Poda das árvores, corte da grama e limpeza ao redor do ITI.

- Instalação dos blocos de cerâmica na parede externa da lateral do prédio.
- Limpeza da casa de bombas do subsolo ao lado do vestiário dos vigilantes.
- Manutenção nas válvulas de reparo dos vasos dos banheiros.
- Limpeza da cobertura do prédio.
- Montagem e Desmontagem de baias e divisória.

4.4.5.9. CONCESSÃO DE PASSAGENS AÉREAS

No decorrer do exercício de 2021, foram realizadas um total de 21 viagens, todas a serviço do ITI, conforme a seguir:

Tabela 46 – Concessão de passagens aéreas

Setor	Quant	Origem	Destino	Valor da Diária	Valor da Passagem
GABIN	01	Brasília	Rio de Janeiro/RJ	R\$ 947,92	R\$ 2.141,72
DINFRA	12	Brasília	Florianópolis/SC	R\$ 11.035,79	R\$ 15.896,64
DAFN	04	Brasília	Florianópolis/SC	R\$ 5.284,05	R\$ 2.598,82
DAFN	03	Brasília	Curitiba/PR	R\$ 2.789,04	R\$ 2.68,57
DAFN	02	Brasília	Rio de Janeiro/RJ	R\$ 455,21	R\$ 593,19

A Instrução Normativa n^o 03 de 11 de fevereiro de 2015, em seu art.12, diz que todas as viagens no âmbito de cada órgão ou entidade devem ser registradas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.

4.4.5.10. Protocolo

4.4.5.10.1. Serviços executados pelo Protocolo

- Foram encerrados e certificados 1.591 processos físicos com total de 2.010 volumes, em critérios baseados na Portaria n^o 10, de 15 de agosto de 2016.
- E-mails recebidos e tratados com total geral de mais de 6.912.
- Processos (NUPS) criados pelo SEI, com solicitação por e-mail pela área demandante no total geral de 4.224.

- Atendimento telefônico ao SIC com pedidos de informações públicas e manifestações de ouvidoria ao cidadão no total de 2.640.
- Em andamento código de classificação e tabela de temporalidade da atividade fim.
- Instrumento de gestão de documentos (código de classificação, tabela de temporalidade e listagem de eliminação) que encontra-se em andamento.

4.4.5.10.2. Protocolo Digital

Assim como em algumas repartições públicas, o Protocolo Digital foi implementado no ITI em 2021. Colaboradores e servidores participaram de treinamento, capacitação e reuniões junto ao ME para que possam prestar um serviço de qualidade.

O ME tem como objetivo auxiliar os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional no processo de informatização dos serviços prestados ao cidadão.

A ferramenta é integrada ao SEI e permite aos usuários externos (Pessoa Física ou Jurídica) protocolar eletronicamente documentos e requerimentos passando pela triagem do Protocolo sem a necessidade de deslocamento físico até o Órgão e, ainda, evitar gastos com o envio de correspondência postal para os órgãos e entidades da administração pública federal.

Desde a implementação do Protocolo Digital foram protocolados 105 atendimentos.

Na tabela abaixo destacamos os quantitativos dos serviços executados pelo Protocolo em 2021 em atenção aos cidadãos.

Tabela 47 – Serviços Executados SIC/Protocolo

ANO	SIC		PROTOCOLO	
	Ligações Recebidas	Informações Presenciais	Processos Gerados	E-Mails Recebidos
2019	2027	40	3933	3526
2020	2160	72	2893	6656
2021	2640	48	4224	6912

4.4.5.11. Desfazimento de Ativos

Não houve.

4.4.5.12. Fiscalização Técnica e Principais Custos com Serviços

Atualmente a DILOG fiscaliza tecnicamente todos os contratos abaixo relacionados:

- Empresa Multserv (vigilância) – Processo n.º 20185/2018-88: Custo R\$ 730.606,56 (setecentos e trinta mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e seis centavos).
- Empresa M.K.R PESSOA (limpeza) – Processo n.º 1819/2020-18: Custo R\$ 188.949,60 (cento e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).
- Empresa CEB (energia elétrica) – Processo n.º 213/2017/40: Custo R\$ 268.435,75 (duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos).
- Empresa CAESB (água) – Processo n.º 113/2017-13: Custo R\$ 35.007,39 (trinta e cinco mil, sete reais e trinta e nove centavos).
- Empresa OVER ELEVADORES (elevador) – Processo n.º 236/2017-54: Custo R\$ 4.843,98 (quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos).

- Empresa RCO (ar-condicionado) – Processo n ° 034/2020-28: Custo R\$ 47.130,82 (quarenta e sete mil, cento e trinta reais e oitenta e dois centavos).
- Empresa NAZA (aluguel) – Processo n ° 296/2017-77: Custo R\$ 1.776.000,00 (um milhão setecentos e setenta e seis mil reais).
- Seguro Predial (seguro) – Processo n ° 2997/2021-47: Custo R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais).
- Táxi GOV (táxi) – Processo n ° 5358/2019-19: Custo R\$ 3.335,42 (três mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos).
- Aluguel Espaço físico no Palácio do Planalto (Sala Cofre) – Processo n ° 013399/2018-06: Custo, média de três meses: R\$ 8.403,52 (oito mil, quatrocentos e três reais e cinquenta e dois centavos).
- Almojarifado Virtual Nacional (almojarifado) – Processo n ° 1115/2020-45: Custo R\$ 30.249,01 (trinta mil, duzentos e quarenta e nove reais e um centavo).

4.4.5.13. Terceirização administrativos

- Empresa Lima e Silva (apoio nível I) – Processo: 2079/2019-01: Custo R\$ 588.005,76 (quinhentos e oitenta e oito mil, cinco reais e setenta e seis centavos).
- Empresa Lima e Silva (apoio nível II) – Processo: 2748/2019-37: Custo R\$ 1.936.345,32 (um milhão, novecentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos).
- Empresa Atenas Terceirização (apoio esp. em gestão) – Processos: 5602/2019-43 e 3578/2021-22: Custo R\$ 2.232.336,48 (dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos).

- Empresa Atenas Terceirização e Obras (apoio esp. TI) – Processos 5602/2019-43 e 569/2021-80: Custo R\$ 3.022.717,08 (três milhões, vinte e dois mil, setecentos e dezessete reais e oito centavos).
- Empresa Atenas Terceirização e Obras (manutenção predial) – Processos: 5602/2019-43 e 3579/2021-77: Custo R\$ 127.879,92 (cento e vinte e sete mil e oitocentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos).
- Empresa RCS Tecnologia LTDA (monitoramento) – Processo: 1100/2021-68: Custo R\$ 442.554,24 (quatrocentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).
- Empresa JDR Serviços (recepção) – Processo: 117/2020-17: Custo R\$ 112.850,40 (cento e doze mil oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

4.4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

4.4.6.1. Conformidade legal

A COTIC foi institucionalizada pela Portaria nº 20/2018, de 28 de fevereiro de 2018, que aprova o Regimento Interno do ITI.

4.4.6.2. Quantitativo de pessoas da COTIC

A COTIC atualmente conta com 19 colaboradores, entre eles:

- 01 Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- 03 Analistas em Tecnologia da Informação – ATI;
- 01 Analista de Tecnologia requisitado;
- 03 Terceirizados da área de Apoio a Gestão
- 04 Terceirizados na equipe de Administração de Redes;
- 03 Terceirizados na equipe de Atendimento ao Usuário;
- 04 Estagiários, um na área administrativa e o outro na área de TI.

4.4.6.3. Modelo de Governança de TI

O Instituto dispõe de Comitê de Governança, Riscos, Controle e Governança Digital – CGRD-GD, criado em junho de 2017 que, em substituição ao antigo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI – é responsável por deliberar sobre as demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – apresentadas pelas diversas áreas, assim como elaborar e aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC. O Comitê é composto por 3 (três) integrantes, a saber:

- a) Diretor-Presidente do ITI;
- b) Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas; e
- c) Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normatização.

4.4.6.4. Montante de recursos aplicados em TI

Tabela 48 - Custeio

Empresa / Serviço	Valor Contratado
TECNOSET OUTSOURCING DE IMPRESSÃO c-04/2018	R\$ 29.035,59
SANTOS & CIA LTDA-ME c-09/2019	R\$ 225.000,00
TELEFONIA CELULAR TIM MÓVEL c-09/2017	R\$ 16.452,12
TELEFONIA CLARO c-15/2018	R\$ 2.065,09
MESOTEC IMFORMÁTICA - c-08/2017 (99990.000328/2017-34)	R\$ 524.361,48
Amazon Informática (C 14/21) (00100.000339/2021-11)	*R\$ 223.333,60
SERPRO-INFOVIA – c-02/2018 (99990.001151/2017-93)	R\$ 467.482,32
SERPRO INFOVIA (novo contrato) (00100.000898/2021-21)	*R\$ 119.861,40
ARCADE – REMANEJAMENTO DE PONTOS LOGICOS c-07/2018	R\$ 299.097,41
UNITECH RIO – Manutenção de suporte técnico para as unid. Robóticas de backup da AC Raiz – c-12/2017 (99990.000970/2017-13)	R\$ 183.000,00
Mirante – Fábrica de SW 00100.003423/2018-91	R\$ 315.708,63
Fitas de Backup LTO 5 (00100.002472/2020-21)	R\$ 13.788,00
TOTAL CUSTEIO	R\$ 2.419.185,64

Nota Explicativa: Valor equivalente ao início do contrato em 2021 até o final do ano de 2021

Tabela 49 - Investimento

Empresa / Serviço	Valor Contratado
Firewall (00100.001416/2020-79)	R\$ 1.290.100,00
Gravador de Fitas Magnéticas (00100.000620/2021-53 – C 16 e 17/21)	R\$ 364.000,00
TOTAL INVESTIMENTO	R\$ 1.654.100,00
TOTAL	R\$ 4.174.549,28

4.4.6.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeira de valor

I. Principais Sistemas de Informação

Os principais sistemas computacionais que atendem aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos do ITI estão relacionados abaixo e possuem criticidade alta, sendo monitorados no modelo 24x7 de acordo com nível mínimo de serviço de 99% de disponibilidade (mensal).

Tabela 50 – Principais Sistemas de Informação

Nome do Sistema	Objetivos e Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio
ANTIFRAUDE (SAF)	Comunicação e detecção de tentativas e ocorrências de fraudes entre as entidades pertencentes a ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
CADASTRO	Mantém informações cadastrais das entidades participantes da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
FISCALIZAÇÃO	Possibilita o gerenciamento dos trabalhos de fiscalização nas entidades integrantes da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
AUDITORIA	Contém informações de controles de auditoria realizadas pelo ITI, empresas de auditoria independentes e auditorias internas da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
MPARA BRASIL DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Sistema de mapeamento e divulgação dos postos de atendimento para emissão de certificado digital em uma determinada região ou em todo o Brasil	COTIC	CGAFI
SEI	Sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos	COTIC	CGPOA
PORTAL INSTITUCIONAL	Portal que disponibiliza informações do ITI e da Infraestrutura de Chaves Públicas brasileira – ICP – Brasil, bem como normas e regulamentações sobre a certificação digital.	COTIC	CGPOA
INTRANET	Canal de interação entre o ITI e seus funcionários com a disponibilização de notícias e serviços	COTIC	CGPOA

II. Projetos

i. Atualização do parque tecnológico do ITI

- a. Aquisição de Firewall
- b. Aquisição de Fitas de Backup LTO

ii. Nova contratação de suporte à infraestrutura de tecnologia da informação – Suporte Nível 3

iii. Nova contratação de link de internet INFOVIA

III. Resultados

i. Resultados do projeto “Atualização do parque tecnológico do ITI”:

- Evolução da infraestrutura de armazenamento, conectividade e do parque de ativos.
- Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais.
- Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação Tecnológica.
- Modernização de infraestrutura de rede de dados do ITI.
- Aprimorar as ferramentas de comunicação institucionais.
- Fornecer ferramentas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação adequadas para as necessidades de negócio do ITI.
- Expansão de capacidade de armazenamento de dados.
- Aprimorar serviços e governança de TIC.
- Promover integração de bases de dados e sistemas.
- Aperfeiçoar os processos de gestão da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
- Otimizar a gestão dos recursos de TIC do ITI.

ii. Resultados do projeto “Nova contratação de suporte à infraestrutura de tecnologia da informação – Suporte Nível 3”

- Novo contrato de suporte à infraestrutura de tecnologia da informação – Suporte Nível 3.
- Realizar a contratação de serviços por resultado, efetuando o pagamento com base nos resultados alcançados e verificados por meio dos níveis mínimos de serviço.
- Realizar melhorias identificadas ao longo do período de prestação do serviço.

- Garantir a adequada gestão e controle dos serviços administrados pela CODIS, provendo suporte especial às áreas estratégicas do ITI.
- Garantir que os serviços sejam prestados com agilidade por equipe especializada e dedicada exclusivamente à administração do ambiente de infraestrutura da Autarquia.
- Ofertar um serviço profissional de TI visando a constante busca pela melhoria na qualidade dos serviços prestados ao Órgão.
- Usar e incorporar melhores práticas de mercado na área de infraestrutura.
- Reduzir os riscos de interrupção dos serviços de TI.

4.4.6.6. Segurança da Informação

i. CGRC-GD

O CGRC-GD do ITI, instituído por meio da publicação da Portaria nº 16, de 9 de fevereiro de 2018, de caráter estratégico e deliberativo, é composto por representantes das unidades organizacionais e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos a TIC e a Governança Digital.

ii. POSIC

Em 2018, iniciou-se a revisão da Política de Segurança da Informação (POSIC) para instituição do Comitê de Segurança da Informação, em atendimento ao Decreto nº 9.637 (SEI 0294521), instituindo a nova Política Nacional de Segurança da Informação e dispondo sobre a governança da segurança da informação para a Administração Pública Federal – APF.

Em 2019, ocorreu o processo de consolidação de uma minuta de atualização da portaria em tela ainda pendente de aprovação final e publicação.

iii. Principais desafios e ações futuras

- I. Aprimoramento do Parque tecnológico do ITI:** esta Coordenação planeja continuar expandido as contratações de ativos de infraestrutura visando o

aprimoramento do parque tecnológico do ITI. Para isso, há a previsão de algumas aquisições, tais como:

- Aquisição de Cloud
 - Aquisição de Telefonia (voip)
- II.** Atualização de normativos do órgão, tais como a Política de segurança da Informação – POSIC;

4.4.6.7. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Instituto desenvolveu um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – 2020-2022, que norteia todas as decisões relativas a Tecnologia da Informação, disponível no sítio [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br).

O PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, permitindo o direcionamento das ações e projetos de TIC de todas as unidades organizacionais do ITI, a fim de garantir eficiência e eficácia na gestão de TIC.

Treinamentos realizados em 2021:

- Curso Arquitetura no Amazon Web Services – AWS e
- Curso IBM SPSS Statistics.

4.4.6.8. Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado

Tabela 51 – Processos de Gerenciamento de Serviços Implementados

Serviços	Processos	Descrição
Suporte e Atendimento ao usuário de TIC	Gerenciamento de Incidente, Gerenciamento Nível de Serviço e Gerenciamento de problema	A área recebe a comunicação dos incidentes de TI pela ferramenta de gerenciamento de Chamados – OTRS e realiza o tratamento dos incidentes de TI. O monitoramento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos contratualmente entre o ITI e a empresa contratada para prestação dos serviços de suporte e atendimento aos usuários de TI também é realizado por meio da ferramenta. Para registro de problemas conhecidos e sua resolução definitiva utiliza-se o Redmine.

4.4.6.9. Proteção de Dados Pessoais

Em 2020, a fim de atender a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do ITI, objeto da Lei nº 13.709/2018, foi criada uma Comissão interna, por meio da Portaria nº 08, de 07 de fevereiro 2020, atualizada pela Portaria nº 40, de 10 de setembro de 2020 para:

- (i) Analisar a Lei e verificar sua aplicação no âmbito do ITI;
- (ii) Estabelecer modelagem para implantação da governança de dados no ITI;
- (iii) Coordenar junto aos departamento/áreas do ITI, o mapeamento dos dados e riscos associados; e
- (iv) Apontar demais iniciativas para implementação da LGPD.

Resultados iniciais:

Em 17 de dezembro de 2020, o Diretor-Presidente do ITI, por meio da Portaria nº 58, designou o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do ITI para o exercício das seguintes atribuições:

- (i) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- (ii) receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências;
- (iii) orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
- (iv) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Foi criada uma área na página do ITI, destinada à Proteção de Dados Pessoais: <https://www.gov.br/iti/pt-br/aceso-a-informacao/encarregado-pelo-tratamento-de-dados-pessoais>.

4.4.7. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

As contratações realizadas pelo ITI, seguem as recomendações da Advocacia Geral da União (AGU), contendo descrição em seus Termos de Referência e/ou Projetos Básicos dos requisitos ambientais e de sustentabilidade.

A adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratações de serviços ou obras é uma prática constante do ITI.

Quanto aos aspectos da gestão ambiental na Autarquia, no ano de 2021, não houve separação dos resíduos recicláveis destacados, nem destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispões o Decreto n.º 5.940/2006.

De se considerar que 2021 foi um ano atípico devido à pandemia de COVID-19 e, em função disso alguns servidores e colaboradores ainda estão em home office, o que ainda dificulta a implementação de muitas ações que no decorrer de 2020 a 2021 ficaram sobrestadas.

Desde novembro de 2019, não houve aquisição de copos descartáveis, os servidores e colaboradores usam seus próprios utensílios trazidos de casa, sendo essa uma ação de conscientização da importância de desenvolver atitudes sustentáveis no dia a dia.

Em 2021, houve o consumo de 83 resmas de papel, no ano de 2019 foram 335, trazendo assim uma economia de papel de 252 resma. Essa diminuição se dá pelo fato de os processos serem digitais e por conta da pandemia de COVID-19, inclusive, no período de 2020, a base de cálculo não foi efetivada tendo em vista a suspensão das atividades presenciais.

Ações para redução do consumo de recursos naturais.

Tabela 52 – Energia elétrica 2021 – CEB

MESES	CONSUMO	VALOR R\$
JANEIRO	25280	R\$ 17.911,21
FEVEREIRO	23040	R\$ 16.290,43
MARÇO	22506	R\$ 15.759,23
ABRIL	22253	R\$ 16.736,99
MAIO	22080	R\$ 15.865,83
JUNHO	19520	R\$ 14.876,74
JULHO	19200	R\$ 15.204,44
AGOSTO	22133	R\$ 17.117,83
SETEMBRO	23840	R\$ 21.044,01
OUTUBRO	24640	R\$ 21.448,86
NOVEMBRO	19840	R\$ 18.965,01
DEZEMBRO	21120	R\$ 21.026,28
	TOTAL	R\$ 212.246,86

Seguindo o que preconiza o Decreto n.º 10.779, de 25 de agosto de 2021. Os servidores e colaboradores foram orientados ao consumo consciente de energia elétrica, tais como:

- Desligar a iluminação dos locais que não estiverem em uso; desligarem a iluminação de todos os locais que não estiverem em uso, especialmente ao final de cada expediente;
- Foram realizadas limpezas nas lâmpadas e as luminárias, de modo a garantir a reflexão máxima da luz e a obter maior aproveitamento da iluminação;
- Desligar os monitores, as impressoras, os estabilizadores, as caixas de sons, os microfones e outros acessórios sempre que não estiverem em uso;
- Sem prejuízo da iluminação foram otimizados os números de luminárias nos ambientes, mantidos os níveis mínimos conforme definidos nas normas técnicas;
- Os serviços de vigilância foram orientados para fazer ronda, após horário de expedientes verificando assim todas as salas que têm aparelhos de ar-condicionado ligados ou luzes acesas etc.

Tabela 53 – Demanda Consumo de Água 2021 – CAESB

MESES	CONSUMO	VALOR R\$
JANEIRO	61	R\$ 1.574,62
FEVEREIRO	80	R\$ 2.143,48
MARÇO	38	R\$ 895,96
ABRIL	54	R\$ 1.365,04
MAIO	36	R\$ 1.634,50
JUNHO	81	R\$ 2.172,28
JULHO	52	R\$ 1.305,72
AGOSTO	51	R\$ 1.276,18
SETEMBRO	59	R\$ 1.512,50
OUTUBRO	56	R\$ 1.423,88
NOVEMBRO	62	R\$ 1.601,12
DEZEMBRO	69	R\$ 1.807,90
	TOTAL	R\$ 18.713,18

Foram feitas diversas manutenções para conter o desperdício de água, tais como:

- Impermeabilização da cobertura do prédio para sanar as infiltrações;
- Retirada de vazamentos em geral nos banheiros;
- Manutenção nas válvulas de reparo dos vasos dos banheiros.

4.4.7.1.Principais Desafios e Ações Futuras

- Desafios:
 - Aperfeiçoar o controle de patrimônio e materiais de consumo;
 - Qualificação de servidores.
- Ações Futuras
 - Solicitar a requisição de mais servidores;
 - Adquirir aparelhamentos modernos para o controle do patrimônio, aperfeiçoar os servidores com treinamentos para controle de patrimônio e materiais de consumo;
 - Contratação de cursos para aperfeiçoamento dos servidores;
 - Aprimorar as ações e práticas de sustentabilidade ambiental.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O ITI cumpriu regularmente todas as obrigações orçamentárias, financeiras e contábeis assumidas no exercício de 2021.

Apesar da pandemia de COVID-19, que exigiu trabalho remoto de parte do efetivo e medidas adicionais de proteção para o enfrentamento dessa emergência de saúde pública, praticamente, quase todos os investimentos previstos no exercício foram cumpridos, o que permitiu a renovação de grande parte do parque tecnológico da ICP-Brasil e a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas essenciais ao funcionamento do sistema nacional de certificação digital.

As demandas para a Infraestrutura de Chaves Públicas que ficaram pendentes devem ser atendidas no decorrer do próximo exercício.

5.1. Informações do Setor de Contabilidade – SECON

O SECON tem suas principais atribuições instituídas no Regimento Interno do ITI, publicado na Portaria n.º 20, de 28 de fevereiro de 2018, sendo a gestão e execução das atividades e demonstrações contábeis, o principal macroprocesso, seguindo exclusivamente, as orientações definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal, com amparado na Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/2000.

As principais informações acerca do setor contábil podem ser observadas conforme tabela abaixo:

Tabela 54 – Serviço de Contabilidade - SECON

Estrutura	Serviço de Contabilidade - SECON subordinado a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA
Composição	Serviço de Contabilidade - SECON
Competências	Gestão e execução das atividades de contabilidade e elaboração das Demonstrações Contábeis
Responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> -Orientação e supervisão dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; -Elaboração da Prestação de Contas Anual, em articulação com as demais áreas; -Elaboração da Tomada de Contas Extraordinárias e Especiais; -Execução da Conformidade de Registro de Gestão; -Execução da Conformidade Contábil; -Elaboração e análise das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Trimestrais e Anual; -Prestação de esclarecimentos, quando necessário, aos órgãos externos, fiscalizadores e de auditoria interna; e - Gestão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.
Nome, Cargo e Período de Atuação	José Dornelas Batista – Contador – desde julho/2006 Michele de Souza Teixeira – Contador Substituto – desde junho/2019

5.2. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades Orçamentárias Financeiras e Contábeis

O ITI está inserido no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e segue os princípios, normas e leis vigentes no Brasil.

Dentre as principais normas adotadas, destaca-se o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do Patrimônio e a avaliação e mensuração de ativos e passivos.

No Balanço Patrimonial do ITI, a Conta Contábil 1.2.3.8.1.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis, no valor de R\$ 13.222.600,25, é resultante das depreciações ocorridas ao longo dos exercícios anteriores, até o presente exercício, pelo desgaste ou perda de utilidade pelo uso dos bens patrimoniais do Órgão.

O ITI adota os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 no que tange aos critérios contábeis de depreciação de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme macrofunção 020330, da STN, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Em relação a reavaliação patrimonial, foi instituída metodologia para ajuste da avaliação patrimonial em 2019, por comissão instituída pela Portaria nº 46, de 19 de julho de 2019. A efetivação dos ajustes patrimoniais decorrentes da reavaliação, que seria desenvolvido em 2021, deverá ser efetuada no decorrer do exercício de 2022.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens teve como parâmetro a tabela descrita na macrofunção 020330.

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, no que se refere ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada uniformemente, utilizando-se as taxas descritas na macro função 020330, com observância ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão.

As Demonstrações Contábeis completas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI estão publicadas na página do ITI para consulta.

5.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis refletem a conformidade contábil encerradas em 31 de dezembro de 2021, extraídas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, pautada na macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI.

5.3.1. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os dispositivos constantes da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e suas alterações, observando ainda, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, as macrosfunções da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e obedecendo ao plano de contas da União - PCASP, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Sendo assim, o presente documento tem como objetivo dar transparência referente as informações contábeis, patrimoniais, orçamentarias, econômicas e financeiras do ITI aos diversos usuários.

Serão abordadas as seguintes Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas:

- Balanço Orçamentário
- Balanço Patrimonial
- Balanço Financeiro
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Demonstração de Fluxo de Caixa

a - Balanço Orçamentário – BO

Figura 12 – Resumo do BO

RESUMO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(Em R\$)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	% EXEC.
Receitas Correntes	200.000,00	200.000,00	2.000.372,90	1.800.372,90	1000%
Receitas Tributárias	-	-	-	-	0%
Receita Patrimonial	-	-	-	-	0%
Receitas de Serviços	200.000,00	200.000,00	2.000.372,90	1.800.372,90	1000%
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	0%
Receitas de Capital	16.940.891,00	16.940.891,00	-	(16.940.891,00)	0%
Operações de Crédito	16.940.891,00	16.940.891,00	-	(16.940.891,00)	0%
Alienação de Bens	-	-	-	-	0%
Subtotal de Receitas	17.140.891,00	17.140.891,00	2.000.372,90	(15.140.518,10)	12%
Déficit	-	-	26.782.529,61	26.782.529,61	
TOTAL	17.140.891,00	17.140.891,00	28.782.902,51	11.642.011,51	

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% EXEC.
Despesas Correntes	28.547.910,00	25.001.419,00	22.747.691,09	19.087.443,99	18.589.526,92	2.253.727,91	91%
Pessoal e Encargos Sociais	9.256.471,00	8.992.237,00	8.990.237,00	7.808.666,75	7.362.229,10	2.000,00	100%
Outras Despesas Correntes	19.291.439,00	16.009.182,00	13.757.454,09	11.278.777,24	11.227.297,82	2.251.727,91	86%
Despesas de Capital	6.265.100,00	6.084.275,00	6.035.211,42	967.790,00	967.790,00	49.063,58	99%
Investimentos	6.265.100,00	6.084.275,00	6.035.211,42	967.790,00	967.790,00	49.063,58	99%
Inversões Financeira	-	-	-	-	-	-	0%
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	0%
Subtotal das Despesas	34.813.010,00	31.085.694,00	28.782.902,51	20.055.233,99	19.557.316,92	2.302.791,49	93%
Superávit	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	34.813.010,00	31.085.694,00	28.782.902,51	20.055.233,99	19.557.316,92	2.302.791,49	

Receitas

No âmbito do ITI, a previsão inicial de receita total para o exercício de 2021 foi de R\$ 17.140.891,00.

As Receitas de Serviços advindas das tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços de certificação digital tiveram a previsão de R\$ 200.000,00. Houve arrecadação no ano de R\$ 2.000.372,90, com excesso de arrecadação de R\$ 1.800.372,90, superando em 1000% a previsão de receitas para o exercício findo.

Foi previsto, ainda, no período o montante de R\$ 16.940.891,00 advindo de operações de crédito.

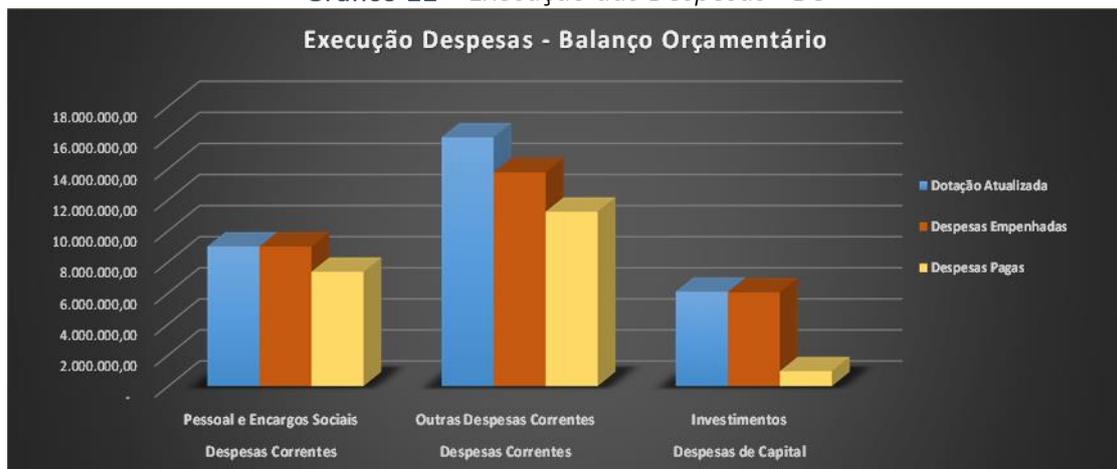
Despesas

Em relação as despesas, o montante total previsto para o exercício de 2021 foi de R\$ 34.813.010,00. O total de despesas empenhadas em 2021 foi de R\$ 28.782.902,51, destacando que, desse montante empenhado, 79% referem-se à Despesas Correntes.

Do montante de R\$ 22.747.691,09 das Despesas Correntes empenhadas, 40% correspondem as despesas com Pessoal e Encargos Sociais e 60% com Outras Despesas Correntes, que são utilizadas para cobrir os gastos com as atividades do Instituto. Desse total, foram pagos o montante de R\$ 18.589.526,92.

Em relação as Despesas de Capital, o total empenhado foi de R\$ 6.035.211,42, com liquidação no montante de R\$ 967.790,00. Os investimentos previstos para o exercício do ITI foram quase que totalmente concluídos, chegando a 99% de execução. Trata-se de investimentos na gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil e nas tecnologias de segurança da informação e identificação digital.

Gráfico 11 – Execução das Despesas - BO



Com isso, o instituto encerrou o exercício de 2021 com execução de 93% dos recursos previsto para o período.

b - Balanço Patrimonial – BP

Figura 13 – Resumo do Balanço Patrimonial

RESUMO BALANÇO PATRIMONIAL

(Em R\$)

ATIVO	2021	2020	Var. %	PASSIVO	2021	2020	Var. %
Ativo Circulante	2.375.263,01	3.009.440,41	-21%	Passivo Circulante	4.275.594,24	3.115.790,17	37%
Caixa e Equivalente de Caixa	2.298.290,02	2.917.729,72	-21%	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar	1.160.460,55	834.622,29	39%
Créditos a Curto Prazo	-	-	0%	Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	0%
Estoques	76.972,99	91.710,69	-16%	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.115.133,69	2.281.167,88	37%
Ativo Não Circulante	20.835.050,03	13.501.807,66	54%	Passivo Não Circulante	-	-	0%
Investimentos	-	-	0%	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar	-	-	0%
Imobilizado	18.523.487,59	12.442.737,19	49%	Provisões de Longo Prazo	-	-	0%
Intangível	2.311.562,44	1.059.070,47	118%	Resultado Diferido	-	-	0%
				Patrimônio Líquido	18.934.718,80	13.395.457,90	41%
				Capital Social	-	-	0%
				Resultados Acumulados	18.934.718,80	13.395.457,90	41%
TOTAL DO ATIVO	23.210.313,04	16.511.248,07	41%	TOTAL DO PASSIVO	23.210.313,04	16.511.248,07	41%

Caixa e Equivalente de Caixa

O exercício de 2021 foi encerrado com o montante de R\$ 2.298.290,02, sendo 21% abaixo dos valores de 2020. Representa o montante do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS do ITI para fazer jus as despesas e/ou transferências de recursos.

Estoques

O estoque do Instituto está representado pelo material de consumo constante no almoxarifado. Houve redução do saldo de 16% em relação ao ano anterior, encerrando o exercício com o saldo de R\$ 76.972,99. Não houve necessidade de aquisições para reposição de estoque no período devido a pandemia de COVID-19, com redução de consumo de material devido ao trabalho remoto parcial no ano de 2021.

Imobilizado

O grupo Imobilizado apresentou um aumento de 49% em relação ao exercício de 2020, decorrente de aquisições de bens móveis, principalmente, para o reaparelhamento tecnológico e modernização constante do Instituto.

O montante de R\$ 18.523.487,59, constante no grupo Imobilizado, é composto pelos valores líquidos, das contas de Bens Móveis e Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, após a dedução das respectivas depreciações e amortizações.

Com isso, o grupo de Bens Móveis encerrou o ano com um saldo de R\$ 29.848.400,93, valor este, que sofreu uma depreciação acumulada na ordem de R\$ 13.222.600,25, ao longo da vida útil. Para a realização de depreciação dos bens móveis, foram utilizados os critérios descritos na macrofunção 020330, tais como a metodologia para estimar a vida útil econômica dos bens, taxas aplicadas para os cálculos da depreciação, e percentual praticado ao valor residual dos bens.

O Instituto não possui imóveis registrados de sua propriedade. O valor de R\$ 3.450.340,00, contabilizada na conta 1.2.3.2.1.08.00 – Benfeitorias em propriedade de terceiros, refere-se a despesas para a montagem da sala-cofre do ITI, instalada em espaço físico do Anexo III, Ala A, piso inferior, da Presidência da República. A amortização desse montante passou a ser registrado no exercício de 2019 e consta um saldo atualizado de R\$ 1.552.653,09.

Intangível

O grupo do Intangível encerrou o quarto trimestre com saldo de R\$ 2.311.562,44, ou seja, acréscimo de 118,3% em relação ao exercício de 2020, decorrente de aquisições de softwares principalmente para a atualização e modernização tecnológica do Instituto.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O saldo final do ano de 2021 foi de R\$ 1.160.460,55, 39,04% acima do montante registrado em 2020. Aumento devido a readequação de efetivo com ônus para o Instituto, devido as mudanças na gestão institucional no exercício de 2020.

Cabe ressaltar que, o Instituto não dispõe de quadro próprio de servidores, a força de trabalho advém de funcionários e servidores públicos requisitados de outros órgãos, nomeados sem vínculo e pessoal terceirizado.

Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo encerrou o exercício de 2021 com saldo de R\$ 3.115.133,69, 36,6% acima do montante registrado em 2020 de R\$ 2.281.167,88.

O acréscimo ocorreu, principalmente, em virtude de saldo na conta 2.1.8.9.2.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar referente ao recebimento e repasse de recursos de convênio com a UFSC e a aquisição e fornecimento de módulo de segurança criptográfico para o TSE, este último, já concluído e solicitado baixa na conta por parte do TSE.

c - Balanço Financeiro – BF

Figura 14– Resumo do Balanço Financeiro

RESUMO BALANÇO FINANCEIRO

(Em R\$)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Var. %	DESCRIÇÃO	2021	2020	Var. %
Receitas Orçamentárias	2.000.372,90	2.000.100,00	0%	Despesas Orçamentárias	28.782.902,51	35.274.662,20	-18%
Ordinárias	-	-	-	Ordinárias	26.524.689,51	26.451.958,46	0%
Vinculadas	2.000.372,90	2.000.100,00	0%	Vinculadas	2.258.213,00	8.822.703,74	-74%
Previdência Social	-	-	0%	Seguridade Social (Exceto Previdência)	188.160,00	96.316,00	95%
Outros Rec. Fundos, Órgãos e Programas	2.000.372,90	2.000.100,00	0%	Dívida Pública	-	8.404.947,74	n.m.
Recursos a Classificar	-	-	0%	Outros Rec. Fundos, Órgãos e Programas	2.070.053,00	321.440,00	544%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	0%				
Transferências Financeiras Recebidas	38.143.603,93	32.309.810,00	18%	Transferências Financeiras Concedidas	9.596.012,34	5.787.470,05	66%
Resultantes da Execução Orçamentária	23.266.197,18	26.229.739,32	-11%	Resultantes da Execução Orçamentária	5.799.932,39	5.612.470,05	3%
Independentes da Execução Orçamentária	14.877.406,75	6.080.070,68	145%	Independentes da Execução Orçamentária	3.796.079,95	175.000,00	2069%
Recebimentos Extraorçamentários	9.321.036,77	14.793.259,38	-37%	Pagamentos Extraorçamentários	11.705.538,45	7.989.487,61	47%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	497.917,07	382.096,22	30%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	382.096,22	426.132,60	-10%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.727.668,52	14.381.918,39	-39%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.228.213,33	7.534.110,24	49%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95.228,90	29.244,77	226%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95.228,90	29.244,77	226%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	222,28	-	n.m.	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	0%
Saldo do Exercício Anterior	2.917.729,72	2.866.180,20	2%	Saldo do Exercício Seguinte	2.298.290,02	2.917.729,72	-21%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.917.729,72	2.866.180,20	2%	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.298.290,02	2.917.729,72	-21%
TOTAL	52.382.743,32	51.969.349,58	1%	TOTAL	52.382.743,32	51.969.349,58	1%

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie (disponível) provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o exercício seguinte. O balanço evidencia o somatório das operações realizadas durante o exercício.

Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias encerraram o exercício com arrecadação de R\$ 2.000.372,90. Em relação ao mesmo período de 2020, a arrecadação ficou nos mesmos patamares dos valores obtidos no exercício anterior, advindos dos serviços de certificação digital.

Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas em 2021 foi de R\$ 38.143.603,93 que representa os repasses recebidos do órgão superior, a Presidência da República. Desse montante, o valor de R\$ 23.266.197,18 foi destinado ao pagamento de despesas e investimentos custeados com o orçamento de 2021.

Recebimentos Extraorçamentários

No grupo de Recebimentos Extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento de 2021. O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária", pois, "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada".

A Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados teve uma redução de 39% em relação ao mesmo período de 2020, encerrando o exercício com o montante de R\$ 8.727.66,52. Já os Restos a Pagar Processados, apresentou um aumento de 30%, encerrando o exercício com saldo de R\$ 497.917,07.

Transferências Financeiras Concedidas

O grupo apresentou resultado de R\$ 9.596.012,34 com aumento de 66% em relação ao exercício anterior.

Trata-se da descentralização orçamentária – TED com objetivo da continuidade de parcerias, principalmente com a UFSC e a FUB, além de acordos com a Presidência da República na utilização do TáxiGov e despesas na sala cofre situada no citado órgão.

Pagamentos Extraorçamentários

O grupo apresentou um aumento de 87% em relação ao exercício anterior, encerrando o exercício com montante de R\$ 7.989.487,61.

Em relação aos dispêndios referentes ao pagamento de Restos a Pagar Não Processados o montante final foi de R\$ 7.534.110,24, ou seja, um aumento de 113%

considerando o mesmo período do ano de 2019. Tais dispêndios foram liquidadas obedecendo a programação financeira estabelecida pela Presidência da República.

Saldo para o Exercício Seguinte

O Resultado Financeiro do Exercício foi superavitário no período em R\$ 2.298.290,02, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o Balanço Financeiro do exercício seguinte. O saldo do exercício anterior foi R\$ 2.917.729,72 o que demonstra que os dispêndios superaram os ingressos em R\$ 619.439,70.

d - Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

Figura 15– Resumo Demonstração das Variações Patrimoniais

RESUMO DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	2021	2020	Var. %
Variações Patrimoniais Aumentativas	41.224.199,11	34.367.030,26	20%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.000.372,90	2.000.100,00	0%
Transferências e Delegações Recebidas	38.143.603,93	32.366.251,84	18%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.080.000,00	678,42	n.m.
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	222,28	-	n.m.
Variações Patrimoniais Diminutivas	35.684.938,21	33.991.329,07	5%
Pessoal e Encargos	9.253.941,00	9.226.999,67	0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	220.321,25	215.456,76	2%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14.595.299,25	15.547.997,08	-6%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	13,50	n.m.
Transferências e Delegações Concedidas	9.596.012,34	7.797.870,01	23%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.921.929,82	1.006.800,98	91%
Tributárias	61.686,34	59.381,37	4%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	35.748,21	136.809,70	-74%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.539.260,90	375.701,19	1374%

Exploração de Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Representou 5% das Variações Patrimoniais Aumentativas no ano de 2021. Em relação ao mesmo período de 2020, a arrecadação ficou nos mesmos patamares dos valores obtidos no exercício anterior advindos dos serviços de certificação digital.

Transferências e Delegações Recebidas

O citado grupo representou 93% das Variações Patrimoniais Aumentativas do período analisado. Efetuando comparação com o mesmo período do exercício de 2020, houve aumento de 18%, em função dos recursos recebidos para aquisição e fornecimento de módulo de segurança criptográfico.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Com uma representação de 41% do montante das Variações Patrimoniais Diminutivas, o grupo apresentou um aumento de apenas 2% em relação ao mesmo período de 2020, encerrando o ano com saldo de R\$ 14.595.299,25. Trata-se dos gastos em geral para a manutenção das atividades do Instituto.

Transferências e Delegações Concedidas

Nas Transferências e Delegações Concedidas houve aumento de 23% em relação ao mesmo período de 2020, encerrando o exercício com saldo de R\$ 9.596.012,34. Trata-se de repasse de valores para a Presidência da República, Imprensa Nacional, Empresa Brasil de Comunicação – EBC, sala cofre de Santa Catarina, dentre outros, por serviços prestados, além TEDs firmados com INMETRO e TSE para o fornecimento de equipamentos e módulos de segurança criptográfico e escala de tempo.

Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

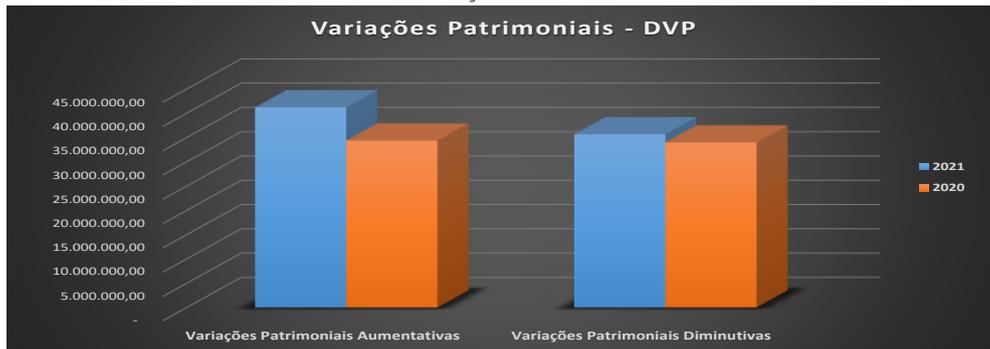
Aumento de 91% em 2021, representando apenas 5% da Variações Patrimoniais Diminutivas. Trata-se, em sua maior parte, da incorporação de passivos referente a transferência de recursos advindos do TSE, em sua maioria, para aquisição e fornecimento de módulos criptográficos ao citado órgão.

Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial do Instituto no exercício de 2021 manteve-se positivo em R\$ 5.539.260,90, ante ao resultado do mesmo período em 2020, no valor de R\$

375.701,19. As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA encontram-se 16% maior que as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

Gráfico 12 – *Variações Patrimoniais - DVP*



e - Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC

Figura 16– Resumo Demonstração de Fluxo de Caixa

(Em R\$)			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Var. %
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.335.492,21	5.879.235,48	59%
INGRESSOS	40.239.428,01	34.339.154,77	17%
Receitas Derivadas e Originárias	2.000.372,90	2.000.100,00	0%
Receita Tributária	0,00	0,00	0%
Receita de Serviços	2.000.372,90	2.000.100,00	0%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00	0%
Outros Ingressos Operacionais	38.239.055,11	32.339.054,77	18%
Ingressos Orçamentários	95.228,90	29.244,77	226%
Transferências Financeiras Recebidas	38.143.603,93	32.309.810,00	18%
Arrecadação de Outra Unidade	222,28	0,00	n.m.
DESEMBOLSOS	(30.903.935,80)	(28.459.919,29)	9%
Pessoal e Demais Despesas	(20.896.759,34)	(22.286.389,43)	-6%
Judiciário	(13.500,00)	(242.450,00)	-94%
Administração	(20.880.459,34)	(22.043.939,43)	-5%
Educação	(2.800,00)	0,00	n.m.
Transferências Concedidas	(315.935,22)	(356.815,04)	-11%
Intergovernamentais	0,00	0,00	0%
Intragovernamentais	(315.935,22)	(356.815,04)	-11%
Outros Desembolsos Operacionais	(9.691.241,24)	(5.816.714,82)	67%
Dispêndios Extraorçamentários	(95.228,90)	(29.244,77)	226%
Transferências Financeiras Concedidas	(9.596.012,34)	(5.787.470,05)	66%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(9.954.931,91)	(5.827.685,96)	71%
INGRESSOS	0,00	0,00	0%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
DESEMBOLSOS	(9.954.931,91)	(5.827.685,96)	71%
Aquisição de Ativo Não Circulante	(8.702.439,94)	(5.827.685,96)	49%
Outros Desembolsos de Investimentos	(1.252.491,97)	0,00	n.m.
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0%
INGRESSOS	0,00	0,00	0%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0%
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	0%
Amortização/Refinanciamento	0,00	0,00	0%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(619.439,70)	51.549,52	n.m.
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.917.729,72	2.866.180,20	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	2.298.290,02	2.917.729,72	

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

Em 2021, houve aumento no fluxo operacional de 59% em relação ao mesmo período de 2020, encerrando o exercício com o montante de R\$ 9.335.492,21. Houve aumento de 17% nos ingressos, que são resultantes de transferências financeiras recebidas.

Os desembolsos operacionais apresentaram um aumento de 9% em 2021. Os gastos com pessoal e os serviços administrativos totalizaram R\$ 20.896.759,34, com uma variação de 6% em relação ao mesmo período de 2020.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício de 2021, houve geração de caixa negativa no montante de R\$ 619.439,70. Com isso, o saldo final de caixa final de 2021 foi de R\$ 2.298.290,02.

5.4 Conformidades

As conformidades registradas com restrições pela setorial contábil do ITI foram somente no mês de dezembro/2021, ocasionadas pela ausência de comprovação do TED por parte do TSE, decorrente da descentralização de recursos para a Autarquia proceder a execução.

A prestação de contas foi encaminhada pelo ITI para aquele Tribunal, mediante Ofício nº 6/2021/GABIN/PRESIDÊNCIA-ITI, de 01 de fevereiro de 2021, entretanto a comprovação não foi efetuada no sistema SIAFI até o término do exercício de 2021.

Códigos de restrição:

653 – Saldos Alongados/indevidos em contas controles - decorrente do Termo de Execução Descentralizada – A comprovar, TED/TSE nº 35/2019, cuja vigência encontra-se expirada.

674 – Saldo Alongado/indevido – conta transitória Passivo Circulante transferências financeiras – a comprovar, cuja vigência encontra-se expirada.

6. ANEXOS

Anexo 1 – Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	200.000,00	200.000,00	2.000.372,90	1.800.372,90
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	200.000,00	200.000,00	2.000.372,90	1.800.372,90
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	200.000,00	200.000,00	2.000.372,90	1.800.372,90
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	16.940.891,00	16.940.891,00	-	-16.940.891,00
Operações de Crédito	16.940.891,00	16.940.891,00	-	-16.940.891,00
Operações de Crédito Internas	16.940.891,00	16.940.891,00	-	-16.940.891,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	17.140.891,00	17.140.891,00	2.000.372,90	-15.140.518,10
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	17.140.891,00	17.140.891,00	2.000.372,90	-15.140.518,10
DEFICIT			26.782.529,61	26.782.529,61
TOTAL	17.140.891,00	17.140.891,00	28.782.902,51	11.642.011,51
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-3.727.316,00	-	3.727.316,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-3.727.316,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	28.547.910,00	25.001.419,00	22.747.691,09	19.087.443,99	18.589.526,92	2.253.727,91
Pessoal e Encargos Sociais	9.256.471,00	8.992.237,00	8.990.237,00	7.808.666,75	7.362.229,10	2.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.291.439,00	16.009.182,00	13.757.454,09	11.278.777,24	11.227.297,82	2.251.727,91
DESPESAS DE CAPITAL	6.265.100,00	6.084.275,00	6.035.211,42	967.790,00	967.790,00	49.063,58
Investimentos	6.265.100,00	6.084.275,00	6.035.211,42	967.790,00	967.790,00	49.063,58
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	34.813.010,00	31.085.694,00	28.782.902,51	20.055.233,99	19.557.316,92	2.302.791,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	34.813.010,00	31.085.694,00	28.782.902,51	20.055.233,99	19.557.316,92	2.302.791,49
TOTAL	34.813.010,00	31.085.694,00	28.782.902,51	20.055.233,99	19.557.316,92	2.302.791,49

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	118.412,44	3.484.329,14	2.241.071,42	2.241.071,42	862.253,80	499.416,36
Pessoal e Encargos Sociais	-	906.106,88	876.052,84	876.052,84	30.054,04	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	118.412,44	2.578.222,26	1.365.018,58	1.365.018,58	832.199,76	499.416,36
DESPESAS DE CAPITAL	10.150,00	10.897.589,25	8.987.141,91	8.987.141,91	0,06	1.920.597,28
Investimentos	10.150,00	10.897.589,25	8.987.141,91	8.987.141,91	0,06	1.920.597,28
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	128.562,44	14.381.918,39	11.228.213,33	11.228.213,33	862.253,86	2.420.013,64

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	382.096,22	382.096,22	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	343.390,03	343.390,03	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	38.706,19	38.706,19	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	382.096,22	382.096,22	-	-

Anexo 2 – Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	2.375.263,01	3.009.440,41	PASSIVO CIRCULANTE	4.275.594,24	3.115.790,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.298.290,02	2.917.729,72	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.160.460,55	834.622,29
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Estoques	76.972,99	91.710,69	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	3.115.133,69	2.281.167,88
ATIVO NÃO CIRCULANTE	20.835.050,03	13.501.807,66	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.275.594,24	3.115.790,17
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	18.523.487,59	12.442.737,19	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	16.625.800,68	9.854.982,24	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	29.848.400,93	21.167.118,21	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-13.222.600,25	-11.312.135,97	Resultados Acumulados	18.934.718,80	13.395.457,90
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	5.539.260,90	375.701,19
Bens Imóveis	1.897.686,91	2.587.754,95	Resultados de Exercícios Anteriores	13.395.457,90	13.019.756,71
Bens Imóveis	3.450.340,00	3.450.340,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.552.653,09	-862.585,05	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.934.718,80	13.395.457,90
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	2.311.562,44	1.059.070,47			
Softwares	2.311.562,44	1.059.070,47			
Softwares	2.311.562,44	1.059.070,47			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	23.210.313,04	16.511.248,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.210.313,04	16.511.248,07

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	2.298.290,02	2.917.729,72	PASSIVO FINANCEIRO	12.142.498,25	14.892.577,05
ATIVO PERMANENTE	20.912.023,02	13.593.518,35	PASSIVO PERMANENTE	3.280.778,15	2.733.693,95
SALDO PATRIMONIAL		1.115.022,93	SALDO PATRIMONIAL	7.787.036,64	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.636.385,34	4.662.898,86	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.775.259,67	5.912.406,61
Atos Potenciais Ativos	3.636.385,34	4.662.898,86	Atos Potenciais Passivos	7.775.259,67	5.912.406,61
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.320.912,94	1.433.426,46	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.315.472,40	3.229.472,40	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	7.775.259,67	5.912.406,61
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	3.636.385,34	4.662.898,86	TOTAL	7.775.259,67	5.912.406,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-11.079.475,66
Recursos Vinculados	1.235.267,43
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-21.689,16
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-543.416,36
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	1.800.372,95
TOTAL	-9.844.208,23

Anexo 3 – Balanço Financeiro

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	2.000.372,90	2.000.100,00	Despesas Orçamentárias	28.782.902,51	35.274.662,20
Ordinárias	-	-	Ordinárias	26.524.689,51	26.451.958,46
Vinculadas	2.000.372,90	2.000.100,00	Vinculadas	2.258.213,00	8.822.703,74
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	188.160,00	96.316,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.000.372,90	2.000.100,00	Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Dívida Pública	-	8.404.947,74
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.070.053,00	321.440,00
Transferências Financeiras Recebidas	38.143.603,93	32.309.810,00	Transferências Financeiras Concedidas	9.596.012,34	5.787.470,05
Resultantes da Execução Orçamentária	23.266.197,18	26.229.739,32	Resultantes da Execução Orçamentária	5.799.932,39	5.612.470,05
Repasso Recebido	19.496.129,46	26.229.739,32	Repasso Concedido	2.029.864,67	5.612.470,05
Repasso Devolvido	3.770.067,72	-	Repasso Devolvido	3.770.067,72	-
Independentes da Execução Orçamentária	14.877.406,75	6.080.070,68	Independentes da Execução Orçamentária	3.796.079,95	175.000,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	14.877.404,75	6.080.070,68	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.795.855,67	175.000,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2,00	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	224,28	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	9.321.036,77	14.793.259,38	Pagamentos Extraorçamentários	11.705.538,45	7.989.487,61
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	497.917,07	382.096,22	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	382.096,22	426.132,60
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.727.668,52	14.381.918,39	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.228.213,33	7.534.110,24
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95.228,90	29.244,77	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95.228,90	29.244,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	222,28	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	222,28	-			
Saldo do Exercício Anterior	2.917.729,72	2.866.180,20	Saldo para o Exercício Seguinte	2.298.290,02	2.917.729,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.917.729,72	2.866.180,20	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.298.290,02	2.917.729,72
TOTAL	52.382.743,32	51.969.349,58	TOTAL	52.382.743,32	51.969.349,58

Anexo 4 – Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	222,28	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	35.684.938,21	33.991.329,07
Pessoal e Encargos	9.253.941,00	9.226.999,67
Remuneração a Pessoal	2.635.631,30	2.845.662,75
Encargos Patronais	315.935,22	356.815,04
Benefícios a Pessoal	359.238,19	359.434,32
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.943.136,29	5.665.087,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	220.321,25	215.456,76
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	220.321,25	215.456,76
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14.595.299,25	15.547.997,08
Uso de Material de Consumo	33.156,58	23.216,57
Serviços	11.948.382,95	13.223.204,76
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.613.759,72	2.301.575,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	13,50
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	13,50
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.596.012,34	7.797.870,01
Transferências Intragovernamentais	9.596.012,34	5.787.470,05
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	2.010.399,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.921.929,82	1.006.800,98
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	7.929,82	54.934,30
Incorporação de Passivos	1.914.000,00	951.866,68
Desincorporação de Ativos	-	-

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	61.686,34	59.381,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	52.485,34	50.972,12
Contribuições	9.201,00	8.409,25
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	35.748,21	136.809,70
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	35.748,21	136.809,70
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.539.260,90	375.701,19
VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020

Anexo 5 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.335.492,21	5.879.235,48
INGRESSOS	40.239.428,01	34.339.154,77
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.000.372,90	2.000.100,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	38.239.055,11	32.339.054,77
Ingressos Extraorçamentários	95.228,90	29.244,77
Transferências Financeiras Recebidas	38.143.603,93	32.309.810,00
Arrecadação de Outra Unidade	222,28	-
DESEMBOLSOS	-30.903.935,80	-28.459.919,29
Pessoal e Demais Despesas	-20.896.759,34	-22.286.389,43
Legislativo	-	-
Judiciário	-13.500,00	-242.450,00
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-20.880.459,34	-22.043.939,43
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-2.800,00	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-

	2021	2020
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-315.935,22	-356.815,04
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-315.935,22	-356.815,04
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-9.691.241,24	-5.816.714,82
Dispêndios Extraorçamentários	-95.228,90	-29.244,77
Transferências Financeiras Concedidas	-9.596.012,34	-5.787.470,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.954.931,91	-5.827.685,96
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-9.954.931,91	-5.827.685,96
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.702.439,94	-5.827.685,96
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.252.491,97	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-619.439,70	51.549,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.917.729,72	2.866.180,20
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.298.290,02	2.917.729,72

Anexo 6 – Declaração Anual do Contador

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2021, do Órgão 24208 - Instituto Nacional de Tecnologia e Informação – ITI.

A presente declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, que é realizada pelo Serviço de Contabilidade do ITI, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, sistema do Governo Federal, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2022

**JOSE DORNELAS
BATISTA**

Assinado de forma digital por
JOSE DORNELAS BATISTA
Dados: 2022.03.08 11:22:38
-03'00'

Equipe responsável

Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM

Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração – CGPOA

Consolidação do relatório

Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM

Diagramação e capa

Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI

Setor Comercial Norte -SCN, Quadra 2, Bloco E

CEP: 70712-905, Brasília - DF

(61) 3424-3850

www.gov.br/iti/pt-br



www.gov.br/iti/



<http://facebook.com/itigovbr>



<http://instagram.com/itigovbr>



www.linkedin.com/company/1105316



<http://twitter.com/itigovbr>



<http://youtube.com/user/itidigital>



<https://t.me/itigovbr>



SCN Quadra 02 Bloco E - Térreo
CEP: 70712-905 - Brasília/DF



(61) 3424-3830